



Ministério da  
Agricultura,  
do Desenvolvimento  
Rural e das Pescas

DGADR  
Direcção-Geral  
de Agricultura e  
Desenvolvimento Rural

# PROGRAMAÇÃO

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES  
2008**

# DGADR

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS**  
**DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES**

**2008**

**LISBOA**  
**2009**

## ÍNDICE

1	NOTA INTRODUTÓRIA	3
2	ESTRUTURA ORGÂNICA	4
3	MISSÃO E ATRIBUIÇÕES	6
3.1	MISSÃO	6
3.2	ATRIBUIÇÕES	6
4	RECURSOS UTILIZADOS	7
4.1	RECURSOS HUMANOS	7
4.2	RECURSOS FINANCEIROS	10
4.2.1	ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO / PIDDAC	10
4.2.2	EXECUÇÃO ANUAL DE PROJECTOS	11
5	ÁREAS DE ACTUAÇÃO	12
6	ACTIVIDADES REALIZADAS	14
6.1	DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO	14
6.2	DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE AGRICULTURA, DOS TERRITÓRIOS E AGENTES RURAIS	23
6.3	DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE HIDRÁULICA ENGENHARIA AGRO-RURAL	60
6.4	DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE REGADIO E DOS RECURSOS NATURAIS	88
6.5	DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS E DE SANIDADE VEGETAL	112
6.6	DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DA FITOSSANIDADE E DE MATERIAIS DE MULTIPLICAÇÃO DE PLANTAS	139
6.7	PROGRAMA LEADER+	155
7	QUAR 2008 – EXECUÇÃO FINAL	159
8	RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO	163
8.1	AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS	164
8.1.1	APRESENTAÇÃO DO QUAR 2008	164
8.1.2	OBJECTIVOS OPERACIONAIS E INDICADORES	165
8.1.3	ANÁLISE DOS DESVIOS	166
8.2	ANÁLISE DOS RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS	168
8.3	ANÁLISE COMPLEMENTAR	169
8.4	APRECIACÃO POR PARTE DOS UTILIZADORES EXTERNOS E COLABORADORES	169
8.4.1	INQUÉRITO À SATISFAÇÃO DE CLIENTES	169
8.4.2	INQUÉRITO À SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES	172
9	RELATÓRIO DE SERVIÇO	175

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A elaboração deste Relatório de Actividades tem como objectivo apresentar as actividades desenvolvidas pela Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural em 2008. Faz parte do ciclo anual de gestão dos serviços da administração pública, com demonstração qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados, em articulação com as novas regras constantes do Decreto-Lei 66-B/2007 de 28 de Dezembro.

O Decreto-Lei supracitado estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, designado por SIADAP, que pretende “contribuir para a melhoria do desempenho e qualidade de serviço da Administração Pública, para a coerência e harmonia da acção dos serviços, dirigentes e demais trabalhadores e para uma promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências”.

O SIADAP assenta numa concepção integrada dos sistemas de gestão e avaliação e visa reforçar na Administração Pública uma cultura de avaliação e responsabilização, vinculada pela publicação dos objectivos dos serviços e dos resultados obtidos, em estreita articulação com o ciclo de gestão.

No quadro actual da Administração Pública a estratégia de introdução de novas práticas de gestão elegendo a “gestão por objectivos” como a principal mudança, conduz a uma atitude de orientação para resultados a aplicar em toda a sua estrutura organizacional.

Assim, o presente Relatório de Actividades, em correspondência com o Plano de Actividades de 2008, é efectuado segundo uma metodologia assente na gestão por objectivos, tanto numa perspectiva organizacional como numa perspectiva individual, com o envolvimento de todas as Unidades Orgânicas, o que conduz a uma maior responsabilização desde o topo até às unidades de base.

### Enquadramento legal

Criada através do Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, esta Direcção-Geral, encontra o seu enquadramento legal consignado nos seguintes diplomas:

- ➔ Decreto Regulamentar n.º 8/2007, de 27 de Fevereiro – aprova a Lei Orgânica;
- ➔ Portaria nº 219-C/2007, de 28 de Fevereiro – determina a estrutura nuclear dos serviços e a competências das unidades orgânicas;

- ➔ Portaria nº 1342/2007, de 11 de Outubro – fixa o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipa multidisciplinares;
- ➔ Despacho n.º 9185/2007, de 23 de Março – determina a composição das unidades orgânicas nucleares e as respectivas competências.

## **2. ESTRUTURA ORGÂNICA**

Em termos organizacionais, a DGADR encontra-se estruturada da seguinte forma:

Direcção

Direcção de Serviços de Informação, Gestão e Administração (DSIGA)

- Divisão de Organização e Gestão de Recursos Humanos (DOGRH)
- Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental (DGFCO)
- Divisão de Planeamento, Documentação e Informática (DPDI)

Direcção de Serviços de Agricultura, dos Territórios e Agentes Rurais (DSATAR)

- Divisão de Apoio às Explorações Agrícolas (DAEA)
- Divisão de Formação e Associativismo (DFA)
- Equipa de Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais (EPDTR)

Direcção de Serviços de Hidráulica e Engenharia Agro-Rural (DSHEAR)

- Divisão de Infra-estruturas Hidráulicas (DIH)
- Divisão de Engenharia Agro-Rural (DEA)
- Equipa de Mecanização e Apoio a Projectos (EMAP)

Direcção de Serviços de Regadio e dos Recursos Naturais (DSRRN)

- Divisão de Planeamento do Regadio e dos Solos (DPRS)
- Divisão do Regadio e da Qualidade da Água (DRQA)

Direcção de Serviços de Produtos Fitofarmacêuticos e de Sanidade Vegetal (DSPFSV)

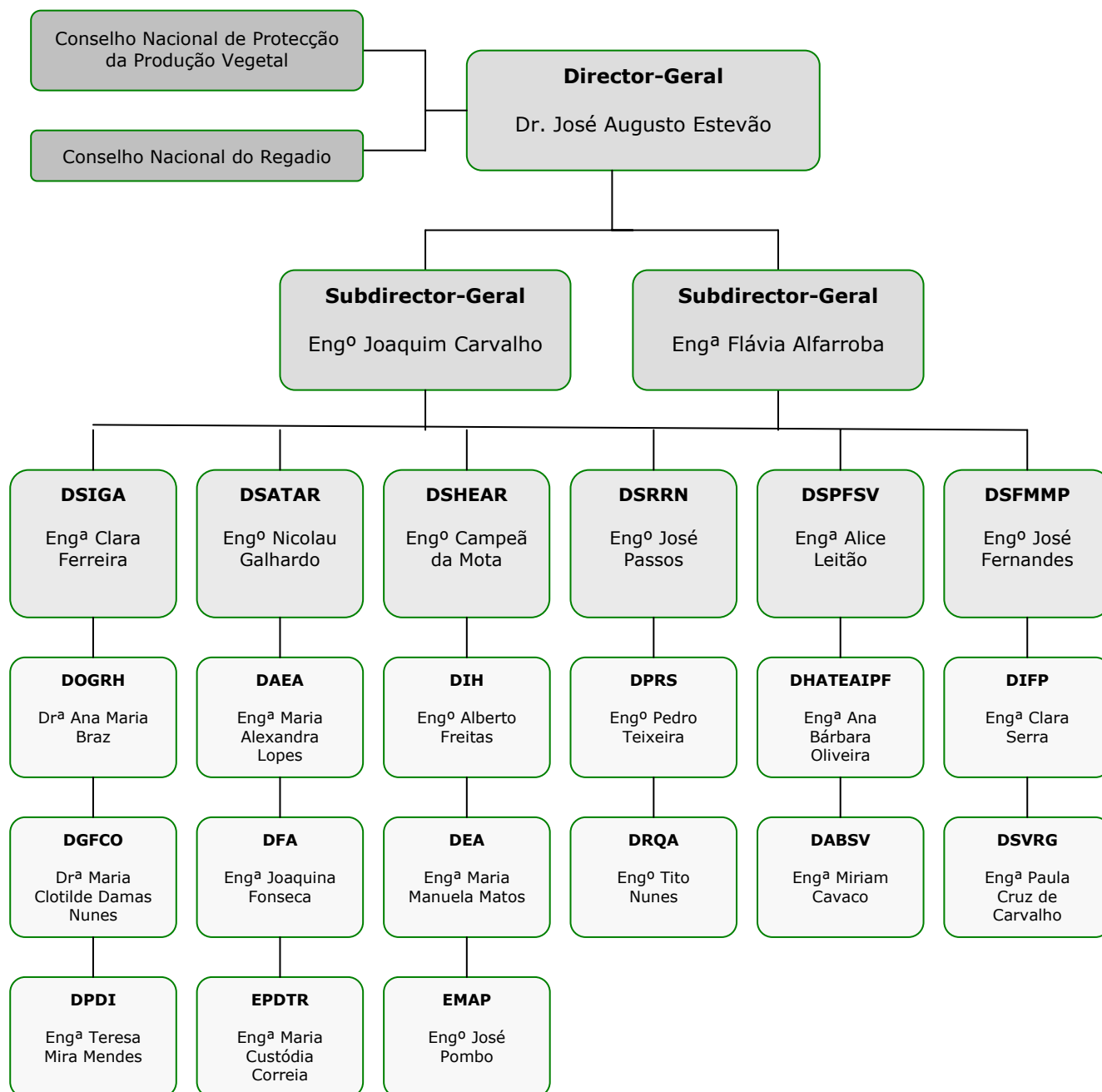
- Divisão de Homologação e de Avaliação Toxicológica, Ecotoxicológica, Ambiental e da Identidade de Produtos Fitofarmacêuticos (DHATEAIPF)
- Divisão de Avaliação Biológica e de Sanidade Vegetal (DABSV)

Direcção de Serviços da Fitossanidade e de Materiais de Multiplicação de Plantas (DSFMMP)

- Divisão de Inspecção Fitossanitária e Propágulos (DIFP)
- Divisão de Sementes, Variedades e Recursos Genéticos (DSVRG)

Programa LEADER+

## ORGANOGRAMA



### 3. MISSÃO E ATRIBUIÇÕES

#### 3.1. MISSÃO

A DGADR tem como missão, conforme consta no Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, “contribuir para a execução das políticas nos domínios da agricultura, dos recursos genéticos vegetais, da fitossanidade e dos produtos fitofarmacêuticos, dos materiais de multiplicação de plantas e de variedades vegetais, do regadio e da gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas, da protecção dos recursos naturais e da gestão sustentável do território, da qualificação dos agentes rurais e da valorização e diversificação económica das zonas rurais, propondo as medidas e instrumentos de política, promovendo a respectiva aplicação e participando no seu acompanhamento e avaliação, sendo o serviço investido nas funções de autoridade nacional do regadio, assim como de autoridade fitossanitária nacional.”

O que, de forma sintética, se pode traduzir da seguinte forma:

**Promover a Valorização, a Competitividade e a  
Sustentabilidade da Agricultura e dos Territórios Rurais**

#### 3.2. ATRIBUIÇÕES

DGADR prossegue as seguintes atribuições:

- a) Contribuir para a formulação da estratégia, das prioridades e objectivos e participar na elaboração de planos, programas e projectos nas áreas da sua missão;
- b) Promover o desenvolvimento económico e social das zonas rurais, designadamente através da qualificação e valorização dos territórios e da diversificação económica, bem como da viabilização das explorações agrícolas e da dinamização de uma política de sustentabilidade dos recursos naturais e do desenvolvimento dos aproveitamentos hidroagrícolas, nomeadamente, e sem prejuízo de externalização, a promoção e acompanhamento e fiscalização da obra hidráulica;
- c) Assegurar a protecção e a valorização de recursos genéticos vegetais;
- d) Executar a política de protecção das culturas;

- e) Desenvolver as funções da autoridade nacional de regadio, representando o MADRP em matérias relacionadas com a utilização da água na agricultura, participando na definição da política nacional da água e elaborando, coordenando, acompanhando e avaliando a execução do Plano Nacional do Regadio, criando e mantendo actualizado um sistema de informação sobre o regadio e sobre as infra-estruturas hidroagrícolas que o sustentam;
- f) Desenvolver as funções de autoridade fitossanitária nacional, preparando as normas necessárias a uma eficaz regulamentação do sector dos produtos fitofarmacêuticos, promovendo a sua correcta utilização e colaborando na concepção e execução de programas de monitorização dos resíduos de pesticidas e de controlo de formulações de pesticidas no mercado, assegurando o cumprimento das obrigações nacionais, comunitárias e internacionais, bem como elaborando e implementando os programas de âmbito ou relevância nacional destinados a garantir o bom estado fitossanitário das culturas.

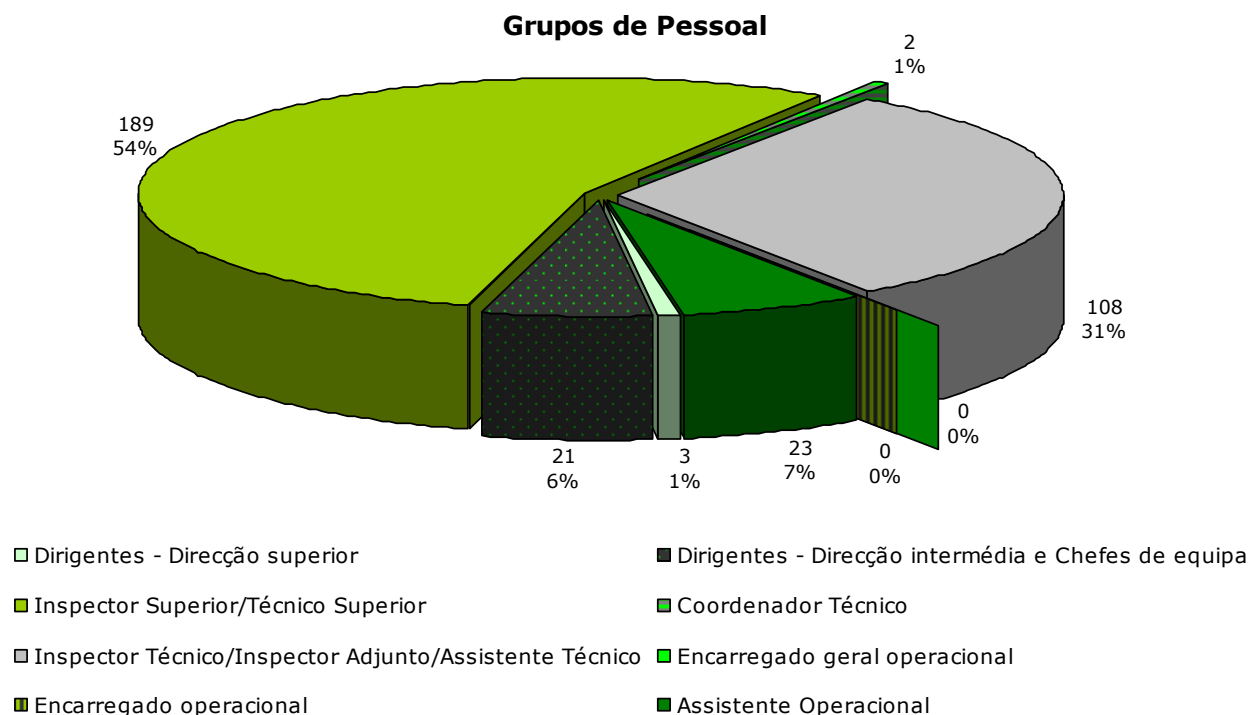
## 4. RECURSOS UTILIZADOS

### 4.1. RECURSOS HUMANOS

Em 31 de Dezembro de 2008, a DGADR contava com 346 colaboradores para o desenvolvimento das suas actividades, distribuídos pelos seguintes grupos de pessoal:

Grupos de Pessoal	Número	%
Dirigentes - Direcção superior	3	0,9
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa	21	6,1
Inspector Superior/Técnico Superior	189	54,6
Coordenador Técnico	2	0,6
Inspector Técnico/Inspector Adjunto/Assistente Técnico	108	31,2
Encarregado geral operacional	0	0,0
Encarregado operacional	0	0,0
Assistente Operacional	23	6,6
<b>TOTAL</b>	<b>346</b>	<b>100,0</b>





### Índice de Enquadramento e de Tecnicidade

O índice de enquadramento expressa a relação entre o número de funcionários pertencentes ao quadro dirigente e a totalidade dos efectivos. Este indicador permite quantificar, em média, efectivos cada dirigente tem a seu cargo:

$$\frac{\Sigma \text{ dos Dirigentes} \times 100}{\text{Total de Efectivos}} = 6,94 \%$$

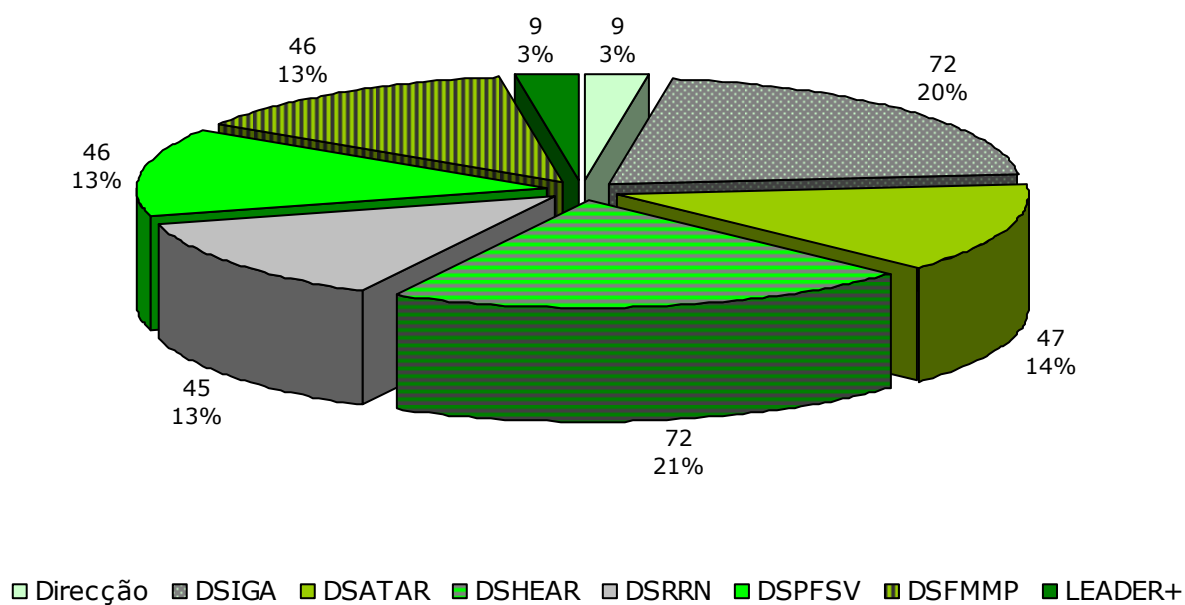
O conceito de índice de tecnicidade, aqui aplicado no sentido lato, determina os funcionários dotados das habilitações técnicas especiais e qual o respectivo relevo no universo dos funcionários:

$$\frac{\text{Dirigentes} + \text{Técnicos Superiores} + \text{Coordenadores Técnicos} + \text{Assistentes Técnicos} \times 100}{\text{Total de Efectivos}} = 93,35 \%$$

Quanto à distribuição dos colaboradores por Unidade Orgânica, era a seguinte:

Unidade Orgânica	Número	%
Direcção	9	2,6
Direcção de Serviços de Informação, Gestão e Administração	72	20,8
Direcção de Serviços da Agricultura, Territórios e dos Agentes Rurais	47	13,6
Direcção de Serviços de Hidráulica e Engenharia Agro-Rural	72	20,8
Direcção de Serviços de Gestão do Regadio e dos Recursos Naturais	45	13,0
Direcção de Serviços de Produtos Fitofarmacêuticos e de Sanidade Vegetal	46	13,3
Direcção de Serviços de Fitossanidade e de Materiais de Multiplicação de Plantas	46	13,3
LEADER+	9	2,6
<b>TOTAL</b>	<b>346</b>	<b>100,0</b>

### Efectivos por grupo profissional



## 4.2. RECURSOS FINANCEIROS

### 4.2.1. ORÇAMENTO FUNCIONAMENTO/PIDDAC

#### ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO

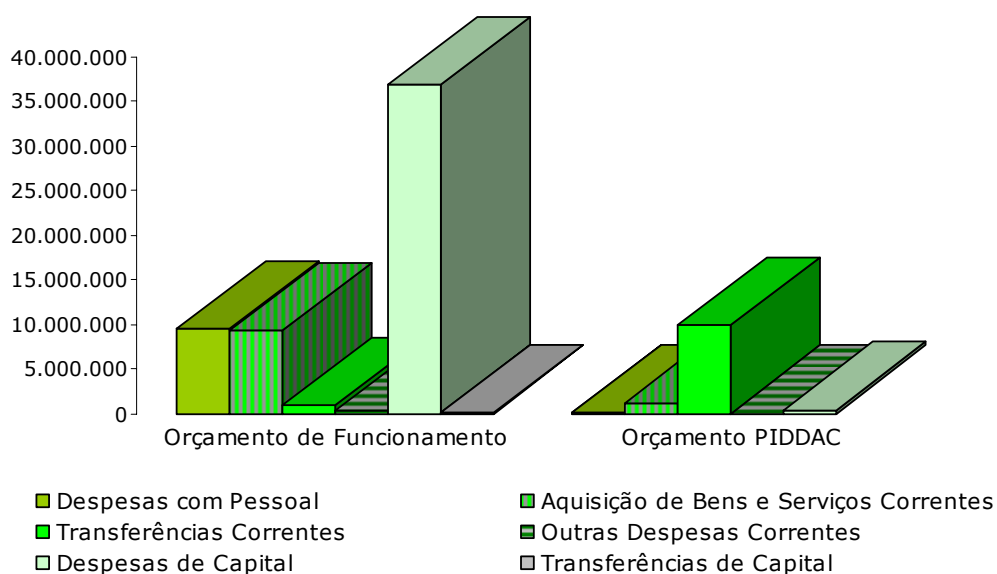
10<sup>3</sup> euros

Rubrica	Execução
Despesas com Pessoal	9.501.519
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	9.243.396
Transferências Correntes	908.584
Outras Despesas Correntes	207.058
Despesas de Capital	36.832.135
Transferências de Capital	17.463
<b>TOTAL</b>	<b>56.710.155</b>

#### ORÇAMENTO PIDDAC

10<sup>3</sup> euros

Rubrica	Execução
Despesas com Pessoal	75.876
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	1.219.489
Transferências Correntes	9.870.869
Outras Despesas Correntes	205
Despesas de Capital	325.846
<b>TOTAL</b>	<b>11.492.285</b>



**4.2.2. EXECUÇÃO ANUAL DE PROJECTOS****ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO**

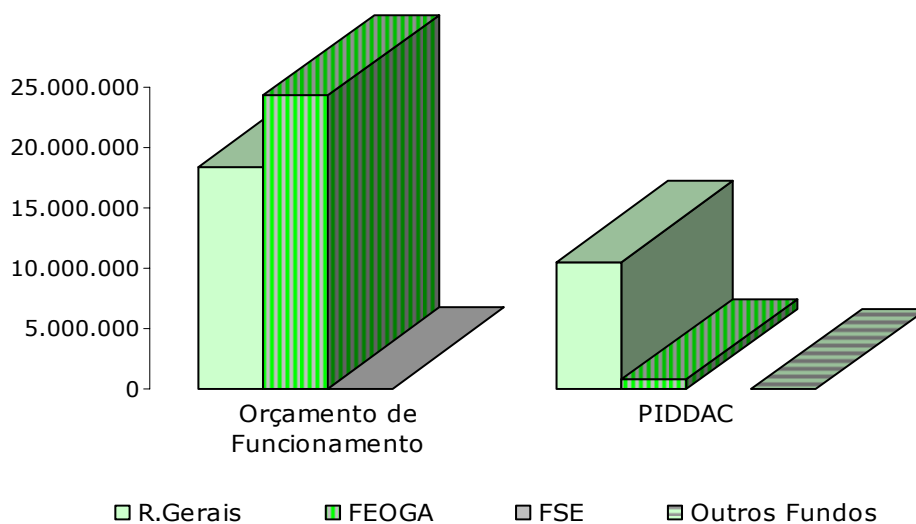
Euros

Projecto	Execução				
	R. Gerais	FEOGA	FEDER	FSE	TOTAL
AGRO – Med. 4 -Gestão de Infraestr. Hidro-Agrícolas	15.287.534	15.137.534	0	0	30.425.068
AGRO – Med. 7 - Formação Profissional	46.619	0	0	132.329	178.948
AGRO – Med. 11 e 12 - Assist. Técnica FEOGA-O e FSE	17.518	9.089	0	16.284	42.891
AGRIS - Acção 5 – Gestão Recursos Hídricos e Emparcelamento	3.100.217	9.154.518	0	0	12.254.735
<b>TOTAL</b>	<b>18.451.888</b>	<b>24.301.141</b>	<b>0</b>	<b>148.613</b>	<b>42.901.642</b>

**PIDDAC**

Euros

Projecto	Execução				
	R. Gerais	FEOGA	FSE	Outros Fundos	TOTAL
LEADER +	10.132.646	865.155	0	0	10.997.801
PLEIADES	0	0	0	25.807	25.807
Medidas Fitossanitárias	317.510	0	0	0	317.510
Implementação de Sistemas de Certificação	151.167	0	0	0	151.167
<b>TOTAL</b>	<b>10.601.323</b>	<b>865.155</b>	<b>0</b>	<b>25.807</b>	<b>11.492.285</b>

**Execução Anual de Projectos**

## 5. ÁREAS DE ACTUAÇÃO

ÁREAS DE ACTUAÇÃO	
DSIGA	Organização e Gestão dos Recursos Humanos
	Gestão Financeira e Controlo Orçamental
	Planeamento, Informação, Informática, Estatística e Relações Públicas
DSATAR	Promover a dimensão ambiental nas explorações agrícolas
	Estruturação das explorações agrícolas e enquadramento social dos agentes da actividade agrícola
	Formação Profissional Agrícola e para o Desenvolvimento Rural
	Associativismo Agrícola e Rural
	Incentivar o desenvolvimento económico das zonas rurais
	Desenvolvimento de actividades potenciadoras do aumento da atractividade das zonas rurais
	Gestão e qualidade
DSHEAR	Análise de propostas no âmbito dos procedimentos pré-contratuais
	Análise de projectos do EFMA, promovidos pela EDIA
	Avaliação de Estudos de Impacte Ambiental de projectos do EFMA, na vertente do regadio
	Projectos de regadio, a promover pela DGADR ou pelas Concessionárias dos Perímetros Hidroagrícolas
	Supervisão e controlo do cumprimento das normas de segurança das barragens hidroagrícolas ou de fins múltiplos com importante vertente hidroagrícola
	Supervisão e controlo de funcionamento de Centrais Hidroeléctricas e Estações Elevatórias
	Topografia
	Expropriações e Indemnizações
	Obras
	Mecanização Agrária
	Coordenação Nacional do Benefício Fiscal ao Gasóleo
	Apoio a Projectos
DSRRN	Planeamento do Regadio e Promoção do Plano Nacional de Regadios
	Elaboração e acompanhamento de estudos agro-sócio-económicos
	Coordenação das Candidaturas aos Fundos Comunitários na área do Regadio
	Procedimentos de avaliação de impacte ambiental e elaboração de Pareceres na área do Ambiente
	Acompanhamento da Elaboração de Planos de Ordenamento do Território
	Coordenação das Medidas e Acções relativas à RAN
	Elaboração de Cartografia e Estudos de Solos
	Gestão, Planeamento e Acompanhamento de Políticas
	Gestão dos Aproveitamentos Hidroagrícolas
	Qualidade da água
	Recursos Hídricos
	PLEIADES - Implementação de um Sistema de apoio à Informação sobre a Gestão de Recursos Hídricos e à Tomada de Decisões no Domínio Agrícola
	Informação cartográfica, sua conversão analógico-digital e divulgação
DSPEC	Homologação de Produtos Fitofarmacêuticos e Biocidas preservadores de madeira

ÁREAS DE ACTUAÇÃO	
	Avaliação Comunitária de produtos Fitofarmacêuticos e Biocidas Preservadores de Madeira
	Avaliação Biológica e estudo das condições de utilização dos produtos fitofarmacêuticos na protecção das culturas
	Contribuição para o uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos
	Controlo de produtos fitofarmacêuticos no mercado nacional
	Controlo de resíduos de pesticidas
	Modo de Produção Integrada
	Modo de Produção Biológico
	Sanidade Vegetal – Avisos Agrícolas
<b>DSFMMP</b>	Inspeção Fitossanitária e Quarentena Vegetal
	Sistemas de certificação e controlo
	Catálogo Nacional de Variedades, Recursos Genéticos e Direito de Obtentor
	Organismos Geneticamente Modificados
<b>LEADER+</b>	Gestão técnico-financeira do LEADER+
	Controlo do LEADER+

## 6. ACTIVIDADES REALIZADAS

### 6.1. DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE
<b>Organização e Gestão de Recursos Humanos</b>

#### 1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:

DSIGA/DOGRH

#### 2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE

Gestão dos recursos humanos da DGADR

#### 3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Assegurar a gestão adequada e eficaz dos recursos humanos							
Acção 1.1. Processamento de vencimentos e outros abonos	Processamento dos vencimentos e outros abonos dos funcionários da DGADR	Processar os vencimentos e outros abonos dos funcionários da DGADR	Vencimentos e outros abonos dos funcionários da DGADR processados		3		
Acção 1.2. Actualização do cadastro do pessoal da DGADR	Actualização do cadastro dos funcionários	Manter o cadastro dos funcionários actualizado	Cadastro dos funcionários mantido actualizado		3		
Acção 1.3. Divulgação de acções de formação e inscrição de funcionários nas mesmas	Divulgação de acções de formação	Permitir que os funcionários possam frequentar o máximo de acções de formação, atendendo à disponibilidade orçamental para o efeito	Os funcionários da DGADR frequentaram, em 2008, 42 acções de formação, das quais 13 com encargos que totalizaram 2.195 €		3		
Acção 1.4. Elaboração do Balanço Social da DGADR relativo ao ano de 2007	Elaborar o balanço social dentro do prazo previsto na lei	Balanço social concluído até Março de 2008	Balanço Social concluído em Março de 2008		3		
Acção 1.5. Organização dos processos de contagem de tempo de serviço, de aposentação de pessoal (e envio à Caixa Geral de Aposentações), recuperação de vencimento de exercício perdido e de notação de pessoal	Enviar à Caixa Geral de Aposentações os pedidos de contagem de tempo e de aposentação	Enviar à CGA todos os pedidos apresentados, depois de devidamente organizados	Todos os pedidos de aposentação apresentados, depois de devidamente completados com os elementos existentes nos respectivos processos, foram remetidos à CGA		3		
	Informar os pedidos de recuperação de exercício perdido e coordenar o processo de notação de pessoal	Informar todos os pedidos de recuperação de exercício perdido por motivo de doença com a maior brevidade possível	Garantiu-se o pagamento dos pedidos de recuperação de vencimento apresentados		3		

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.6. Instrução dos processos relativos ao abono de família e prestações familiares aos funcionários, bem como do envio do expediente relativo à ADSE e aos SOFE (inscrições, alterações, cartões, recibos)	Garantir a instrução dos processos relativos ao abono de família e prestações familiares e o envio do expediente necessário à ADSE e aos SOFE	Garantir o pagamento de abono de família e prestações familiares, de acordo com as regras existentes e com a maior celeridade possível	Procedeu-se ao pagamento do abono de família e prestações familiares e ao envio do expediente necessário à ADSE e aos SOFE		3		
Acção 1.7. Registo e Controlo da assiduidade	Acompanhar o processo de registo e controlo do processo de assiduidade	Assegurar o controlo da assiduidade de todos os funcionários	Assegurou-se o controlo da assiduidade de todos os funcionários		3		
Acção 1.8. Acompanhar o processo de avaliação do desempenho	Coordenar o processo de avaliação do desempenho		Procedeu-se à coordenação do processo de avaliação do desempenho		3		
Acção 1.9. Verificação e conferência, registo e encaminhamento dos processos relativos a serviço externo, nomeadamente, missões ao estrangeiro	Processar as ajudas de custo nacionais e ao estrangeiro	Processar as ajudas de custo no mais curto espaço de tempo	As ajudas de custo nacionais e ao estrangeiro foram processadas		3		
	Passar guias de transporte relativas a missões ao estrangeiro, elaborar mapas trimestrais de elementos estatísticos relativos aos serviços de viagens, a remeter à DG Património e elaborar mapas mensais a remeter à DGT relativos aos reembolsos das viagens no âmbito do Conselho da União Europeia	Elaborar as guias de transporte e os mapas trimestrais a remeter à DG Património e os mapas mensais a remeter à DGT, dentro do prazo previsto	As guias de transporte foram elaboradas, os mapas trimestrais remetidos à DG Património e os mapas mensais foram remetidos à DGT dentro do prazo previsto		3		
Acção 1.10. Registo e tratamento da documentação de suporte à actividade da divisão. Compilação e actualização de ficheiros de legislação e de outras temáticas de interesse para a organização dos serviços e para a gestão e administração dos recursos humanos	Manter actualizado o ficheiro de legislação nas diferentes áreas de interesse para a organização, gestão e administração dos recursos humanos	Assegurar o cumprimento da legislação em vigor	Assegurou-se o cumprimento da legislação em vigor		3		



OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 2 Assegurar a gestão do expediente							
Acção 2.1. Organizar e aplicar um sistema de registo, acompanhamento, controlo e arquivo do expediente	Receber, classificar, expedir e arquivar todo o expediente, assegurando a circulação de documentos pelos diversos serviços	Assegurar a gestão de todo o expediente da DGADR	Assegurou-se a gestão de todo o expediente da DGADR		3		

**4. RESPONSÁVEL**

Ana Maria Conde Henriques de Almeida Braz (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Gestão Financeira e Controlo Orçamental****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:**

DSIGA/DGFCO

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE**

- Gestão Financeira e orçamental
- Programação e acompanhamento da execução física e financeira dos projectos PIDDAC
- Acompanhamento da realização financeira dos Projectos co-financiados em que estão atribuídas à DGADR funções de gestão/coordenação

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Promover uma gestão financeira equilibrada							
Acção 1.1. Elaboração da proposta orçamental para o ano 2009	Nº de propostas de orçamento	1 Proposta de orçamento aprovada	1 Proposta de orçamento aprovada		3		Proposta de orçamento apresentada dentro do prazo estabelecido
Acção 1.2. Elaboração da Conta de Gerência do ano 2007	Nº de Contas de Gerência elaboradas	1 Conta de Gerência aprovada	Aprovadas as seguintes contas de gerência: IDRHA - 1 Jan-16 Ag. DGPC - 1 Jan-16 Ag. DGADR – 17 Ag-31 Dez.		3		
Acção 1.3. Gestão e controlo dos orçamentos da DGADR, propondo as alterações consideradas necessárias	Nº de relatórios financeiros	12 relatórios mensais	Elaborados 12 relatórios da situação económico-financeira da DGADR; 1 de Inf. sobre os principais credores da DGADR e 4 sobre EANP	5			Os relatórios foram todos apresentados dentro dos prazos
	Nº de alterações orçamentais	As alterações orçamentais necessárias	Autorizadas pelo M.F.A.P. 3 alterações orçamentais		3		Foram elaboradas as alterações necessárias à boa gestão do orçamento
Acção 1.4. Processamento e controlo financeiro das verbas afectas aos projectos co-financiados pelo FEOGA, resultantes das candidaturas no âmbito da Medida 4 do AGRO e Acções 5.1, 5.2, 8.2, 9.1 e Assistência Técnica da 8.2 do AGRIS e pelo FSE no âmbito da Medida7 e Assistência Técnica	Nº de projectos (dossiers financeiros)	Geridos 139 projectos (dossiers financeiros)	Geridos 251 projectos (dossiers financeiros)	5			

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.5. Promoção dos procedimentos inerentes à eficaz cobrança e depósito de receitas e liquidação de despesas	Montante da receita própria arrecadada (unidade: mil euros)	3.203 mil euros	3.633 mil euros	5			Aumento da receita em 12 %
	Montante pagamentos totais efectuados (unidade: mil euros)	Efectuados pagamentos totais no montante de 55.629 mil euros	Efectuados pagamentos totais no montante de 68.202 mil euros	5			
Acção 1.6. Organização e manutenção de uma contabilidade de gestão que permita o controlo adequado dos custos	Nº de centros de custo actualizados	Contabilidade por centros de custo	Todas as despesas são imputadas às respectivas U. O. e Projectos.		3		
Acção 1.7. Processamento e controlo financeiro das verbas afectas aos projectos/PIDDAC	Nº de projectos	Geridos 4 projectos/PIDDAC	Geridos 4 projectos/PIDDAC		3		
Acção 1.8. Acompanhamento e avaliação da execução material e financeira dos projectos PIDDAC	Nº de relatórios	2 Relatórios: 1 anual e 1 semestral	Elaborados 4 relatórios: 1 anual, 1 semestral e 2 trimestrais	5			
	Nº mapas de execução financeira mensal	12 mapas mensais/ /projecto	Elaborados 12 mapas mensais/ /projecto		3		

## 4. RESPONSÁVEL

Maria Clotilde Damas Nunes (Chefe de Divisão)
---

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

## Planeamento, Informação, Informática, Estatística e Relações Públicas

## 1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES

DSIGA/DPDI

## 2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE

- Assegurar o planeamento, acompanhamento e controlo das actividades desenvolvidas pela DGADR;
- Assegurar a gestão do serviço de documentação e garantir a circulação e divulgação de informação;
- Conceber, estruturar e organizar a informação da Internet e da *intranet*, garantindo o respectivo desenvolvimento, manutenção e actualização permanente;
- Assegurar a gestão dos recursos e meios informáticos e garantir a funcionalidade, a eficácia e a segurança das aplicações informáticas e das infra-estruturas das redes de comunicação de dados;
- Assegurar a edição, divulgação, distribuição e venda de publicações, no âmbito das actividades desenvolvidas pela DGADR
- Programar, preparar e executar as acções de informação e relações públicas necessárias à consecução dos objectivos definidos superiormente e assegurar os serviços de recepção e encaminhamento dos utentes e visitantes da DGADR.

## 3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Desenvolver um sistema de planeamento, acompanhamento e controlo das actividades desenvolvidas pela DGADR, em articulação com o Quadro de Avaliação e Responsabilização e o Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública							
Acção 1.1. Elaboração do Plano de Actividades de 2008	Prazo de elaboração	29 de Fevereiro			3		
Acção 1.2. Elaboração do Relatório de Actividades de 2007	Prazo de elaboração	30 de Junho			3		
Acção 1.3. Elaboração do Plano de Actividades de 2009	Prazo de elaboração	31 de Dezembro				1	Não se elaborou porque não foram fornecidos os elementos necessários para a sua concretização
Acção 1.4. Acompanhamento da execução das Medidas do SIMPLEX 2008	Prazo de envio dos mapas de actualização à Secretaria-Geral MADRP	Até dia 12 de cada mês	Até dia 9 de cada mês	5			
	Prazo de elaboração do relatório final	31 de Dezembro			3		
Acção 1.5. Preparação do SIMPLEX 2009	Prazo de envio das fichas relativas às medidas	30 de Novembro			3		
OBJ. 2 Assegurar a aquisição, tratamento, divulgação e disponibilização de informação técnico-científica e legislativa relacionada com o âmbito de actividade do organismo, com vista a satisfazer as exigências dos utilizadores internos e externos							
Acção 2.1. Integração, organização e disponibilização da documentação proveniente da Defensores de Chaves, Afonso Costa e de Oeiras	Prazo de disponibilização da documentação para consulta	31 de Dezembro			3		

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 2.2. Tratamento informatizado de 50% da documentação técnico-científica proveniente da ex-DGPC	% de documentação tratada	90%			3		
Acção 2.3. Tratamento e divulgação de legislação relacionada com o âmbito da actividade da DGADR	Prazo de disponibilização	1 dia	Até ao fim da manhã	5			
Acção 2.4. Apoio às unidades orgânicas no acesso à informação, através da difusão selectiva	Prazo de envio da informação	1 dia	Até ao fim da manhã	5			
Acção 2.5. Actualização trimestral da base de dados do MADRP disponível na Internet	Prazo de envio da informação	31 Março, 30 Junho, 30 Setembro, 31 Dezembro				1	A versão Docbase instalada não permitia importar e exportar registos
Acção 2.6. Aquisição de monografias, seriados e outros documentos	% de aquisições	90%	100% das aquisições solicitadas	5			
Acção 2.7. Atendimento presencial de utentes internos e externos	% de atendimentos presenciais	100%			3		
Acção 2.8. Atendimento de utentes via fax, correio (postal e electrónico) e telefone (Linha Azul.)	% respostas a pedidos de informação	100%			3		
Acção 2.9. Reestruturação e integração no gestor de conteúdos da informação existente no actual site	Prazo de integração da informação	28 de Novembro				1	Não se efectuou a tempo porque a empresa responsável só instalou o novo site em meados de Janeiro
Acção 2.10. Manutenção e actualização da informação disponibilizada na Intranet	Prazo de actualização	1 dia após recepção da informação		5			
<b>OBJ. 3 Assegurar a edição, divulgação, distribuição e venda de publicações, no âmbito das actividades desenvolvidas pela DGADR</b>							
Acção 3.1. Edição de documentos técnico-científicos e de apoio administrativo	% de documentos editados	100%	100%		3		
Acção 3.2. Divulgação, distribuição e venda de publicações, no âmbito das actividades da DGADR	% de pedidos satisfeitos	100%	100%		3		

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 3.3. Concepção e execução de material de divulgação referente às actividades desenvolvidas pelas U.O., em suporte papel e digital	% de folhetos, brochuras, painéis e CD's	100%	100%		3		
<b>OBJ. 4 Assegurar a gestão dos recursos e meios informáticos, garantir a funcionalidade, eficácia e segurança das aplicações informáticas e promover a operacionalidade a optimização das infra-estruturas das redes de comunicação</b>							
Acção 4.1. Uniformização do sistema informático de correio electrónico em todas as Unidades Orgânicas	Prazo de uniformização	30 de Setembro			3		
Acção 4.2. Disponibilização de uma comunicação fluida, bi-direccional, entre os três edifícios da DGADR	Prazo de disponibilização	28 de Novembro		5			
Acção 4.3. Implementação e gestão de um sistema de coordenação e monitorização da assistência técnica informática	Prazo de implementação do sistema	15 de Outubro			3		
Acção 4.4. Prestação de assistência técnica informática aos funcionários da DGADR	% de problemas satisfeitos	90%		5			
Acção 4.5. Criação e implementação de uma aplicação que permita a gestão e registo de solicitações de consumíveis informáticos	Prazo de implementação da aplicação	31 de Outubro		5			
Acção 4.6. Apoio à infra-estrutura informática do SNAA	% de implementação das alterações previstas à rede de dados SNAA	100%			3		
Acção 4.7. Gestão e actualização da infra-estrutura de comunicações	Taxa de actualização	100%			3		
<b>OBJ. 5 Promover a imagem da DGADR, divulgar as suas atribuições a nível nacional e internacional e assegurar o serviço de audiovisual da DGADR</b>							
Acção 5.1. Organização de eventos de âmbito nacional e internacional promovidos pela DGADR	% de eventos organizados	90 %		5			
Acção 5.2. Divulgação das actividades e iniciativas da DGADR em feiras e outros eventos, de âmbito nacional e internacional	% de acções de divulgação	90 %		5			

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 5.3. Gestão das salas de reunião e equipamento audiovisual e informático	% de pedidos satisfeitos	100%	100%		3		
Acção 5.4. Reorganização dos arquivos da videoteca e da fototeca	Prazo de organização	31 de Dezembro				1	Não se completaram estas tarefas dado a existência de outros trabalhos prioritários
Acção 5.5. Selecção, digitalização, organização e arquivo de fotografias e diapositivos existentes nas unidades orgânicas	Prazo de digitalização, organização e arquivo	31 de Dezembro				1	Não se completaram estas tarefas dado a existência de outros trabalhos prioritários
Acção 5.6. Recolha e tratamento de imagens fotográficas e produção de filmes	% de filmes realizados	100%			3		

**4. RESPONSÁVEL**

Teresa Mira Mendes (Chefe de Divisão)

**6.2. DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE AGRICULTURA, DOS TERRITÓRIOS E AGENTES RURAIS**

DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE
<b>Promover a dimensão ambiental nas explorações agrícolas</b>

**1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES**

DSATAR/DAEA

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

Dinamização da dimensão Ambiental nas explorações agrícolas através de:

- Promoção de práticas mais responsáveis do ponto de vista ambiental
- Reconhecimento do elevado valor ambiental de determinados sistemas agrícolas
- Promoção da vulgarização do conhecimento na temática ambiental

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Promover práticas e modos de produção ambientalmente sustentáveis							
Acção 1.1. Apoio à execução e respectivo encerramento das Medidas Agro-ambientais no âmbito do Programa RURIS, designadamente no Grupo I	% de resposta às solicitações no âmbito das competências da DAEA	100%	100%		3		Elaborados pareceres e remetidos ao IFAP para resposta às questões de execução do Programa RURIS. Selecção através de concurso público internacional de entidade independente para realização da avaliação ex-post e respectivo acompanhamento
	Prazo de envio do relatório de avaliação final	Prazo regulamentar	Foi enviado à Comissão Europeia a versão preliminar (sem a avaliação da Comissão de Acompanhamento do RURIS) do relatório final da avaliação ex-ante antes de 31 de Dezembro				
Acção 1.2. Colaboração na implementação do PDR designadamente ao nível: - da disseminação das Boas Práticas Agrícolas; - do suporte técnico da medida relativa aos “Modos de Produção”	% de resposta às solicitações no âmbito das competências da DAEA	100%	100%		3		Resposta às questões de aplicação do ProDeR



OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.3. Promoção de uma reflexão sobre a aplicação de regras e práticas agrícolas sustentáveis, envolvendo as entidades com competência nas respectivas matérias e as entidades representativas do sector agrícola	Nº de reuniões	2 reuniões com as entidades envolvidas	Realizado 1 Workshop Entidades do MADRP, Organizações de Agricultores e Grupos de Acção Local) Realizada reunião com a DGOTDU com vista à aplicação de "Plano de Acção Territorial" em Território Natura		3		Workshop subordinado ao tema da interceptação de objectivos em territórios Rede Natura e territórios LEADER
	Nº de propostas de actuação	1 proposta	Estabelecimento de um território piloto para ensaio de um PAT				
Acção 1.4. Estabelecimento de um enquadramento técnico relativo aos Modos de Produção, tendo em consideração as orientações da "Agenda de Gotemburgo"	Nº de documentos de enquadramento técnico	1 relatório	Elaborado 1 relatório		3		Elaboração de um relatório com o ponto de situação do apoio técnico em Modos de Produção, tendo em consideração as orientações da "Agenda de Gotemburgo"
<b>OBJ. 2 Promover sistemas de elevado valor natural</b>							
Acção 2.1. Apoio à execução e respectivo encerramento das Medidas Agroambientais no âmbito do Programa RURIS, designadamente no Grupo II, III e IV, incluindo Planos Zonais	% de resposta às solicitações no âmbito das competências da DAEA	100%	100%		3		Elaborados pareceres e remetidos ao IFAP para resposta às questões de execução do Programa RURIS. Selecção através de concurso público internacional de entidade independente para realização da avaliação ex-post e respectivo acompanhamento
	Prazo envio do relatório de avaliação final	Prazo regulamentar	Foi enviado à Comissão Europeia a versão preliminar (sem a avaliação da Comissão de Acompanhamento do RURIS) do relatório final da avaliação ex-ante antes de 31 de Dezembro				
Acção 2.2. Colaboração na implementação do PDR designadamente as acções que sustentam a manutenção de habitats de elevado valor natural (no âmbito das Intervenções Territoriais Integradas) e a conservação da biodiversidade doméstica autóctone	% de resposta às solicitações no âmbito das competências da DAEA	100%	100%		3		Resposta a questões de aplicação do ProDeR

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 2.3. Elaboração em parceria propostas de revisão e novas propostas de Intervenções Territoriais integradas, no âmbito do PRODER	Nº de candidaturas apresentadas no âmbito da acção 2.4.2	3 candidaturas	0 candidaturas			1	Aguarda-se orientações do GPP e publicação de legislação específica do ProDeR sobre este assunto
Acção 2.4. Elaboração em parceria candidatura de projecto de intercâmbio de conhecimento no âmbito do INTERREG IV, tendo em vista a melhoria contínua em serviço	Nº de candidaturas	1 (F:ACTS)	Apresentada candidatura em Janeiro e reformulação de candidatura com caracterização de projecto piloto em Novembro Integração da Rede de intercâmbio de conhecimento "Farland" criada na sequência do projecto INTERREG Farland do qual a DGADR foi parceira	5			Apresentada candidatura em Janeiro e reformulação de candidatura com caracterização de projecto piloto em Novembro. De forma suplementar a DGADR passou a integrar a rede Farland pelo que se considera esta acção superada
<b>OBJ. 3 Garantir o apoio técnico a sistemas, práticas e modos de produção ambientalmente sustentáveis</b>							
Acção 3.1. Coordenação do processo de reconhecimento de entidades para o apoio técnico de modos de produção ambientalmente sustentáveis	Nº de dias para a actualização do ficheiro informático	5 dias úteis	Ficheiro actualizado		3		Ficheiro actualizado
Adaptação e publicação de legislação de reconhecimento de entidades adaptada às novas orientações políticas	% de adaptação de legislação técnica	90%	90%		3		Apresentada à tutela proposta de legislação relativa à revisão do enquadramento legal dos Modos de Produção tendo incluindo a componente de reconhecimento técnico. Face a esta proposta tornou-se inoportuno a elaboração do folheto
Divulgação das obrigações e direitos das entidades reconhecidas	Nº de folhetos editados e divulgados	1 folheto	Não foi editado				

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 3.2. Operacionalização do sistema de aconselhamento agrícola Dinamização e divulgação do sistema de aconselhamento agrícola. Aquisição de competências no tema higiene e segurança no trabalho	Nº de pedidos de reconhecimento decididos	90% dos pedidos analisados	100% dos pedidos analisados	5			Todas as 48 candidaturas entradas foram objecto de análise (100% pedidos analisados). Foram reconhecidas 43. Foi elaborado um site de divulgação do SAA. Pode-se considerar superado uma vez que foi simultaneamente objectivo QUAR e consequentemente foram definidos metas de superação
	Nº de folhetos divulgados	1 folheto	Elaborado um site de divulgação do SAA				
	Técnicos com competências adquiridas	Frequência de 1 acção de formação no tema - 2 técnicos	Proposta a frequência de um técnico mas não teve enquadramento financeiro				

## 4. RESPONSÁVEL

Maria Alexandra Aguiar Canongia Lopes de Correia Diniz (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Estruturação das explorações agrícolas e enquadramento social dos agentes da actividade agrícola****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES**

DSATAR/DAEA

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE**

Dinamização da estruturação das explorações agrícolas e enquadramento social dos agentes da actividade agrícola através de:

- Apoio à concretização dos objectivos assumidos relativamente às intervenções de Reforma antecipada e Cessação da actividade agrícola
- Apoio à adequação a boa execução de projectos emparcelamento integral, incluindo o instrumento de "Reserva de terras" e assegurar a operacionalização do instrumento emparcelamento simples
- Proposta de melhorias no enquadramento legal relativas à transmissão da exploração, redimensionamento e arrendamento rural
- Estudo do enquadramento dos agentes da actividade agrícola ao nível da segurança social e fiscalidade

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Garantir a transmissão das explorações agrícolas							
Acção 1.1. Acompanhamento dos processos de Reforma Antecipada no âmbito do Programa RURIS	% de resposta às solicitações no âmbito das competências da DAEA	100%	100%		3		Elaborados pareceres e remetidos ao IFAP para resposta às questões de execução do Programa RURIS. Selecção através de concurso público internacional de entidade independente para realização da avaliação ex-post e respectivo acompanhamento
	Prazo de envio do relatório de avaliação final	O prazo regulamentar	Foi enviado à Comissão Europeia a versão preliminar (sem a avaliação da Comissão de Acompanhamento do RURIS) do relatório final da avaliação ex-ante antes de 31 de Dezembro				
Acção 1.2. Acompanhamento da execução Reg. (CEE) n.º 2079/92- Cessação da Actividade Agrícola (acompanhamento de processos activos e controlo)	% de resposta às solicitações no âmbito das competências da DAEA	100%	100%		3		Elaborados pareceres e remetidos ao IFAP para resposta às questões de execução do Reg. (CEE) n.º 2079/92- Cessação da Actividade Agrícola. Efectuado o controlo relativo aos anos 2007 e 2008

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 2 Promover o redimensionamento da estrutura das explorações agrícolas							
Acção 2.1. Acompanhar a evolução dos Projectos de Emparcelamento de iniciativa Publica:  Dinamizar o encerramento de projectos/perímetros (executados ou sem perspectiva de execução)  Assegurar a execução dos projectos activos de acordo com calendário estabelecido pela intervenção hidroagrícola	% de propostas de estratégia encerramento de perímetros executados	80%	80%		3		Dada a complexidade da tarefa não foi possível terminar a estratégia que vise o encerramento de projecto de emparcelamento Apesar de elaborada uma proposta de novos lotes, tendo em consideração que se aguarda a fixação de bases do P.E. Óbitos não foi possível submete-la à apreciação dos interessados
	% de adaptação de leg. que permita o encerram. de proj. sem perspectivas de execução	100%	0%				
	% de projectos de emparcelamento activos executados	100% de acordo com calendário aprovado	90% (proposta de novos lotes concluída mas não reclamada uma vez que não foi publicada a Portaria de fixação de bases do P.E. Óbitos)				
Acção 2.2. Acompanhamento do encerramento dos projectos de Emparcelamento de iniciativa privada tendo em conta as orientações da Política de desenvolvimento Rural e o relatório do grupo "O Abandono de Terras Agrícolas e a Dinamização do Mercado da Terra"	% de avaliações finais com proposta de actuação superior	90%	100% dos projectos que encerraram		3		Com o alargamento do prazo de encerramento do AGRIS, verificou-se um alargamento do prazo de encerramento dos projectos de emparcelamento
Acção 2.3. Assegurar o cumprimento da legislação relativamente a acções de emparcelamento simples, através da emissão de declarações da DGADR enquanto autoridade oficial no âmbito do emparcelamento não integral, nomeadamente no que respeita a envio de informação aos agricultores	% de resposta	Resposta a 100% das solicitações no âmbito das competências da DAEA	100%		3		Foram decididos 54 pedidos de emparcelamento simples 50 deferidos e 4 indeferidos)

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 2.4. Gestão do ficheiro informático relativo à Reserva de Terras	Nº de dias para a actualização da Base de dados	5 dias úteis	Base de dados central consoli- dada e actualiza- da		3		Consolidação da base de dados central com 5691 prédios relativos às Reservas de Terras dos projectos de emparcelamento iniciados
Acção 2.5. Adequação da constituição da Reserva de Terras ao objectivo definido pelas orientações políticas no âmbito da Estruturação Fundiária • Definição da constituição da reserva de Terras adequada à execução de política de emparcelamento • Elaboração de proposta com vista à execução da adequação	Nº de relatórios com princípios orientadores elaborados	1 relatório	1 relatório		3		Elaboração de um relatório com a situação de cada Reserva de Terras
	% de adequação da Reserva de Terras	20%	1 ofício remetido à DGTF com identificação dos prédios a des- fectar à RT				
OBJ. 3 Promover a melhoria na política de estruturação das explorações agrícolas							
Acção 3.1. Dinamização de uma estratégia para a questão da transmissão da exploração, redimensionamento e arrendamento rural	Nº de relatórios	Elaborada proposta de revisão de enquadramento legal da lei do arrendamento rural		5			Pode-se considerar superado uma vez que foi simultaneamente objectivo QUAR e consequentemente foram definidos metas de superação
Acção 3.2. Adaptação da legislação nacional decorrente do relatório do grupo de trabalho "O Abandono de Terras Agrícolas e a Dinamização do Mercado da Terra", através de intercâmbio com outros territórios com situações semelhantes	Nº de acções de intercâmbio	3 reuniões	1 reunião com a ANF			1	A adaptação da legislação nacional decorrente do arrendamento rural foi consertada com a AFN de forma a integrar a componente florestal. Não foram realizadas reuniões com as DRAP's

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 4 Assegurar o enquadramento dos agentes da actividade agrícola ao nível da segurança social e fisco- lidade							
Acção 4.1. Diagnós- tico de enquadra- mento dos agentes da actividade agrí- cola, ao nível da segurança social e fiscalidade	Nº de documentos	1 documento de Diagnóstico			3		Elaboração de diagnóstico com base com base nos seguintes documentos: Legislação da Segurança Social; "CIMI- CIMI-CIS, Cód- go do Imposto Municipal Sobre Imóveis"; "Código do Imposto Muni- cipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis"; "Código do Imposto do Selo"; "Código Civil Português"; "Código do IRS- IRC-EBF"; "Código do IRS, do IRC e do Estatuto dos Benefícios Fis- cais"; "Orçament o de Estado 2008. Altera- ções do Regime Simplificado IRS/IRC"

**4. RESPONSÁVEL**

Maria Alexandra Aguiar Canongia Lopes de Correia Diniz (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Formação Profissional Agrícola e para o Desenvolvimento Rural****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES**

DFA

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

- Preparar, divulgar, executar e avaliar o plano de formação, de acordo com as necessidades diagnosticadas e os objectivos definidos.
- Levantar necessidades de formação e identificar áreas formativas em emergência.
- Promover a realização de estudos e recursos didáctico-pedagógicos.
- Preparar projectos de orientação estratégica e de medidas de política para a formação profissional no âmbito do MADRP.
- Preparar projectos de regulamentação no âmbito da harmonização e desenvolvimento curricular de acções de formação na área agrícola e do desenvolvimento rural, da homologação e da avaliação da formação, da certificação profissional e coordenar a sua aplicação.
- Reconhecer Entidades Formadoras e homologar cursos no âmbito da formação homologada pelo MADRP.
- Apoiar a gestão técnica, pedagógica e financeira da Medida 7 - Formação Profissional do PO AGRO, no âmbito do Contrato-Programa celebrado com o Gestor desse Programa.
- Disponibilizar informação relevante sobre a formação profissional no âmbito do MADRP, os sistemas de incentivos à formação profissional e a formação e educação na área agrícola e do desenvolvimento rural.

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Adequar a formação profissional às necessidades de qualificação dos agricultores e técnicos do sector agrário							
Acção 1.1. Elaboração de proposta de linhas de orientação estratégica e de medidas a submeter a decisão da tutela	Nº de documentos	1 documento de estratégia e de medidas	1 documento de estratégia e de medidas	5			Foi realizado o documento dentro do prazo de superação
	Nº de reuniões	10 reuniões com Organismos do MADRP e Parceiros Sociais	1 Reunião realizada com todos os organismos do MADRP		3		Foi definido superiormente realizar apenas esta reunião que envolveu a direcção de todos os organismos do MA e não envolveu os parceiros sociais
Acção 1.2. Harmonização de Procedimentos	Nº de manuais e de reuniões	3 manuais de: - reconhecimento e homologação de acções para agricultores (1) / técnicos C - Gestão da Bolsa de formadores (1) - 4 reuniões com organismos do MADRP	3 propostas de manuais, sendo 2 de reconhecimento e homologação de acções, para agricultores e para técnicos, e a outra de gestão da bolsa de formadores			1	Foram elaborados os projectos de manuais, mas não foram concluídos nem apresentados por não ter sido publicada a legislação de enquadramento



OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 2 Reforçar a capacidade técnica, científica e pedagógica dos quadros técnicos e formadores no âmbito da agricultura e do desenvolvimento rural							
Acção 2.1. Preparação, acompanhamento das acções de formação a promover em 2008, e gestão das salas e equipamentos audio-visuais destinados às referidas acções	Nº de formadores a recrutar	20 formadores	23 formadores	5			
	Nº de reuniões a realizar	10 reuniões de preparação com formadores	10 reuniões		3		
	Nº de formandos a seleccionar	90 formandos	57 formandos		3		Taxa de realização de 100%, tendo em consideração que as unidades orgânicas da DGADR apenas propuseram para execução 4 acções, cada uma para 14 formandos
	Nº de documentos a preparar	20 documentos de apoio pedagógico	24 documentos de apoio pedagógico	5			1 documento também foi editado em suporte electrónico, sendo instrumento de apoio aos formadores nos cursos dirigidos a agricultores
	Nº de dossiers pedagógicos a constituir e organizar	6 dossiers pedagógicos	4 dossiers pedagógicos		3		Taxa de realização de 100%, tendo em consideração que no levantamento de necessidades foram identificadas para execução 4 acções
Acção 2.2. Realização da formação prevista para o ano de 2008	Nº de acções de formação a realizar	6 acções	4 acções		3		Taxa de realização de 100%, pelo motivo descrito na avaliação do indicador anterior
	Nº de formandos a concluir as acções	90 formandos	56 formandos		3		Taxa de realização de 100%, pelo motivo já descrito
	Volume total horas formação	3.240 horas	2.638 horas		3		Taxa de realização de 100%. Em conformidade com as 4 acções de formação realizadas
Acção 2.3. Acompanhamento e avaliação das accções realizadas	Nº de relatórios de avaliação	1 relatório	1 relatório		3		

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 2.4. Execução da "avaliação do impacto da formação" efectuada a cursos do ano de 2006 e de 2007	Nº de relatórios de avaliação	2 relatórios				1	Executados os modelos de questionários. A reavaliar para possível execução em 2009
Acção 2.5. Elaboração de candidaturas para financiamento do plano de formação de 2008	Nº de projectos de candidatura	2 projectos				1	Por se aguardar: -acreditação da DGADR como Entidade Formadora -conclusões sobre proposta de linhas de orientação estratégica; - orientações para o levantamento de necessidades de formação. Ainda, as candidaturas ao POPH serem em período fechado, não compagináveis com as condicionantes anteriores
Acção 2.6. Preparação de dossiers contabilístico-financeiros, de pedidos reembolso e de saldo para efeito de financiamento do plano de formação	Nº de dossiers contabilístico-financeiros, de pedidos de reembolso e de saldo	6 dossiers 12 pedidos de reembolso 2 pedidos de saldo				1	Pelos motivos expressos no item anterior
Acção 2.7. Elaboração do Diagnóstico de Necessidades de Formação para o ano de 2009	Nº de inquéritos, de relatórios com DNF e de propostas de áreas de Formação para 2009	300 inquéritos remetidos para entidades externas 1 inquérito remetidos para as U.O. da DGADR 1relatório 1proposta				1	Elaborados os instrumentos para os inquéritos. Sistematizados os endereços dos inquiridos. Não concluído pelos motivos expressos no item 2.5.
Acção 2.8. Elaboração do Plano de Formação 2009 e de propostas de candidatura a programas de financiamento	Nº de planos de formação e de projectos de candidatura	1 plano de formação 2 projectos de candidatura				1	Pelos motivos expressos no item 2.5.
Acção 2.9. Elaboração dos pedidos de saldo, de candidaturas da DGADR, não concluídos em 2007	Nº de pedidos de saldo	3 pedidos de saldo	3 pedidos de saldo		3		3 últimos pedidos de saldo de candidaturas do Ex-HIDRa no âmbito da Medida 7 do PO AGRO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 3 Capacitar técnicos e formadores em áreas prioritárias para a aplicação do PDR 2007-2013.							
Acção 3.1. Conceber programas de formação	Nº de programas	4 programas de formação em: -aconselhamento agrícola (Formadores e técnicos) -formadores de mestres-agricultores - “Desenvolvimento Local em Territórios Rurais / A Abordagem Leader”	2 programas de formação em: - inspectores no âmbito da produção controlo e certificação de materiais vitícolas - inspectores no âmbito da produção controlo e certificação de materiais de propagação de fruteiras e hortícolas		3		Taxa de realização de 50%,adequada aos 2 pedidos de programas efectuados pela DIFP, e executados em trabalho conjunto com a referida unidade orgânica. Não se registaram mais pedidos
Acção 3.2. Elaboração e apresentação de proposta de estudo com vista à criação de um portal de e-learning agrícola e de desenvolvimento rural	Nº de estudos e de propostas	1 estudo de viabilidade 1 proposta de projecto para decisão				1	Dependente das conclusões sobre as linhas de orientação estratégica
OBJ. 4 Divulgar material pedagógico necessário à formação profissional do sector, relativamente a áreas prioritárias							
Acção 4.1. Produção de manuais técnicos de mecanização, estruturados numa lógica de aprendizagem	Nº de manuais	3 manuais de mecanização	3 manuais de mecanização		3		Foram concluídos os manuais no prazo programado e conforme definido no projecto
	Nº de CD’s	1 CD de mecanização agrícola	1 CD de mecanização agrícola		3		Foi concluído o CD-ROM no prazo programado e conforme definido no projecto
	Nº de seminários	1 seminário de divulgação dos manuais e CD’s	1 seminário de divulgação dos manuais e CD’s		3		Foi realizado o seminário no prazo programado e conforme definido no projecto. Participaram cerca de 100 técnicos. Os Manuais tiveram um muito bom acolhimento por parte dos destinatários

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 5 Regular a formação profissional com interesse sectorial, através da intervenção ao nível da regulamentação, da elaboração dos conteúdos programáticos, da homologação de acções de formação e avaliação de intervenções formativas							
Acção 5.1. Elaboração de projectos de regulamentação para cursos nas áreas de: a) Distribuição, comercialização e aplicação de PF (agricultores, operadores e técnicos) b) Culturas e materiais vitícolas (inspectores vitícolas), para homologação pelo MADRP	Nº de projectos de diploma	2 projectos de diploma	3 projectos de diploma	5			a) Proposto superiormente, aguarda publicação b) Publicados 2 Despachos que determinam o custo de inscrição a suportar pelos formandos aos cursos de inspecção de materiais de propagação vitícolas (1) e de fruteiras e hortícolas (1)
Acção 5.2. Desenvolvimento curricular de cursos nas áreas de: a) Distribuição, comercialização e aplicação de PF (agricultores, operadores e técnicos) b) Culturas e materiais vitícolas (inspectores vitícolas)	Nº de programas de cursos	7 Programas de cursos	7 programas de cursos			1	a) Foi iniciada a preparação dos programas de formação para a qualificação e para a reciclagem. Não foram publicitados por se aguardar a aprovação do projecto de diploma. b) Retirado deste item por ser acção a promover pela DGADR e não sujeita a definição de procedimentos de homologação
Acção 5.3. Reconhecimento de entidades formadoras para cursos homologados	% de processos analisados e correctamente instruídos	90% dos processos recepcionados	100% dos processos recepcionados	5			
Acção 5.4. Homologação de acções de formação	% de processos analisados e correctamente instruídos	90% dos processos recepcionados	100% dos processos recepcionados	5			
Acção 5.5. Autorização de realização de acções	% de processos analisados e correctamente instruídos	90% dos processos recepcionados	100% dos processos recepcionados	5			
Acção 5.6. Homologação de certificados	% de certificados homologados	90% dos certificados apresentados	100% dos certificados apresentados	5			
Acção 5.7. Tratamento estatístico dos dados da formação profissional homologada	Nº de relatórios em suporte de papel Nº de ficheiros actualizados no site da DGADR	1 relatório anual 4 ficheiros				1	Não foi concluído o relatório por ter sido dada prioridade ao apoio à Medida 7 do AGRO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 6 Garantir a equiparação de competências no âmbito da formação homologada pelo MADRP							
Acção 6.1. Emissão de pareceres sobre equivalência de competências de activos agrícolas	% de processos analisados e correctamente instruídos	95% dos processos recepcionados	100% dos processos recepcionados	5			
Acção 6.2. Reconhecimento e validação de competências de coordenadores de acções de formação profissional no âmbito do Despacho 21124/2006, de 17 de Outubro	% de processos analisados e correctamente instruídos	95% dos processos recepcionados	100% dos processos recepcionados	5			
OBJ. 7 Assegurar a representação do MADRP junto de diferentes órgãos relativos à formação profissional							
Acção 7.1. Participação nos grupos de trabalhos e nas reuniões decorrentes dos órgãos onde o MADRP está representado: Comissão Nacional de Aprendizagem Comissão técnica para a formação técnica pós-secundária (CET) Comissão de Mecanização Agrária	% de participação	100% de participação em reuniões realizadas	100% de participação em reuniões realizadas – Comissão Nacional de Aprendizagem  100% de participação em reuniões realizadas – técnica para a formação técnica pós-secundária (CET)		3		Foi assegurada a participação em todas as reuniões convocadas  A Comissão de Mecanização Agrária não teve actividade no ano de 2008
OBJ. 8 Assegurar a correcta gestão das candidaturas atribuídas à DGADR no âmbito da Medida 7 do PO Agro e prestar apoio ao Gestor.							
Acção 8.1. Análise e acompanhamento dos processos de candidatura afectos à Unidade Técnica (UT) da DGADR • Análise e parecer de candidaturas em sede de saldo • Gestão técnico-pedagógica de candidaturas • Gestão financeira e processual de pedidos de pagamento Atendimento e informação às entidades formadoras	% de reembolsos analisados e de saldos analisados após instrução correcta dentro dos períodos legais e/ou estipulados pelo Gestor do AGRO	100% de visitas em sede de saldo e reembolso realizadas	>100% de visitas realizadas	5			Em sede de saldo, houve necessidade de efectuar mais do que uma visita em alguns projectos, daí termos superado o previsto (100%=1 visita/projecto)
		100% de reembolsos analisados	100% de reembolsos analisados		3		Analisados, propostos para decisão e comunicados às respectivas entidades a totalidade dos reembolsos, mesmo tendo-se verificado alterações na equipa de analistas, nomeadamente ausência de financeiro a partir de Março

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 8.1. (cont.)		100% de pedidos de saldo analisados	100% de pedidos de saldo analisados e 100% de reanálises de saldo efectuadas, bem como de relatórios de audiências prévias	5			Analisados, propostos para decisão e comunicadas as decisões da totalidade dos pedidos de saldo apresentados e devidamente formalizados pelas respectivas entidades, mesmo tendo-se verificado as alterações referidas no item anterior
	% de respostas a esclarecimentos solicitados	100% dos esclarecimentos solicitados pelas entidades	100% de respostas a esclarecimentos solicitados		3		Foram efectuados esclarecimentos para além do requerido pelas entidades, de forma a orientar no sentido de se alcançarem os objectivos da Medida 7 do PO AGRO
Acção 8.2. Acompanhamento da Medida 7 • Apoio à realização de auditorias previstas em legislação	% de verificação dos dossiers para auditoria	100% de dossiers verificados	100% de dossiers verificados		3		
	Tempo de elaboração de resposta aos contraditórios das auditorias	100% de respostas dentro do período legal (10 dias)	100% de respostas dentro do período legal (<10 dias)	5			Para além de terem sido efectuados dentro do período legal, alguns foram efectuados em menor número de dias e em todos foi salvaguardado o tempo necessário para a execução do expediente sem ultrapassar o prazo

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 8.3. Apoio ao Gabinete do Gestor <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação para o IGFSE e Gabinete do Gestor - despesa validada</li> <li>• Apoio às UT's relativamente à plataforma SIIFSE/AGRO</li> </ul> Manutenção da informação constante nas Bases de Dados de Gestão de Candidaturas, do IFADAP e do SIIFSE	Nº de quadros relativos à despesa validada (mod. 6)	12 quadros (1/mês)	12 quadros executados, sendo 1/mês		3		A informação envolve as restantes UT's para além da UT da DGADR. No entanto, mesmo sendo necessário efectuar a sua recolha, a informação foi prestada atempadamente
	% de processamento de pedidos de restituição ao IGFSE (mod. 9)	100% dos pedidos de restituição processados	100% dos pedidos de restituição determinados pelo Gabinete do Gestor processados		3		As restituições são processadas após determinação do gabinete do Gestor
	% de execução de pontos de situação sobre a evolução de candidaturas	80% de resposta à solicitação de pontos de situação	100% de resposta a solicitações de pontos de situação	5			As respostas efectuadas foram executadas dentro dos prazos requeridos e apresentadas com precisão
	% de comunicações (ofícios e faxes) para divulgação junto das UT's e entidades das orientações do Gabinete do Gestor do AGRO	100% de execução	100% executado		3		As orientações do Gestor foram comunicadas a todas as UT's, tendo sido acrescidas de comunicações efectuadas como alerta para o cumprimento de determinações de âmbito regulamentar
	% desconformidades da base de dados SIIFSE	100% de execução	100% executado		3		Foi elevado o número de desconformidades verificadas na base de dados do SIIFSE aquando da submissão de reembolsos e de saldos pelas entidades e da respectiva análise e parecer pelas UT's. Sobre estas reportámos os erros para efeito de correcção e procedemos às comunicações após as correcções efectuadas

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 8.3. (cont.)	% de execução de verificações/actualização da informação inserida na Base Dados Gestão Candidaturas., na Base Dados do IFADAP e no SIIFSE	80% de execução	80% de execução		3		Não foi possível utilizar a base de dados de gestão de candidaturas por avaria do servidor onde se encontrava alojada, situação que se mantém desde meados do corrente ano
Acção 8.4. Tratamento da informação estatística para o relatório de execução anual da Medida 7, relativa às candidaturas inseridas na Base de Dados de Gestão de Candidaturas (anos 2000 a 2004)	Nº de relatórios de execução anual	1 relatório	1 relatório		3		Apresentado atempadamente o relatório de execução do ano de 2007 referente às candidaturas inseridas na Base de Dados de Gestão de Candidaturas (anos 2000 a 2004)
<b>OBJ. 9 Disponibilizar informação relevante sobre formação profissional no site da DGADR</b>							
Acção 9.1. Criação de conteúdos e actualização de informação no site da DGADR – área de formação profissional	Nº de sub-áreas a introduzir na área da FP e frequência de actualizações da página	3 sub-áreas Bimestral	Efectuada 1 actualização			1	Esta área não foi priorizada para os trabalhos de alteração do sítio da DGADR

#### 4. RESPONSÁVEL

Joaquina Fonseca (Chefe de Divisão)



## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Associativismo Agrícola e Rural****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:**

DSATAR/DFA

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

Execução de competências atribuídas à Divisão no âmbito do Associativismo Agrícola e Rural.

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Cumprir os preceitos legais e gerais no domínio da constituição, legalização e funcionamento das diferentes formas de Associações, Agrícolas e Rurais							
Acção 1.1. Certificação da Natureza Agrícola das Cooperativas Agrícolas	% de resposta a pedidos de certificação de natureza agrícola	100% de resposta	100% de resposta		3		O número de pedidos duplicou em relação ao ano anterior e a partir de Agosto aposentou-se o técnico adstrito a esta área
	% de pedidos de 2 <sup>as</sup> vias de certificados de natureza agrícola	100% das 2 <sup>as</sup> vias requeridas	—				Não se verificaram pedidos de 2 <sup>as</sup> vias de certificados de natureza agrícola
	Identificação de cooperativas agrícolas cujo certificado de natureza agrícola foi suspenso e/ou anulado	100% das retiradas propostas	—				Não foram requeridos pelas DRAP pedidos de suspensão e/ou anulação de certificados de natureza agrícola de cooperativas
Acção 1.2. Reconhecimento de SAG's e formas congéneres	% de pedidos de reconhecimento de SAG's e formas congéneres	100% dos pedidos	100% dos pedidos		3		Acrescido de 1 pedido de renovação de alvará de reconhecimento
	Identificação de SAG's e formas congéneres, cujo Alvará de reconhecimento foi retirado	100% das retiradas propostas	—				Não foram requeridos pelas DRAP pedidos de retirada de alvará de reconhecimento

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 2 Garantir a execução da estratégia definida para o Associativismo Agrícola e Rural							
Acção 2.1. Execução de um modelo de acompanhamento e avaliação das linhas de estratégia para o associativismo agrícola e rural	Nº de reuniões internas, com as DRAP's e organizações agrícolas e rurais e de documentos	18 reuniões  1 modelo de acompanhamento e avaliação	5 reuniões internas  1 Documento "Associativismo Agrícola em Portugal-2008", com pressupostos para reflexão			1	Demos início a este trabalho a nível interno. A inexistência de técnico adstrito a esta área a partir de Agosto e a prioridade estabelecida para execução de outros trabalhos não permitiu a sua execução
Acção 2.2. Acompanhar e avaliar a situação e a evolução das associações agrícolas e rurais	Nº de entidades associativas existentes	1 Base de dados do Associativismo Agrícola e Rural por actividade, por tipo, por região e sua caracterização	As 2 bases de dados existentes estão em actualização			1	Efectuamos uma auscultação sobre as Cooperativas e SAG's junto das DRAP. No entanto, ainda não recebemos todas as respostas. As bases de dados existentes estão em actualização
Acção 2.3. Definição de medidas de fomento, desenvolvimento e consolidação do associativismo agrícola e rural	Nº de reuniões de debate e de propostas	18 reuniões  1 proposta de medidas de política				1	Pelos motivos expressos em 2.1.
Acção 2.4. Criação de apoio a nível de informação às associações agrícolas e rurais sobre as oportunidades proporcionadas pelo PDRC e pelo QREN	Nº de documentos de informação	1 guia de divulgação dos apoios ao investimento 1 documento com assuntos inovadores ao nível do associativismo agrícola e rural				1	Pelos motivos expressos em 2.1.
Acção 2.5. Divulgação de informação relativa ao Associativismo Agrícola e Rural	Nº de actualizações da área do associativismo na página da Internet da DGADR	6 actualizações				1	Os conteúdos existentes no site estão actualizados. As bases de dados encontram-se em actualização. No entanto, esta área não foi prioritária para os trabalhos de alteração do sítio da DGADR

**4. RESPONSÁVEL**

Joaquina Fonseca (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Incentivar o desenvolvimento económico das zonas rurais****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:**

EPDTR

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

- Disponibilizar aos agentes rurais informação e ferramentas de apoio para incentivar o empreendedorismo, a dinamização e diversificação de actividades e a criação de emprego
- Colaborar com o GPP na implementação do PRODER

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ.1 Incentivar o empreendedorismo, a dinamização e diversificação de actividades para a revitalização económica das zonas rurais							
Acção 1.1. Sistematização dos apoios específicos, acompanhamento da legislação e concepção de novas formas de apoio para o desenvolvimento económico das zonas rurais	Nº de actualizações do “Guia dos apoios específicos para o desenvolvimento socioeconómico das zonas rurais”	4 actualizações	<div>10 actualizações</div> <div>Realizadas 6 reuniões</div>	5			<div>Sistematizada e actualizada a informação e carregamento da base de dados relativamente aos diferentes Sistemas de Apoio no âmbito da criação de micro-empresas, comércio, turismo, equipamentos sociais, património e serviços de apoio à população: QREN, PRACES, MODCOM, TURISMO (PIT e Protocolos Bancários), IEF, PRODER</div> <div>Reuniões entre o técnico da DSIGA, responsável pela “construção do Guia” e os técnicos responsáveis pela elaboração do trabalho</div>

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.2. Elaboração e proposta do "Guia de apoio à criação de microempresas"	Nº de exemplares (a decidir)	1 Guia a disponibilizar via Internet / em CD / ou em papel	<p>Guia disponibilizado na Internet</p> <p>Guia integrado no SIMPLEX 2008 do MADRP</p> <p>- 1 "Nota de Imprensa"</p> <p>- 1 "Desdobrável" (300 exemplares)</p> <p>- N.º visitantes do Sítio – 1652</p> <p>- Actualização da Base de Dados Semanal</p>	5			<p>Concepção e Carregamento da Base de Dados</p> <p>- 1 Documento Metodologia</p> <p>O Guia foi uma das Medidas que o MADRP apresentou no âmbito do SIMPLEX para 2008.</p> <p>Definição dos indicadores de Impacto para o GUIA – em resposta a solicitação da Secretaria-Geral</p> <p>Preenchimento e envio mensal das Fichas de Medida de Simplificação (SIMPLEX 2008), de Março a Julho (5 mail's).</p> <p>Elaboradas 2 informações; 2 notas internas;</p> <p>- realizadas 2 reuniões,</p> <p>Divulgação:</p> <p>- Divulgada na página da DGADR e do MADRP</p> <p>- 3 Reuniões de preparação / discussão do desdobrável com técnicos da DPDI</p> <p>- 6 Mail's</p> <p>- entre 11 de Agosto e 28 de Dezembro de 2008</p>
	Nº de acções de divulgação	1 Acção de divulgação	2 Acções	5			<p>No âmbito do:</p> <p>- Congresso da Semente;</p> <p>- Seminário "Turismo Rural e Desenvolvimento dos Territórios Rurais"</p>

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.3. Elaboração e proposta do “Guia de apoio à cooperação”	Nº de exemplares (a decidir)	1 Guia a disponibilizar via internet / em CD / ou em papel	Elaborada 1 versão de trabalho			1	O guia não foi disponibilizado dado que o técnico a que foi atribuída a tarefa se ter reformado. Esta acção será retomada em 2009
	Nº de acções de divulgação	1 acção de divulgação				1	
Acção 1.4. Acompanhamento e proposta de ajustamentos às políticas enquadradoras das actividades desenvolvidas em meio rural potenciadoras do seu desenvolvimento económico	N.º de propostas apresentadas	2 propostas	7 propostas	5			Análise e proposta de alteração do: - PDM de Portimão - PDM de Vila Viçosa - PO Parque Natural Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina - PROT Alentejo - PROT Oeste e Vale do Tejo - PROT da Área Metropolitana de Lisboa - Resposta ao GPP no âmbito de solicitação sobre o PNACE
			1 reunião				Participação numa reunião no GPP, para preparação das propostas dos Planos Regionais de Ordenamento do Território do Norte, Centro e Alentejo, tendo como base os seguintes assuntos: A edificação em solo rural no contexto do ordenamento do espaço rural e Metodologia adoptada nos PROT/PDM para a qualificação do solo rural e perspectivas para a sua regulamentação

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.5. Caracterização de potenciais linhas de trabalho no âmbito das plantas aromáticas e dos cogumelos silvestres	Nº de áreas de actuação definidas	2 áreas de actuação	1 área identificada			1	Foi identificada a área dos Recursos Micológicos que resultou num projecto INTERREG IV – SUDOE - FUNGIINOVA
	Nº de entidades que contribuíram para a caracterização	7 entidades	11 entidades	5			Parceiros do projecto FUNGIINOVA (INTERREG IV B) (2 Franceses, 2 Espanhóis, 7 Portugueses)
Acção 1.6 – Integrar parcerias / propor projectos  <b>(Acção não programada mas executada)</b>			<p>Parceiros em projectos do INTERREG IV – SUDOE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Projecto BESANAS</li> <li>- Projecto SUEDES</li> <li>- Projecto FUNGIINOVA</li> </ul> <p>Parceiros em projecto do INTERREG IV – MED:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Projecto SMED</li> </ul> <p>Colaboradores no projecto "RURAL YOUTH", do INTERREG IV – SUDOE</p> <p>5 reuniões</p>				<p>- Análise da bolsa de projectos dos Programas INTERREG MED e SUDOE e contactos com várias entidades.</p> <p>- Análise de propostas de candidatura aos programas INTERREG MED e SUDOE.</p> <p>- Reunião com os parceiros nacionais do projecto RURAL-YOUTH (Programa SUDOE): ISCTE, ANIMAR, Instituto Politécnico de Leiria, ACERT, Associação Terra-Chã, Associação Trilho, DGADR/EPDTR.</p> <p>- Reunião com os parceiros do projecto BESANAS: 13 parceiros</p> <p>- Reunião dos parceiros nacionais do projecto SUEDES: DGADR/EPDTR, ANIMAR e Federação Minha Terra</p> <p>- Formalização das candidatu-</p>

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.6 (cont.)			<p>Apresentação de "Ideia Projecto – Património Rural"</p> <p>Proposta de Projecto "Inovar em Meio Rural"</p> <p>Parceiros no projecto "SINAIS Douro"</p>				<p>ras dos projectos <i>SMED</i> (Programa MED), <i>SUEDES</i> (7 parceiros), <i>Viajando por Besanás</i> e <i>Fungiinova</i> (Programa SUDOE):</p> <p>Preenchimento do formulário de candidatura (plano de acção, orçamento, ficha de identificação de parceiro, declaração de compromisso);</p> <p>- Elaboração de 6 informações, 4 ofícios, 1 fax e envio de 35 mail's.</p> <p>- Organização de dossiers para cada projecto candidatado.</p> <p>- Análise de bolsa de projectos da 2ª fase do Programa INTERREG IV C e contactos com várias entidades.</p> <p>Reuniões – 4</p> <p>Apresentada uma proposta de projecto a discutir com parceiros para futura candidatura a concurso do INTERREG IV</p> <p>- 1º Documento de trabalho sobre o projecto "Inovar em Meio Rural"</p> <p>- Definição das linhas gerais da participação da DGADR no projecto "SINAIS Douro"</p>

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.7 – Participação em Seminários / Conferências  <b>(Acção não programada mas executada)</b>			Participação em: 1 Seminário 1 Conferência				Seminário de capitalização "Redes do Conhecimento e Conhecimento em Rede" - Lisboa "Conférence sur la cohésion territoriale et l'avenir de la politique de cohésion - Paris
<b>OBJ. 2 Contribuir para a implementação dos Eixos 3 e 4 do FEADER</b>							
Acção 2.1. Colaborar no processo de apreciação e selecção dos PDL	Nº de reuniões realizadas	7 reuniões		5			<ul style="list-style-type: none"> <li>- 3 reuniões de trabalho com o GPP</li> <li>- 4 reuniões da Comissão de Avaliação para o reconhecimento de Grupos de Acção Local e aprovação de Estratégias Locais de Desenvolvimento</li> <li>- 2 reuniões com DRAPLVT e DRAPALT</li> <li>- Apresentação de proposta de regulamento do processo de selecção dos grupos de acção local e das estratégias locais de desenvolvimento no âmbito do sub-programa 3 do PRODER</li> <li>- Apresentação de proposta sobre as "Competências dos órgãos e entidades envolvidas no processo de selecção, decisão e contratação das candidaturas dos GAL"</li> <li>- Parecer sobre os Critérios de Selecção da Medida 3.5 – Funcionamento dos GAL, Aquisição de Competências e Animação", propostos pelo GPP</li> </ul>



OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
	Nº de PDL apreciados	45 PDL	48 PDL	5			
	Nº de GAL / PDL aprovados	100% dos GAL/PDL que reúnam todas as condições	100% dos GAL/PDL que reúnam todas as condições		3		Foram aprovadas 44 GAL/PDL
Acção 2.2. Colaborar em todas as solicitações, no âmbito das competências da Equipa	Nº reuniões realizadas	4 reuniões	6 reuniões	5			Reuniões internas para análise dos documentos enviados e emissão dos respectivos pareceres
	Nº de respostas / propostas apresentadas	8 respostas / propostas	14 pareceres 8 respostas	5			<p>- Parecer sobre a Consulta Pública do Programa da "Rede Rural Nacional"</p> <p>- Pareceres sobre a Consulta Pública dos Regulamentos de Aplicação das Medidas 3.1, 3.2, 3.3 e 3.5</p> <p>- Pareceres sobre a Consulta Pública dos Regulamentos de Aplicação das Medidas 1.2 e 2.4</p> <p>- Pareceres sobre a Consulta Pública dos Regulamentos de Aplicação das Acções 2.1.1, 2.1.2, 2.2.1, 2.2.2, 2.4.1. e 4.2.1</p> <p>Resposta a pedidos de Informações e esclarecimentos solicitados - 8 mail's</p>

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 3 Observar a situação dos territórios rurais							
Acção 3.1. Criação dum “Observatório dos territórios” para diagnóstico dos territórios rurais, no quadro da sua envolvente regional, com base na informação existente	Nº de propostas apresentadas	2 propostas	2 propostas		3		- Estudo de caracterização do Turismo no Espaço rural e do Turismo de Natureza em Portugal (Concurso nº 9/2008) - Estudo sobre o contributo do sector do turismo para o desenvolvimento sócio-económico dos territórios rurais (aguarda financiamento)
	Nº de reuniões	4 reuniões	27 Reuniões	5			Reuniões com o IESE, com o Turismo de Portugal, com a Federação Minha Terra e internas
	Nº de temáticas abordadas	2 temas	3 temas	5			- Caracterização das unidades de TER e de TN - Características dos hóspedes nas unidades de TER e de TN - Evolução da actividade turística nas unidades de TER e de TN entre 2000 a 2007
Acção 3.2. Identificação e sistematização de boas práticas em projectos inovadores.	Nº de reuniões realizadas	4 reuniões	7 reuniões	5			
	Nº de boas práticas	3 boas práticas	4 boas práticas (projectos inovadores)	5			No âmbito do Estudo de caracterização do TER e TN foram identificados 4 boas práticas e divulgadas 2 no Seminário

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 3.3. Criação de um boletim informativo	Nº de boletins produzidos	2 boletins				1	<p>Foi apresentada a 1ª proposta do boletim a 14/08/2008 (informação n.º 83/DSATAR/EPDTR/08). A 2ª proposta foi feita a 03/11/2008 (informação n.º 108/DSATAR/EPDTR/08), a qual teve o Concorde do Director-Geral. A esta data já não foi possível avançar com a edição de qualquer boletim.</p> <p>- Foram reunidos contributos para a "Folha Informativa da EPDTR" – 3 mail's</p> <p>- Preparada informação sobre as atribuições da Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, relativas ao Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal – 3 mail's</p>
<p>Acção 3.4. Realização de Seminário</p> <p><b>(Acção não programada mas executada)</b></p>			<p>- 1 Seminário</p> <p>- Folhetos /convites - 500</p> <p>- Cartazes - 100</p>				<p>Realização do Seminário "Turismo Rural e Desenvolvimento dos Territórios" – Guarda, que envolveu 9 entidades (apresentação estudos de caso / painel de discussão / mesa redonda)</p>

## 4. RESPONSÁVEL

Maria Custódia Martins Fernandes Pereira Correia (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Desenvolvimento de actividades potenciadoras do aumento da atractividade das zonas rurais****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES**

DSATAR – EPDTR – DFA

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE**

- Apoiar o desenvolvimento de actividades, enquadradas numa estratégia integrada de desenvolvimento local, que dinamizem e diversifiquem a economia e criem emprego nos territórios rurais
- Dotar os agentes locais e da administração, com intervenção no desenvolvimento local, de capacidade técnica e organizativa em áreas estratégicas da sua intervenção

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Promover e qualificar o turismo no espaço rural na perspectiva da sua contribuição para a diversificação das actividades em meio rural							
Acção 1.1. Integração em grupos de trabalho com o objectivo de propor e participar na melhoria da legislação relativa ao turismo no espaço rural	Nº de propostas apresentadas	2 propostas	5 propostas	5			– Análise e proposta de alteração da qual resultou o DL39/2008 – Análise e propostas (2) de alteração da qual resultou a Portaria n.º 937/2008 - Análise e propostas (2) de alteração da qual resultou a Portaria 1320/2008
	Nº de reuniões	3 reuniões	6 reuniões	5			- 1 reunião na DGADR, com técnicos da EPDTR e da DPRS e com técnicos do GPP e sobre a preparação dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) ao nível do Turismo no Espaço Rural - 5 reuniões para análise e discussão das propostas de diplomas, que nos foram enviados para análise, tendo sido enviados os nossos contributos para a SEDR

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.1. (cont.)			6 contactos/ pedidos de informação				- Contactos telefónicos e por mail com a Câmara de Comércio Italiana, a Embaixada de França e a Embaixada de Espanha, para obtenção de legislação nacional e regional, bem como legislação relativa às modalidades de TER
Acção 1.2. Análise das candidaturas a empreendimentos de TER e emissão de pareceres	Nº máximo de dias para análise e emissão de parecer	10 dias	10 dias		3		
	Nº de processos analisados	100% dos processos recepcionados	100% dos processos de 2008 + projectos pendentes de 2007		3		Processos analisados em 2008: 10 de 2007 (2ª análise após recepção de documentos em falta) e 67 de 2008, num total 77 Foram elaborados 147 ofícios relativos a: Pareceres finais de processos novos; Solicitação de elementos; Pareceres relativos a aprovação de alterações de processos anteriormente aprovados ou já licenciados; Confirmação de parecer de anteriores processos por caducidade de prazos do seu licenciamento
	Nº de processos com parecer favorável	90% dos processos analisados	94%	5			4,5% tiveram parecer desfavorável e os restantes ficaram pendentes, a aguardar elementos em falta

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.3. Gestão e actualização da Base de Dados do TER	Frequência das actualizações	Actualizações semanais	100%		3		Processos inseridos referentes às candidaturas – 209 Dados inseridos referentes a autos de vistoria e alvarás de licenciamento – 118
Acção 1.4. Actualização da página da Internet sobre o número de candidaturas analisadas	Frequência das actualizações	Actualizações trimestrais				1	Não cumprido por dificuldades de funcionamento na base de dados ao nível da emissão de relatórios
Acção 1.5 – Contributos e Participação em reuniões/formações  <b>(Acção não programada mas executada)</b>	-----	-----	1 reunião          1 Proposta de Cartaz				Participação em reunião de formação SIRJUE – ISLA – Lisboa: Novos procedimentos para a consulta às entidades da administração central, directa ou indirecta, que se devam pronunciar sobre as operações urbanísticas em razão de localização, aplicável à análise dos processos TER - Contributo para um cartaz para divulgação das competências da DGADR no âmbito do TER – IX Feira do Montado
<b>OBJ. 2 Participar na identificação dos artesãos e das actividades artesanais para maior visibilidade e valorização das profissões ligadas ao artesanato</b>							
Acção 2.1. Análise de candidaturas ao estatuto de artesão e de unidade produtiva artesanal e emissão de pareceres	Nº de candidaturas analisadas	100%	100%		3		192 candidaturas analisadas no âmbito das reuniões do Grupo de Trabalho Analisadas 7 candidaturas da área agroalimentar, no âmbito do Estatuto, das quais 4 devolvidas ao PPART por falta de enquadramento e, 3 com pedido de documentos em falta

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 2.1. (cont.)	Nº de candidaturas com parecer favorável	90% das candidaturas analisadas	91,2%	5			Além das candidaturas aprovadas: 172, foram ainda aprovadas 3 cartas de mérito
Acção 2.2. Articulação com o Instituto do Emprego e Formação Profissional no âmbito dos conceitos e das competências, ao nível do artesanato	Nº de reuniões	2 reuniões	2 reuniões  14 pedidos de informação / esclarecimentos		3		2 reuniões do GT das quais foram produzidas 2 notas resumo. Foram elaborados 6 ofícios e 8 mail's a solicitar informações ou a esclarecer sobre questões ligadas aos produtos agro-alimentares
Acção 2.3. Gestão e actualização da Base de Dados do Artesanato	Frequência das actualizações	Actualizações mensais	4 actualizações /mês		3		Memorando Base de dados do artesanato - 1 mail Actualização da base de dados do Artesanato - 1236 artesãos e 498 UPA 5 reuniões com a Informática 3 mail's
Acção 2.4. Actualização da página da Internet sobre o número de candidaturas analisadas	Frequência das actualizações	Actualizações trimestrais	2 actualizações			1	Actualização da informação estatística sobre o Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal, disponível na página da Internet

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
<p>Acção 2.5. Colaborar em todas as solicitações, no âmbito do estatuto do artesanato</p> <p><b>(Acção não programada mas executada)</b></p>			<p>Orador em sessão informativa</p> <p>19 respostas a solicitações</p> <p>1 Proposta de Cartaz</p>				<p>- Participação como orador na sessão de informação "Artes e Ofícios Portugueses: Sessão de informação e debate sobre questões de interesses para o sector" – FIA – 2008 (FIL-Lisboa)</p> <p>- Resposta a pedidos de Informações e esclarecimentos solicitados no âmbito das actividades artesanais por entidades particulares, artesãos, PPART, ASAE (4 ofícios e 15 mail's)</p> <p>- Contributo para um cartaz para divulgação das actividades artesanais – IX Feira do Montado</p>
<b>OBJ. 3 Divulgar e preservar o património rural</b>							
Acção 3.1. Estudo e promoção da realização de um Guia de Observação do Património Rural para as escolas (com o objectivo de fomentar o interesse pelo património rural das suas regiões)	Nº de exemplares	3000 exemplares					<p>O Guia foi apresentado e discutido, em reunião com o Director-Geral, tendo sido decidido aguardar a sua publicação</p>
	Nº de acções de divulgação	4 acções				1	
Acção 3.2. Identificação e divulgação de boas práticas nos domínios do conhecimento e preservação do património rural	Nº de acções de realizadas	5 acções					



OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 4 Contribuir para a qualificação dos agentes locais e da administração em áreas estratégicas da sua intervenção							
Acção 4.1. Identificação das necessidades de formação profissional dos beneficiários das medidas nas áreas de intervenção do sub-programa 3 do PRODER	Nº de acções identificadas	5 acções	8 acções	5			- Planeamento do desenvolvimento - Gestão e acompanhamento de projectos - Introdução à estatística - Marketing - Desenvolvimento de projectos turísticos ou actividades de animação turística em espaço rural - Gestão de destinos turísticos - Criação e funcionamento de redes - Criação de competências técnicas para a criação e desenvolvimento empresarial em meio rural
Acção 4.2. Concepção de conteúdos e planeamento de acções de formação	Nº de acções propostas	4 acções				1	Dado não ter existido condições nem financiamento para o desenvolvimento das acções de formação identificadas, esta acção não foi concretizada

**4. RESPONSÁVEL**

Maria Custódia Martins Fernandes Pereira Correia (Chefe de Divisão)

## ACÇÕES NÃO PROGRAMADAS E EXECUTADAS:

### Participação em Workshops e Seminários

- "Identificação e Localização de Centros de Concentração Empresarial no Espaço Alqueva", realizado em Beja no dia 4 de Junho de 2008 – 1 técnico
- 2.º Workshop do projecto RAPIDO (Rural Areas, People & Innovative Development), realizado em Vila Real no dia 27 de Novembro de 2008. – 1 técnico
- Seminário "Os Gestos dos Sabores - das Memórias ao Futuro", Mercado de Santa Clara – Lisboa – 2 técnicos
- Sessão de informação "Artes e Ofícios Portugueses: Sessão de informação e debate sobre questões de interesses para o sector" – FIA – 2008 (FIL-Lisboa) - 2 técnicos
- "Sistemas de Engenharia Biofísica - gestão de espaços naturais/prevenção e correcção de efeitos erosivos" – 4 técnicos

### Colaborar em todas as solicitações, no âmbito das competências e atribuições da EPDTR:

- Resposta a pedidos de informação, enviados do Gabinete de Apoio ao Chefe de Gabinete do MADRP, e recebidos através do Portal do Governo – 3 respostas
- Parecer e Nota informativa complementar sobre "Empresas de inserção", em resposta ao Of. 3852 - IEFP - Programa Empresas de Inserção – solicitação da SEDRF
- Contributo para o formulário sectorial do ECOXXI 2008, Indicador 22, da Associação Bandeira Azul da Europa- Fee Portugal
- Resposta a solicitação da CCDRN, sobre a "consulta de entidades em razão da localização" face ao disposto no novo regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado através da Lei n.º 69/2007, de 4 de Setembro
- Contributo para o Instrumento de notação do Inquérito Piloto do Recenseamento Agrícola 2009 - RA09 - Consulta aos utilizadores – 4 mail's
- Análise do documento "Operador/a Apícola - proposta de Referencial de Formação e Perfil Profissional"
- Análise do "Livro Verde sobre a qualidade dos produtos agrícola" - Bruxelas, 15.10.2008, COM(2008) 641 final, em Discussão Publica
- Análise do "Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia – Transformar a diversidade territorial numa força" {SEC (2008) 2550}, em Discussão Publica
- Contributo para o "Manual de apoio aos técnicos do MADRP para acompanhamento dos PDM" – Ficha temática H - Turismo no Espaço Rural
- Contributo para a justificação do PIDDAC- outras iniciativas comunitárias/2008
- Resposta a todas as solicitações para o QUAR-2008, da DGADR
- Realizado o Relatório de Actividades de 2007
- Realizado o Plano de Actividades para 2009
- Contributo para o novo LAYOUT da DGADR – 7 mail's

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Gestão e qualidade****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES**

DSATAR - DAE - DFA - EPDTR

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

- Pensar a DSATAR em termos estratégicos
- Melhorar procedimentos
- Melhorar competências

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Implementar a gestão estratégica na DSATAR							
Acção 1.1. Elaboração do mapa estratégico da DSATAR	Nº de reuniões	4	4		3		
	Nº de relatórios	1	1		3		
Acção 1.2. Elaboração dos mapas estratégicos: DAEA, DFA e EPDTR	Nº de reuniões	4	6		3		
	Nº de relatórios	1	3		3		
Acção 1.3. Envolvimento dos colaboradores e planificação de iniciativas	Nº de reuniões	4 reuniões	4		3		
	Nº de relatórios	1 relatório				1	
	Nº de documentos	1 documento síntese para divulgação				1	
Acção 1.4. Divulgação interna dos objectivos e planos de actividades	Nº de reuniões	1 reunião geral da DSATAR				1	
		6 reuniões das Divisões	3			1	
OBJ. 2 Melhorar a organização e os processos internos da DSATAR							
Acção 2.1. Análise qualitativa dos procedimentos relativos ao desempenho das atribuições da DSATAR	Nº de procedimentos sujeitos a análise	6	1			1	
Acção 2.2. Elaboração de propostas de manuais de procedimentos internos para as actividades mais relevantes	Nº de propostas de manuais	1 proposta por Divisão	1			1	
Acção 2.3. Teste, melhoria e consolidação das propostas de manuais anteriormente apresentadas	Nº de manuais aprovados	1 por Divisão				1	
OBJ. 3 Assegurar uma gestão eficaz da DSATAR, face aos objectivos que lhe foram definidos							
Acção 3.1. Acompanhamento do Plano de Actividades de 2008	Nº de reuniões	12	12		3		
	Nº de relatórios	2	1				

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 3.2. Elaboração do Plano de Actividades da DSATAR para 2009	Nº de reuniões	4	4		3		
Acção 3.3. Elaboração do Relatório de Actividades da DSATAR relativo a 2008	Nº de reuniões	2	2		3		
<b>OBJ. 4 Qualificar os recursos humanos da DSATAR</b>							
Acção 4.1. Elaboração do plano de formação	Nº de propostas apresentadas	1	1		3		
Acção 4.2. Aquisição de competências	% de colaboradores participantes em acções	30%	30%		3		
	% dos que participaram em acções relevantes para o cumprimento dos objectivos da sua divisão	80%	100%	5			

#### 4. RESPONSÁVEL

Nicolau Galhardo (Director de Serviços)

**6.3. DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE HIDRÁULICA E ENGENHARIA AGRO-RURAL**

DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE
<b>Análise de propostas no âmbito dos procedimentos pré-contratuais</b>

**1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES**

DIH / DEAR / EMAP

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

Análise de propostas no âmbito dos procedimentos pré-contratuais.

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Analisar as propostas de ajustes directos, concursos limitados e concursos públicos							
Acção 1.1. Análise das propostas pelas comissões <ul style="list-style-type: none"> <li>• de abertura</li> <li>• de análise</li> </ul>	N.º de dias após a abertura do concurso para elaboração de relatório final		25 dias úteis após a recepção	5			Este indicador tem a ver com o valor da proposta a concurso e o n.º de propostas concorrentes
	N.º de dias após a entrega do relatório final da comissão de abertura para elaboração de relatório final		45 dias úteis após a recepção	5			
OBJ. 2 Controlar o valor final das fichas de encerramento do AGRO e AGRIS, a cargo da Direcção de Serviços							
Acção 1.1. Controlo orçamental das fichas de projectos e obras	N.º de quadros elaborados	trimestrais	Mensais /quinzenais	5			
Acção 1.2 Proceder ao encerramento das fichas	N.º de fichas encerradas		20	5			

**4. RESPONSÁVEL**

António Campeã da Mota (Director de Serviços)

**Nota Importante:** Esta actividade não estava contemplada no Plano de Actividades de 2008.

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

## Análise de projectos do EFMA, promovidos pela EDIA

## 1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES

DSHEAR - DIH

## 2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE

- Análise de Estudos Prévios e Projectos de Execução já concluídos, promovidos pela EDIA.
- Acompanhamento técnico dos Projectos de Execução em desenvolvimento ou a serem lançados pela EDIA

## 3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Avaliar alternativas de desenvolvimento de redes secundárias de rega, drenagem e viária							
Acção 1.1. Análise de Estudos Prévios • Análise da componente rede de rega • Análise da componente rede de drenagem • Análise da componente rede viária • Análise da componente estações elevatórias • Análise da componente reservatórios • Análise da componente adutores	Nº dias para elaboração do parecer técnico	33 dias úteis após recepção da solicitação					Não desenvolvida
	Nº dias para elaboração do parecer técnico	33 dias úteis após recepção da solicitação					Não desenvolvida
	Nº dias para elaboração do parecer técnico	33 dias úteis após recepção da solicitação	9 dias úteis após recepção da solicitação	5			
	Nº dias para elaboração do parecer técnico	33 dias úteis após recepção da solicitação					Não desenvolvida
	Nº dias para elaboração do parecer técnico	33 dias úteis após recepção da solicitação					Não desenvolvida
	Nº dias para elaboração do parecer técnico	33 dias úteis após recepção da solicitação	20 dias úteis após recepção da solicitação	5			
OBJ. 2 Assegurar o suporte à aprovação dos Perímetros Hidroagrícolas por parte do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, no âmbito do estabelecido na legislação de fomento hidroagrícola							
Acção 2.1. Análise de projectos de execução • Análise de Notas Técnicas com definição de critérios • Análise do Projecto de Execução • Elaboração de informação para aprovação perímetro hidroagrícola	Nº dias para elaboração do parecer técnico	22 dias úteis após recepção	15 dias úteis 28 dias úteis	 5		1	2 Notas Técnicas
	Nº dias para elaboração do parecer técnico	22 dias úteis após recepção	Todos inferiores a 15 dias úteis	5			6 projectos
	Nº de dias para elaboração da informação	15 dias úteis após recepção do projecto definitivo	5 dias úteis	5			

## 4. RESPONSÁVEL

João Campos (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

Avaliação de Estudos de Impacte Ambiental de projectos do EFMA, na vertente do regadio

## 1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES

DIH

## 2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:

Avaliação de Estudos de Impacte Ambiental, de projectos do EFMA, promovidos pela EDIA, na vertente do regadio, por representação nas Comissões de Ambiente, promovidas pela APA.

## 3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Obviar o processo de Declarações de Impacto Ambiental							
Acção 1.1. Avaliação de EIA's de projectos, na vertente do regadio, por integração nas Comissões de Ambiente, promovidas pela Agência Portuguesa do Ambient	Nº de dias para elaboração de pareceres a serem incorporados nas DIA's	22 dias úteis após a recepção	Todos inferiores a 15 dias úteis	5			3 projectos

## 4. RESPONSÁVEL

João Campos (Chefe de Divisão)

## ESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

Projectos de regadio, a promover pela DGADR ou pelas Concessionárias dos Perímetros Hidroagrícolas

## 1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES

DIH

## 2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:

- Processos de Adjudicação de Estudos e Projectos.
- Acompanhamento Técnico de elaboração de Estudos e Projectos de Execução.
- Assistência Técnica às obras, quer directamente quer na gestão de contratos de projecto.
- Apoio técnico às acções de modernização ou de modificação das infraestruturas hidráulicas e do património construído, propriedade do Estado, dos perímetros hidroagrícolas colectivos tutelados pela DGADR.

## 3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Assegurar a obtenção de projectos de execução de regadio							
<div>Acção 1.1. Desenvolvimento do processo de adjudicação de projectos de execução</div> <div><ul style="list-style-type: none"><li>• Elaboração de Cadernos de Encargos</li><li>• Estabelecimento de critérios de adjudicação</li><li>• Organização de actos públicos</li><li>• Qualificação de concorrentes e análise de propostas</li><li>• Elaboração do relatório final, proposta de adjudicação e formulação do contrato</li></ul></div>	Nº de dias para elaboração	33 dias úteis após a solicitação	20 dias úteis após a solicitação	5			2 Procedimentos
	Nº de dias para o estabelecimento dos critérios	Os previstos na legislação	N.º de dias inferiores ao previsto	5			Houve poucos concorrentes aos concursos
	Nº de dias para a elaboração do relatório preliminar	44 dias úteis após o acto público	5 dias úteis após o acto público	5			
	Nº de dias para conclusão do processo	25 dias úteis após a conclusão do relatório preliminar	15 dias úteis após a conclusão do relatório preliminar	5			
<div>Acção 1.2. Acompanhamento técnico da elaboração de Estudos e Projectos de Execução</div> <div><ul style="list-style-type: none"><li>• Análise de Notas Técnicas e definição de critérios de projecto</li><li>• Análise dos estudos e projectos</li><li>• Elaboração da informação para aprovação do projecto</li></ul></div>	Nº de dias para a elaboração do parecer técnico	22 dias úteis após recepção	Todos inferiores a 20 dias úteis após recepção	5			7 notas técnicas
	Nº dias para elaboração do parecer técnico	33 dias úteis após recepção	20 dias úteis após recepção	5			2 projectos
	Nº de dias para a elaboração da informação	15 dias úteis após a recepção da versão definitiva do projecto	15 dias úteis após a recepção da versão definitiva do projecto		3		



OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 2 Garantir que as obras decorram de acordo com os objectivos do projecto							
Acção 2.1. Gestão de contrato de assistência técnica se for externa	Nº de dias para verificação do desempenho e certificação das facturas	11 dias úteis após recepção dos documentos do projectista					Não desenvolvida
Acção 2.2. Esclarecimentos de dúvidas de projecto	Nº de dias para elaboração de pareceres ou correcção de desenhos	Até 22 dias úteis após recepção de questão					Não desenvolvida
Acção 2.3. Análise de equipamento	Nº de dias para elaboração de pareceres técnicos	Até 11 dias úteis após recepção		5			3 pareceres
OBJ. 3 Contribuir para a modernização ou modificação das infraestruturas hidráulicas e do património construído, propriedade do Estado no âmbito dos aproveitamentos hidroagrícolas							
Acção 3.1. Apoio técnico a projectos de modernização	(Ver indicadores definidos para os OBJ's 1 e 2)	(Ver metas definidas para os OBJ's 1 e 2)	Até 20 dias úteis	5			
Acção 3.2. Análise de propostas de modificação	Nº de dias para a elaboração de pareceres técnicos	22 dias úteis após recepção					Não desenvolvida
Acção 3.3. Análise de obras a construir pelos regantes junto a infra-estruturas de perímetros hidroagrícolas	Nº de dias para a elaboração de pareceres técnicos	22 dias úteis após recepção	20 dias úteis	5			

**4. RESPONSÁVEL**

João Campos (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Supervisão e controlo do cumprimento das normas de segurança das barragens hidroagrícolas ou de fins múltiplos com importante vertente hidroagrícola**

## 1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:

DIH

## 2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:

Preparação dos documentos necessários para instruir o processo de licenciamento da exploração das barragens novas construídas, nomeadamente, o plano de observação de primeiro enchimento, elaboração e implementação do Plano de Emergência Interno e Sistema de Avisos e Alerta, inspecções visuais de rotina, análise dos relatórios de inspecção da autoridade de segurança das barragens e promoção das obras e correcções necessárias, identificadas nestes relatórios de inspecção para que em vistorias seguintes os constrangimentos encontrados já não existam.

## 3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Garantir a obtenção da licença de exploração das barragens novas construídas							
Acção 1.1. Elaboração de Planos de Emergência Interna	Nº de dias para análise das notas técnicas	22 dias úteis após a recepção	22 dias úteis após a recepção		3		
	Nº de dias para a análise dos estudos	22 dias úteis após a recepção	22 dias úteis após a recepção		3		
Acção 1.2. Inspeções visuais de rotina	Nº de dias para a elaboração dos relatórios técnicos	22 dias úteis após a inspecção					Não desenvolvida
Acção 1.3. Análise de relatórios de inspecção do LNEC / Inst. da Água	Nº de dias para a elaboração dos pareceres técnicos	22 dias úteis após a recepção	22 dias úteis após a recepção		3		
Acção 1.4. Elaboração de programa de manutenção correctiva das deficiências descritas nos relatórios de inspecção nas barragens hidroagrícolas	Nº de dias para a elaboração	44 dias úteis após a conclusão da fase de inspecção					Não desenvolvida
Acção 1.5. Elaboração de candidaturas de financiamento para os obras de manutenção correctiva	Nº de dias para a elaboração	10 dias úteis após a aprovação do Programa					Não desenvolvida
Acção 1.6. Elaboração de projectos de manutenção correctiva de barragens	(Ver indicadores definidos para a Acção 1.1.)	(Ver metas definidas para a Acção 1.1.)	22 dias úteis após a recepção		3		
Acção 1.7. Formulação do processo de licenciamento de exploração	Nº de dias	44 dias úteis após a compilação de todos os documentos necessários	44 dias úteis após a compilação de todos os documentos necessários		3		

## 4. RESPONSÁVEL

João Campos (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Supervisão e controlo de funcionamento de Centrais Hidroeléctricas e Estações Elevatórias****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:**

DIH

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

Desenvolvimento das acções necessárias ao controlo de funcionamento de Centrais Hidroeléctricas e Estações Elevatórias, propriedade do Estado e tuteladas pela DGADR: vistorias periódicas às instalações que ainda não foram entregues para exploração a Concessionárias; auditorias à exploração de instalações entregues a Concessionárias.

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Assegurar o cumprimento dos planos de manutenção das Centrais Hidroeléctricas e Estações Ele- vatórias							
Acção 1.1 Vistorias regulamentares	Nº de vistorias Nº de dias para elaboração de rela- tórios técnicos	Até 4: 1 por instalação 10 dias úteis após a vistoria	Até 1 por instala- ção 10 dias úteis após a vistoria		3		
Acção 1.2. Promo- ção de acções de manutenção correc- tiva	Nº de dias para reparação dos equi- pamentos em ava- ria	33 dias úteis após conheci- mento	33 dias úteis após conheci- mento		3		

**Acções desenvolvidas não previstas no Plano de Actividades:**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Elaboração de Estudos e Projectos diversos							
Acção 1.1 Orientações para a elaboração de Projectos <ul style="list-style-type: none"> <li>• de drenagem dos blocos de rega do EFMA</li> <li>• de caminhos rurais e agrícolas</li> </ul>	Documento Normativo	0	1	5			
	Documento Normativo	0	1	5			
Acção 1.2. Levantamento dos pontos de consumo eléctricos nos Aprov. Hidroagrícolas	1 inquérito por A.H.	0 inquéritos	32 inquéritos	5			
Acção 1.3 Elaboração de projectos de execução <ul style="list-style-type: none"> <li>• conduita de rega do bloco da Herdadeinha - Roxo</li> </ul>	N.º de documentos	0 documentos	1 documento	5			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• rede de rega da unidade de experimentação de ensaios de sementes do Escaroupim</li> </ul>	N.º de documentos	0 documentos	1 documento	5			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• sistema de drenagem externa da EE do Bloco 11 do A.H. do Mira</li> </ul>	N.º de documentos	0 documentos	1 documento	5			

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
• reparação da EE do A.H. da Vigia	N.º de documentos	0 documentos	1 documento	5			
• reparação das condutas da tomada de água e da DF da barragem do Lucefecit	N.º de documentos	0 documentos	1 documento	5			
• modernização da EE do A.H dos Minutos	N.º de documentos	0 documentos	1 documento	5			
• actualização do Proj. de execução da protecção do encontro esquerdo da barragem do Roxo	N.º de documentos	0 documentos	1 documento	5			
Acção 1.4 Promoção da modernização da Adega Cooperativa da Granja, no âmbito do apoio à produção vinícola da Aldeia da Luz							
Acção 1.5 Elaboração de ficha de observação e registo de anomalias do plano operacional de inspecção de barragens hidroagrícolas	N.º de documentos	0 documentos	1 documento	5			

#### 4. RESPONSÁVEL

João Campos (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Topografia****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:**

DSHEAR / DEAR

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

Promoção dos trabalhos topográficos e recolha e preparação dos elementos cartográficos e cadastrais necessários aos estudos e à execução dos projectos.

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Garantir a segurança das Barragens							
Acção 1.1. Observação de Barragens (Topometria) através de leituras das Barragens de <ul style="list-style-type: none"><li>• Óbidos</li><li>• Minutos</li><li>• Sabugal</li></ul>	N.º Relatórios para LNEC	2 relatórios	1 relatório			1	Verificação de marcas na barragem
	N.º Relatórios para LNEC	2 relatórios	0			1	
	N.º Relatórios para LNEC	2 relatórios	1 relatório			1	Não houve verba para 2.º relatório
OBJ. 2 Assegurar a localização correcta das infra-estruturas							
Acção 2.1. Realização de apoio topográfico à elaboração de projectos <ul style="list-style-type: none"><li>• Projectos das Redes de rega e drenagem do A.H. do Lis</li><li>• Mondego</li><li>• Vigia</li></ul>	Nº de levantamentos topográficos	1  0 0	1  1 1	  5 5	  3		
Acção 2.2. Realização de apoio topográfico às obras em curso <ul style="list-style-type: none"><li>• Rede de rega da Covilhã</li><li>• Rede de rega do Sabugal</li><li>• Rede de rega de Óbidos</li><li>• Caminhos e Ponte do Matoso</li><li>• Odivelas</li><li>• Roxo - conduta</li></ul>	Nº de levantamentos topográficos	1	0			1	
	Nº de levantamentos topográficos	1	0			1	
	Nº de levantamentos topográficos	1	0			1	
	Nº de levantamentos topográficos	1 0 0	1 1 1	 5 5	3		
Acção 2.3. Realização o apoio topográfico às equipas de Cadastro e Expropriações <ul style="list-style-type: none"><li>• Projectos vários em curso (acções pontuais)</li></ul>	Nº de levantamentos topográficos	2	3	5			Herdade do Escaroupim; Projecto de Óbidos – Emparcelamento e Regolfo

**4. RESPONSÁVEL**

Maria Manuela Matos (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Expropriações e Indemnizações****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:**

DSHEAR / DEAR / EMAP

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

Promoção da execução das acções de expropriação e indemnização decorrentes das obras das obras da responsabilidade da Direcção-Geral e instrução do processo de declaração de utilidade pública.

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Assegurar a disponibilidade dos terrenos onde serão efectuadas as diversas obras.							
Acção 1.1. Celebração de acordos com os proprietários ou rendeiros <ul style="list-style-type: none"> <li>• Redes de rega, drenagem e viária dos Blocos de Belmonte e Caria – COVA DA BEIRA</li> <li>• 3.º Troço do Canal Condutor Geral e da Capinha – COVA DA BEIRA</li> <li>• Rede de Rega do Bloco da Covilhã – COVA DA BEIRA</li> <li>• Rede de Rega do Bloco do Sabugal – COVA DA BEIRA</li> <li>• Central do Meimão – COVA DA BEIRA</li> <li>• Distribuidor 10 – IDANHA</li> <li>• Rede viária e a Ponte do Matoso – MINUTOS</li> <li>• Rede de rega do Bloco de ÓBIDOS</li> <li>• Regularização do talude junto à ponte do Arnóia – caso pendente</li> </ul>	Nº de Acordos	6	6		3		
	Nº de Acordos	20	28	5			
	Nº de Acordos	150	0			1	
	Nº de Acordos	200	31			1	Só são 70 proprietários
	Nº de Acordos	1	0			1	
	Nº de Acordos	2	2		3		
	Nº de Acordos	1	0			1	Não foi necessário porque a obra desenvolveu-se em área expropriada
	Nº de Acordos	400	0			1	
	Nº de Acordos	3	3		3		
Acção 1.2. Desenvolvimento do processo de indemnizações aos proprietários ou rendeiros <ul style="list-style-type: none"> <li>• Redes de rega, drenagem e viária dos Blocos de Belmonte e Caria – COVA DA BEIRA</li> </ul>	Nº de Indemnizações a pagar	200	328	5			
	Nº de Indemnizações a pagar	50	65	5			
	Nº de Indemnizações a pagar	150	0			1	

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.2. (cont.)  • 3.º Troço do Canal Condutor Geral e da Capinha – COVA DA BEIRA • Rede de Rega do Bloco da Covilhã – COVA DA BEIRA • Rede de Rega do Bloco do Sabugal • Central do Meimão – COVA DA BEIRA • Distribuidor 10 – IDANHA • Distribuidor 17 – IDANHA • Canal Geral, Esquerdo e Direito do Aravil – IDANHA • Sifão de Odivelas  • Redes de rega e viária do Bloco 1 (caminho CR1) - Roxo • Rede de Rega do Bloco III e o caminho da Arriaga – LEZÍRIA • Barragem de Óbidos • Rede de rega do Bloco de ÓBIDOS Casos pendentes por dificuldades externas à DGADR nos: • A.H. da Apartadura • A.H. Óbidos - Furo colectivo para 16 proprietários	Nº de Indemnizações a pagar	200	31			1	
	Nº de Indemnizações a pagar	1	0			1	
	Nº de Indemnizações a pagar	2	2		3		
	Nº de Indemnizações a pagar	18	21	5			
	Nº de Indemnizações a pagar	8	4			1	
	Nº de Indemnizações a pagar	5	4			1	
	Nº de Indemnizações a pagar	25	100	5			
	Nº de Indemnizações a pagar	2	2		3		
	Nº de Indemnizações a pagar	3	3		3		
	Nº de Indemnizações a pagar	200	—			1	A obra não foi a concurso
	Nº de Indemnizações a pagar	3	3		3		
	Nº de Protocolos efectuados	1 Protocolo entre a DGADR, a C.M. Óbidos e Junta de Freguesia			3		
Acção 1.3. Realização de expropriações • Redes de rega, drenagem e viária dos Blocos de Belmonte e Caria – COVA DA BEIRA • 3.º Troço do Canal Condutor Geral e da Capinha – COVA DA BEIRA	Nº de processos instruídos	2	3	5			
	Nº de Escrituras	2	3	5			
	Nº de processos instruídos	200	180			1	
	Nº de Escrituras	200	180			1	
	Nº de processos instruídos	2	2		3		
	Nº de Escrituras	2	2		3		

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.3. (cont.)	Nº de Escrituras	1	1		3		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Redes de rega e viária do Bloco 1 (caminho CR1) - ROXO</li> <li>Reservatório no ROXO</li> <li>Conduta C01 de ligação à rede de rega - ROXO</li> <li>Rede de Rega do Bloco III e o caminho da Arriaga - LEZÍRIA</li> <li>Barragem de ÓBIDOS</li> <li>Casos pendentes por dificuldades externas à DGADR nos A. H. da Cova da Beira, Lis, Lucefecit, Odivelas</li> </ul>	Nº de processos instruídos	2	2		3		
	Nº de Escrituras	1	1				
	Nº de processos instruídos	2	0			1	
	Nº de Escrituras	2	0			1	
	N.º de processos instruídos	11	13	5			
	N.º de Escrituras	11	4			1	
	N.º de Escrituras	22 (4 no 2.º Troço do CCG; 15 na Bar. Sabugal; 1 no CCG Lucefecit; 1 no Lis; 1 nos Taludes Penique)	6 (1 no 2.º Troço do CCG; 2 na Bar. Sabugal; 2 no CCG Lucefecit; 1 no Lis)			1	
Loures	N.º de Escrituras	0	1	5			

## 4. RESPONSÁVEL

Maria Manuela Matos (Chefe de Divisão)



## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Obras****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:**

DSHEAR / DEAR

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

- Coordenação dos trabalhos das empreitadas da responsabilidade da Direcção-Geral e respectiva fiscalização
- Direcção das obras a realizar em regime de administração directa
- Preparação da recepção e quitação das obras.

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Assegurar a coordenação e a execução das empreitadas							
Acção 1.1. Lançamento do concurso • Rede de rega do Bloco de ÓBIDOS	Nº de anúncios	4 (DR, 1 jornal nacional, 1 jornal regional e JOUE)	0			1	Os projectos de execução não ficaram concluídos
• Redes de rega, viária e drenagem do bloco do Fundão - AHCB	Nº de anúncios	0	4 (DR, 1 jornal nacional, 1 jornal regional e JOUE)	5			Só são publicados no JOUE os concursos acima de 5 milhões (€)
• Redes de rega, viária e drenagem do bloco da Capiña - AHCB	Nº de anúncios	0	4 (DR, 1 jornal nacional, 1 jornal regional e JOUE)	5			
• Reservatório do Ferro - AHCB	Nº de anúncios	0	3 (DR, 1 jornal nacional e 1 jornal regional)	5			
• Reservatório da Peraboa - AHCB	Nº de anúncios	0	3 (DR, 1 jornal nacional e 1 jornal regional)	5			
• Protecção dos pilares do viaduto – Arnóia - Óbidos	Nº de ofícios (carta convite)	0	1 (ofício)	5			Concurso limitado
• Aquisição de equipamentos de vinificação- Aldeia da Luz	Nº de anúncios	0	1 (DR)	5			
• Conduta de drenagem de águas pluviais - Óbidos	Nº de ofícios (carta convite)	0	1 (ofício)	5			Concurso limitado
• Fornecimento e montagem de nave pré-fabricada – Aldeia da Luz	Nº de anúncios	0	3 (DR, 1 jornal nacional e 1 jornal regional)	5			Concurso limitado
• Obras de protecção do rio Arnóia - Óbidos	Nº de ofícios (carta convite)	0	1 (ofício)	5			
• Barragem de Veiros	Nº de anúncios	0	2 (Portal do Governo e DR)	5			Ao abrigo do novo CCP
• Vários ajustes directos	Nº de procedimentos	0	20	5			4 foram ao abrigo do novo CCP

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.2. Adjudicação e contratação Rede de Rega do Bloco da Covilhã – COVA DA BEIRA	Nº de documentos	2 (informação de adjudicação e minuta de contrato)	0			1	Não foi superiormente adjudicada
• Rede de Rega do Bloco do Sabugal – COVA DA BEIRA	Nº de documentos	2 (informação de adjudicação e minuta de contrato)	2		3		
Central Hidroelétrica do Meimão – COVA DA BEIRA	Nº de documentos	2 (informação de adjudicação e minuta de contrato)	2		3		
• Roda e o jogo de pás directrizes para a turbina e equipamentos da Central Hidroelétrica do Maranhão – SORRAIA	Nº de documentos	2 (informação de adjudicação e minuta de contrato)	2		3		
• Rede de rega do Bloco de ÓBIDOS	Nº de documentos	2 (informação de adjudicação e minuta de contrato)	0			1	Não foi superiormente adjudicada
• Edifício da Associação de Loures	Nº de documentos	0	2 (informação de adjudicação e minuta de contrato)	5			
• Edifício sede da Associação de Beneficiários da Obra da Vigia	Nº de documentos	0	2 (informação de adjudicação e minuta de contrato)	5			
• Execução de Furo de Pesquisa e Captação de Água Subterrânea-Óbidos	Nº de documentos	0	2 (informação de adjudicação e minuta de contrato)	5			
• Reservatório do Ferro – AHCB	Nº de documentos	0	2 (informação de adjudicação e minuta de contrato)	5			
• Reservatório da Peraboa – AHCB	Nº de documentos	0	2 (informação de adjudicação e minuta de contrato)	5			
• Protecção dos pilares do viaduto – Arnóia – Óbidos	Nº de documentos	0	2 (informação de adjudicação e minuta de contrato)	5			
• Aquisição de equipamentos de vinificação- Aldeia da Luz	Nº de documentos	0	2 (informação de adjudicação e minuta de contrato)	5			
• Conduta de drenagem de águas pluviais – Óbidos	Nº de documentos	0	2 (informação de adjudicação e minuta de contrato)	5			
• Fornecimento e montagem de nave pré-fabricada – Aldeia da Luz	Nº de documentos	0	2 (informação de adjudicação e minuta de contrato)	5			

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
• Obras de protecção do rio Arnóia – Óbidos	Nº de documentos	0	2 (informação de adjudicação e minuta de contrato)	5			
• Vários ajustes directos	Nº de documentos por ajuste directo	0	1 (informação de adjudicação)	5			
Acção 1.3. Fiscalização e Acompanhamento da obra	Nº de Autos de Medição	4 autos	8 autos	5			
• Redes de rega, drenagem e viária dos Blocos de Belmonte e Caria – COVA DA BEIRA	Nº de Autos de Recepção Provisória da obra	1 auto	2 autos	5			
• 3.º Troço do Canal Condutor Geral e da Capinha – COVA DA BEIRA	Nº de Autos de Medição Nº de Autos de Recepção Provisória da obra	8 autos 1 auto	10 1	5	3		
• Rede de Rega do Bloco da Covilhã – COVA DA BEIRA	Nº de Autos de Medição Nº de Autos de Recepção Provisória da obra	7 autos 7 autos	-			1	Não foi superiormente adjudicada
• Rede de Rega do Bloco do Sabugal – COVA DA BEIRA	Nº de Autos de Medição Nº de Autos de Recepção Provisória da obra	1 auto 7 autos 7 autos 1 auto	4 autos  0 autos			1  1	Elaborados menos autos porque a obra só se iniciou em Julho/2008
• Central Hidroelétrica do Meimão – COVA DA BEIRA	Nº de Autos de Medição Nº de Autos de Recepção Provisória da obra	4 autos 7 autos 1 auto	3 autos não homologados			1	O Trib. Contas não deu o visto por a parte do PRODER não estar assegurada
• Reabilitação do Distribuidor 10 – IDANHA-A-NOVA	Nº de Autos de Medição Nº de Autos de Recepção Provisória da obra	1 auto 4 autos 1 auto	2 autos 1 auto		3	1	Foram realizados menos trabalhos contratuais
• Sifão (substituição da ponte canal) de Odívetas	Nº de Autos de Medição Nº de Autos de Recepção Provisória da obra	1 auto 1 auto	3 autos 1 auto	5	3		
• Reservatório de regularização no Roxo	Nº de Autos de Medição Nº de Autos de Recepção Provisória da obra	3 autos 1 auto 1 auto	2 autos 1 auto	5	3		
• Adutor (2.º troço do Canal Condutor Geral) no Roxo	Nº de Autos de Medição Nº de Autos de Recepção Provisória da obra	2 autos 3 autos 1 auto	7 autos 1 auto	5	3		
• Conduta C01 de ligação à rede de rega no Roxo	Nº de Autos de Medição Nº de Autos de Recepção Provisória da obra	5 autos 2 autos 1 auto	3 autos 1 auto	5	3		
• Edifício da Associação de Loures	Nº de Autos de Medição Nº de Autos de Recepção Provisória da obra	2 autos 5 autos 1 auto	3 autos 0 auto			1 1	Elaborados menos autos porque a obra só se iniciou em Set/2008

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
• Estação Elevatória do Ramalhão e das Travessias T2, T2A e T3 – LEZÍRIA	Nº de Autos de Medição Nº de Autos de Recepção Provisória da obra	5 autos 2 autos 1 auto				1 1	Houve um engano, já que esta obra terminou em 2006
• Edifício sede da Associação de Beneficiários da Obra da Vigia	Nº de Autos de Medição Nº de Autos de Recepção Provisória da obra	7 autos 5 autos 1 auto	6 autos 0 auto	5		1	
• Roda e o jogo de pás directrizes para a turbina e equipamentos da C. Hid. Do Maranhão – SORRAIA	Nº de Autos de Medição	3 autos 7 autos	0			1	Obra suspensa
• Rede de rega do Bloco de ÓBIDOS	Nº de Autos de Medição	3 autos	0			1	A obra não foi lançada
• Ponte sobre a ribeira do Matoso – Minutos	Nº de Autos de Medição Nº de Autos de Recepção Provisória da obra	3 autos 1 auto	7 autos 1 auto	5	3		
• Edifício Sede da Associação de Beneficiários do LUCEFECIT	Nº de Autos de Medição Nº de Autos de Recepção Provisória da obra	3 autos 1 auto	4 autos 1 auto	5	3		
• Reforço da Adução ao Canal I no Plátano – Lis	Nº de Autos de Medição	0 autos	3 autos	5			
	Nº de Autos de Recepção Provisória da obra	0 autos	1 auto	5			
• Sistema de Separação de Algas a Instalar na Estação Elevatória do Aravil –Idanha	Nº de Autos de Medição	0 autos	6 autos	5			
	Nº de Autos de Recepção Provisória da obra	0 autos	1 auto	5			
• Reservatório do Ferro – AHCB	Nº de Autos de Medição	0 autos	3 autos	5			
• Protecção dos pilares do viaduto – Arnóia – Óbidos	Nº de Autos de Medição	0 autos	1 auto	5			
• Conduta de drenagem de águas pluviais – Óbidos	Nº de Autos de Medição	0 autos	1 auto	5			
• Obras de protecção do rio Arnóia – Óbidos	Nº de Autos de Medição	0 autos	1 auto	5			
• Vários ajustes directos	Nº de Autos de Medição e/ou facturas emitidas		Pelo menos 1 auto e/ou 1 factura emitida por cada ajuste directo	5			Depende se foi obra ou prestação de serviço
Acção 1.4. Construção do ramal de ligação em MT para alimentação de energia ao reservatório • Reservatório de regularização no Roxo	Nº de contratos de fornecimento celebrados	1 contrato	1 ofício de adjudicação		3		Indicador errado. Houve uma adjudicação com a EDP através de ofício

## 4. RESPONSÁVEL

Maria Manuela Matos (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Mecanização Agrária****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:**

DSHEAR/EMAP

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

- Análise de dossiers de homologação, inspecções e ensaios de tractores agrícolas
- Acompanhamento da actividade normativa europeia e internacional e elaboração de Normas Portuguesas
- Elaboração/actualização de tabelas com parâmetros económicos relativos à utilização de máquinas agrícolas
- Elaboração de novos materiais formativos e manutenção do portal nacional do Programa ForMaAgri
- Acompanhamento e participação nos Grupos de Trabalho e Comités da Comissão Europeia, relativos a tractores agrícolas e florestais e no Grupo dos Representantes das Autoridades Nacionais Designadas para os Ensaios Normalizados de Tractores Agrícolas e Florestais e das Estruturas de Segurança da OCDE
- Manutenção do estatuto de Organismo de Normalização Sectorial (ONS) para a área dos tractores e máquinas agrícolas e apoio à Comissão Consultiva de Mecanização Agrária (CCMA)

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Assegurar a aprovação de modelos de tractores novos e a atribuição de matrícula a tractores importados no estado de usados							
Acção 1.1. Aprovação nacional de modelo de tractor com base na homologação europeia	100% das homologações concedidas				3		
Acção 1.2. Inspeção e/ou ensaio de tractores importados no estado de usados	100% das matrículas concedidas				3		
Acção 1.3. Acompanhamento e participação nos Grupos de Trabalho relativos a “Tractores Agrícolas e Florestais” da Comissão Europeia <ul style="list-style-type: none"> <li>Análise das de projectos de directivas e de propostas de alteração a Directivas existentes, emissão de pareceres e votação. e participação em todas as reuniões realizadas</li> </ul>	% de participação pareceres emitidos e votações	100% das reuniões realizadas dos pareceres e votações solicitados	100% dos pareceres e votações solicitados		3		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Votação das propostas de alteração Participação em reuniões e elaboração do respectivo relatório de participação</li> </ul>	Nº de relatórios	1 por reunião participada	1 por reunião participada		3		

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.4. Acompanhamento e participação no Grupo dos Representantes das Autoridades Nacionais Designadas para os Ensaios Normalizados de Tractores Agrícolas e Florestais e das Estruturas de Segurança (OCDE) <ul style="list-style-type: none"> <li>Análise das propostas de alteração aos códigos de ensaio e participação na reunião anual</li> <li>Votação das propostas de alteração Participação em reuniões e elaboração do respectivo relatório de participação</li> </ul>	Nº de dias para apresentação do relatório anual	5 dias úteis	5 dias úteis		3		
<b>OBJ. 2 Assegurar o cumprimento do normativo europeu</b>							
Acção 2.1. Acompanhamento da actividade normativa europeia e internacional e análise e parecer /votação dos projectos de Normas Europeias	Nº de pareceres/votos enviados ao IPQ	Igual ao nº dos Projectos de Normas em votação	Igual ao nº dos Projectos de Normas em votação		3		
	Prazo de envio	Até 1 semana antes da votação	Até 1 semana antes da votação		3		
Acção 2.2. Elaboração de versões nacionais de Normas Europeias	% de normas inscritas no Plano Anual de Normalização	100% das Normas produzidas	100% das Normas produzidas		3		
Acção 2.3. Secretariado da Comissão Técnica nº 2 – Máquinas agrícolas e do Estatuto de Organismo de Normalização Sectorial	Resultado das auditorias anual feitas pelo IPQ	Favorável - manutenção do estatuto de ONS	Favorável - manutenção do estatuto de ONS		3		
<b>OBJ. 3 Disponibilizar informações económicas relativas à utilização de máquinas agrícolas</b>							
Acção 3.1. Actualização da tabela "Análise dos Encargos com a Utilização das Máquinas Agrícolas"	Frequência de actualizações da tabela publicadas	Anual	Anual		3		
<b>OBJ. 4 Disponibilizar informação via Internet no Portal ForMaAgri</b>							
Acção 4.1. Manutenção do portal nacional e disponibilização dos novos materiais elaborados	Nº de novos materiais	100% dos constantes do Plano Anual	100% dos constantes do Plano Anual		3		

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 5 Reflectir sobre questões relevantes para a mecanização agrícola e encontrar soluções para as mesmas							
Acção 5.1. Secretariado, apoio ao funcionamento da CCMA e dinamização das decisões tomadas	Nº de actas de reunião	100% dos constantes do Plano Anual	100% dos constantes do Plano Anual		3		

**4. RESPONSÁVEL**

Manuel Funenga (Assessor Principal)



## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

## Coordenação Nacional do Benefício Fiscal ao Gasóleo

## 1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:

DSHEAR/EMAP

## 2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:

Coordenação do sistema de gasóleo colorido e marcado, no continente, envolvendo as actividades: agricultura e floresta; ferrovia; motores fixos destinados à produção de energia; aquicultura; pesca; navegação costeira; dragagens e marítimo-turística, e do benefício fiscal na Região Autónoma dos Açores, envolvendo as actividades: agricultura e floresta; pesca artesanal e pesca cabinada.

## 3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Assegurar a gestão do sistema de cartões, obrigatoriamente utilizados, por imperativo legal, nos abastecimentos de gasóleo colorido e marcado, no continente, e de gasóleo com benefício fiscal na Região Autónoma dos Açores							
Acção 1.1. Preparação de emissão de cartões	Nº de cartões emitidos	25 000 cartões	19 677 <i>chip cards</i>			1	Redução do n.º de beneficiários
Acção 1.2. Gestão da lista negra	Nº de cartões incluídos em lista negra	3000 cartões	8000 cartões	5			
Acção 1.3. Emissão de cartas “pin”	Nº cartas “pin” emitidas	500 cartas “pin”	478 cartas <i>pin</i>			1	Redução do n.º de beneficiários
OBJ. 2 Colaborar com os serviços da anti-fraude da Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais Sobre o Consumo, e com as Alfândegas e Delegações Aduaneiras, no âmbito das acções de controlo aos postos de abastecimento, previstas na legislação em vigor, através da emissão de relações discriminadas das transacções registadas nos terminais (POS) instalados nas posições							
Acção 2.1. Identificação e localização de terminais (POS)	Prazo de resposta às solicitações	Imediato	Imediato		3		
Acção 2.2. Emissão de relações discriminadas das transacções registadas	Nº de relações discriminadas das transacções registadas em POS emitidas	400 relações discriminadas das transacções registadas em terminais (POS)	395 relações discriminadas das transacções registadas em terminais (POS)			1	
Acção 2.3. Emissão de relações discriminadas de abastecimentos efectuados por cartão	Nº de relações discriminadas de abastecimentos efectuados por cartão emitidas	200 relações discriminadas de abastecimentos efectuados por cartão	197 relações discriminadas de abastecimentos efectuados por cartão			1	
OBJ. 3 Controlar os consumos registados no sector agrícola e florestal, que se afigurem anómalos, face aos respectivos manifestos, em colaboração com as Direcções Regionais de Agricultura e Pescas, no continente							
Acção 3.1. Emissão de listagens de beneficiários cujos consumos, face aos respectivos manifestos, se afigurem anómalos e respectivo envio às DRAP’s para controlo de campo	Nº de listagens de consumos anómalos emitidas	10 listagens de consumos anómalos	10 listagens de consumos anómalos		3		

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 3.2. Análise dos relatórios dos controlos de campo, elaborados pelas Direcções Regionais de Agricultura e Pescas e encamiñamento dos casos que indiciem uma possível utilização indevida de gasóleo colorido e marcado para a DGAIEC	Nº de relatórios dos controlos efectuados pelas DRAP's analisados	200 relatórios de controlos de consumos anómalos	250 relatórios de controlos de consumos anómalos	5			
<b>OBJ. 4 Disponibilizar informação estatística respeitante ao ano de 2007, relativa ao gasóleo colorido e marcado, no continente, e ao gasóleo com benefício fiscal, na Região Autónoma dos Açores, destinado ao sector agrícola e florestal</b>							
Acção 4.1. Elaboração das estatísticas respeitantes aos Açores e sua disponibilização no site da DGADR	Prazo de disponibilização das estatísticas dos Açores, relativas a 2007 no site da DGADR	1 mês após a disponibilização da informação	1 mês após a disponibilização da informação		3		
Acção 4.2. Elaboração das estatísticas respeitantes ao continente e sua disponibilização no site da DGADR	Prazo de disponibilização das estatísticas do continente, relativas a 2007 no site da DGADR	2 meses após a disponibilização da informação	15 dias após a disponibilização da informação	5			
<b>OBJ. 5 Fornecer, trimestralmente, ao Instituto Nacional de Estatística os volumes de gasóleo, com benefício fiscal, abastecidos pelo sector agrícola e florestal e pescas no continente e na Região Autónoma dos Açores</b>							
Acção 5.1 Elaboração de mapas com os volumes de gasóleo, com benefício fiscal, abastecidos na actividade agrícola e florestal e nas pescas, no continente, por Região Agrária, e nos Açores e respectivo envio em suporte informático para o INE	Nº de mapas elaborados e enviados	4 mapas	4 mapas		3		
<b>OBJ. 6 Fornecer, mensalmente, à Alfândega de Ponta Delgada a relação discriminada dos abastecimentos de gasóleo com benefício fiscal, discriminados por ilha, companhia distribuidora e actividade (agricultura e floresta, pesca artesanal e pesca cabinada), com vista ao reembolso da taxa de Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos (ISP), não cobrada por via da isenção, parcial ou total, às Companhias Distribuidoras que operam na Região Autónoma dos Açores</b>							
Acção 6.1. Elaboração de mapas com os volumes de gasóleo, com benefício fiscal, abastecidos por ilha, actividade e companhia distribuidora e respectivo envio em suporte informático para a Alfândega de Ponta Delgada	Nº de mapas elaborados e enviados	12 mapas	12 mapas		3		
<b>OBJ. 7 Promover a inclusão, a pedido da DGAIEC e do IMTT, dos motores de refrigeração instalados em unidades de transporte de perecíveis, como uma nova actividade utilizadora de gasóleo colorido e marcado</b>							

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 7.1 Desenvolver diligências junto da Sociedade Interbancária de Serviços (SIBS) e da GALP para inclusão no sistema da actividade de motores de refrigeração	Prazo	Imediato, após a publicação da portaria para o efeito	-				Actividade não implementada por decisão do Ministério das Finanças

#### 4. RESPONSÁVEL

Carlos Freitas (Assessor Principal)

## ESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

## Apoio a Projectos

## 1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:

DSHEAR/EMAP

## 2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:

- Avaliação e apresentação de soluções para resolver os condicionalismos que possam comprometer a execução das infra-estruturas hidráulicas previstas para os diversos aproveitamentos hidroagrícolas, bem como estabelecimento dos necessários contactos com as entidades públicas e/ou privadas envolvidas nas áreas a intervencionar.
- Inventariação das infra-estruturas de blocos de rega a concessionar.
- Testagem de obras.

## 3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Criar condições para a concessão do Aproveitamento Hidroagrícola dos Minutos							
Acção 1.1. Elaboração do inventário das diferentes infra-estruturas: barragem, estação elevatória, rede de rega, etc.	Prazo de conclusão do inventário	31 de Julho	31 de Julho		3		
Acção 1.2. Elaboração do inventário do equipamento e do mobiliário do edifício sede da Associação	Prazo de conclusão do inventário	31 de Julho	31 de Julho		3		
OBJ. 2 Reunir as condições para a concessão dos blocos de rega D4.2 e Várzea de Beliche e do Edifício sede da Associação do Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio							
Acção 2.1. Elaboração do inventário infraestruturas de rega do Bloco D4.2	Prazo de conclusão do inventário	31 de Julho	31 de Julho		3		
Acção 2.2. Elaboração do inventário das infra-estruturas de rega da Várzea de Beliche	Prazo de conclusão do inventário	31 de Julho	31 de Julho		3		
Acção 2.3. Elaboração do inventário do equipamento e do mobiliário do edifício sede da Associação	Prazo de conclusão do relatório	31 de Julho	31 de Julho		3		
OBJ. 3 Reunir as condições necessárias para a implementação hidroagrícola dos blocos da Margem Esquerda, do Bolão e de Maiorca, bem como para a concessão do bloco de Alfarelos do Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Mondego							
Acção 3.1. Preparação de toda a logística necessária para possibilitar o lançamento do concurso para a empreitada de execução do adutor, das redes de rega, drenagem e viária e do projecto de emparcelamento do Bloco da Margem Esquerda	Prazo para conclusão do projecto da rede de rega	30 de Junho	30 de Junho		3		
	Prazo para conclusão do relatório final do projecto de emparcelamento	31 de Março	31 de Março		3		

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 3.2. Solicitação da aprovação por Resolução do Conselho de Ministros do Projecto das infra-estruturas e do Projecto de Emparcelamento do Bloco do Bolão	Prazo para apresentação da informação a solicitar a aprovação do projecto de emparcelamento e dos projectos das redes de rega, drenagem e viária	31 de Maio				1	Não houve aprovação para novas candidaturas no âmbito do PRODER
Acção 3.3. Apreciação pública (reclamação dos novos lotes) e elaboração do respectivo relatório final do projecto de emparcelamento do Bloco de Maiorca para aprovação por Resolução do Conselho de Ministros bem como solicitar a aprovação do projecto das infra-estruturas deste bloco	Prazo para exposição pública do projecto de emparcelamento e de consulta aos interessados	31 de Maio					Exposição pública não realizada devido à criação de uma nova freguesia que obrigou à alteração da portaria que fixa as bases do projecto de emparcelamento
	Prazo de elaboração do relatório final e da informação a solicitar a aprovação dos projectos das infra-estruturas.	30 de Setembro					
Acção 3.4. Elaboração do inventário das infra-estruturas de rega, drenagem e viária do bloco de Alfarelos	Prazo de conclusão do inventário	31 de Julho					Acção não realizada, dado que a ABOHBM não aceitou a concessão.
<b>OBJ. 4 Assegurar a monitorização do Bloco do Baixo Vouga Lagunar e a preservação dos habitats existentes.</b>							
Acção 4.1. Acompanhamento dos projectos e/ou obras em curso ou a iniciar no âmbito da SIMRIA - Saneamento Integrado dos Municípios da Ria de Aveiro	N.º de reuniões de trabalho com participação da DGADR	100% das realizadas	100% das realizadas		3		
	Nº de documentos analisados	100% dos apresentados nas reuniões	100% dos apresentados nas reuniões		3		
Acção 4.2. Participação nas actividades a desenvolver pela CTA-BVL - Comissão Técnica de Acompanhamento do Baixo Vouga Lagunar e CTA-PIORA - Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro	N.º de reuniões de trabalho com participação da DGADR	100% das realizadas	100% das realizadas		3		
	Nº de documentos analisados	100% dos apresentados nas reuniões	100% dos apresentados nas reuniões		3		

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 5 Assegurar as condições apropriadas para a execução das infra-estruturas do Aproveitamento Hidroagrícola das Baixas de Óbidos.							
Acção 5.1. Estabelecimento dos necessários contactos com as diferentes entidades envolvidas no processo, tais como a Câmara Municipal de Óbidos, EDP, Associação de Agricultores, etc., tendo em vista garantir as condições requeridas para o lançamento dos concursos relativos à regularização fluvial, redes de rega, drenagem e viária	Prazo para conclusão do processo	2/3 meses após a recepção dos projectos das diferentes infra-estruturas					Acção não realizada porque os projectos das diferentes infra-estruturas não foram concluídos
Acção 5.2. Levantamento preliminar das áreas e benfeitorias afectadas pela obra de regularização fluvial e identificação dos proprietários envolvidos, por meio da criação da Base de dados e cartografia de apoio com vista ao processo de expropriação	Amplitude do levantamento	50% da área e dos proprietários					Acção não realizada porque os projectos das diferentes infra-estruturas não foram concluídos
OBJ. 6 Reunir as condições para a concessão do bloco de rega da Várzea do Benaciate do Aproveitamento Hidroagrícola do Barlavento Algarvio.							
Acção 6.1. Elaboração do inventário das infra-estruturas de rega da Várzea do Benaciate	Prazo de conclusão do inventário	31 de Julho					Acção não realizada porque o processo de concessão não foi concluído
OBJ. 7 Promover, no âmbito do Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros, a utilização do potencial hídrico obtido pela regularização dos caudais efluentes à Barragem do Azibo, criando condições para o fortalecimento do núcleo rural de Macedo de Cavaleiros							
Acção 7.1. Testagem das redes de rega dos Blocos de Macedo de Cavaleiros, Salselas e Cortiços, para resolução de todas as avarias e do melhoramento dos mecanismos de controlo das redes de rega	Taxa de operacionalidade da rede primária de rega e as redes secundárias de rega	100%	100%		3		
Acção 7.2. Conclusão do Estudo de Impacte Ambiental da Construção da Central Mini-Hídrica do Azibo	Prazo para submeter o EIA a processo de AIA	31 de Março	31 de Março		3		

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 8 Promover a reabilitação das redes de rega, drenagem e caminhos associada a um projecto de emparcelamento rural integrado no AH do Lis.							
Acção 8.1. Testagem das infra-estruturas e estações elevatórias de drenagem dos blocos I e II	Frequência da análise dos consumos de electricidade dos Postos de Transformação das Estações Elevatórias	Mensal	Mensal		3		
	Data de conclusão da testagem	30 de Abril	30 de Abril		3		
Acção 8.2. Colaboração na execução de trabalhos complementares às obras das infra-estruturas e estações elevatórias de drenagem dos blocos I e II	Data de adjudicação dos trabalhos de construção civil resultantes da montagem de equipamentos limpa grelhas	15 de Março	30 de Julho			1	A elaboração do proj. de execução foi concluído em 15 de Março; foi, depois, decidido delegar na ARBVL todo o processo de execução da obra; em 30 de Julho, na sequência de concurso limitado, a ARBVL adjudica a obra
	Data de Conclusão das bacias de recepção dos materiais removidos pelos limpa-grelhas Data de entrega à Associação	31 de Julho	29 de Setembro			1	Data do auto final da obra
Acção 8.3. Colaboração na execução da obra de Reabilitação da Estação Elevatória do Plátano	Nº de dias para resposta às solicitações da Fiscalização	15 dias após a solicitação	15 dias após a solicitação		3		
Acção 8.4. Organização do processo para lançamento da obra de reabilitação da regadeira 40A do canal I	Prazo para conclusão do processo	15 de Fevereiro	2 de Maio			1	
Acção 8.5. Colaboração no processo de apreciação pública (reclamação dos novos lotes) do projecto de emparcelamento do Sub-perímetro II com vista à sua aprovação por Resolução do Conselho de Ministros	Prazo para efectuar a exposição pública do projecto e de consulta aos interessados	3 meses após despacho do Director-Geral					Foi decidido suspender o projecto até definição da estratégia de reabilitação do AHVLis; a reclamação dos novos lotes deverá ser realizada após aprovação de eventual candidatura para obra no sub-perímetro II

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 8.6. Finalização do estudo do modelo de gestão da Obra do Lis e de viabilidade económica do Aproveitamento. Hidroagrícola • Apresentação das versões revistas das notas técnicas e relatório final por parte do Consultor • Emissão do respectivo parecer pela DGADR	Data de emissão do parecer da DGADR	22 dias após a apresentação do relatório pelo consulto	22 dias após a apresentação do relatório pelo consulto		3		
Acção 8.7. Acompanhamento técnico do contencioso com a Prosistemas, SA relativo ao Contrato de Prestação de Serviços n.º 14/2004	Prazo de produção dos documentos em defesa da DGADR	Prazos legais					Esta acção não se realizou porque não houve solicitações neste processo de contencioso.
Acção 8.8. Coordenação técnica e apoio à comissão administrativa tendo em vista assegurar o funcionamento regular do AH	Data de apresentação do Relatório de Actividades Anual da ARBVL	15 de Março				1	O fecho de contas de 2007, a cargo da TOC, não foi realizado no prazo referido.

#### 4. RESPONSÁVEL

José Pombo (Chefe de Divisão)



**6.4. DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE REGADIO E DOS RECURSOS NATURAIS**

DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE
<b>Planeamento do Regadio e Promoção do Plano Nacional de Regadios</b>

**1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:**

DSRRN/DPRS

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

Promoção dos estudos de diagnóstico e caracterização na área do planeamento do regadio e coordenação da promoção do Plano Nacional de Regadios.

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Assegurar o levantamento referenciado dos regadios tradicionais em Portugal							
Acção 1.1. Concepção da base de dados dos regadios tradicionais.	Nº de bases de dados elaboradas	1 base de dados	1 base de dados estruturada com a introdução de 500 registos		3		
OBJ. 2 Promover a elaboração do Plano Nacional de Regadios							
Acção 2.1. Actualização dos trabalhos preparatórios do PNR na área do regadio e modernização dos perímetros de rega.	Nº de relatórios produzidos.	2 relatórios.	2 relatórios preliminares		3		
Acção 2.2. Promoção de debate interno sobre o PNR	Nº de relatórios produzidos.	1 relatório.	1 relatório.		3		Realizado o debate interno e 6 reuniões gerais
Acção 2.3. Análise e diagnóstico da situação actual do regadio	Nº de relatórios produzidos.	1 relatório.	1 relatório.		3		
Acção 2.4. Programação das acções para o desenvolvimento do PNR	Nº de relatórios produzidos.	1 relatório.	1 relatório.		3		

**4. RESPONSÁVEL**

Pedro Teixeira (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Elaboração e Acompanhamento de Estudos Agro-sócio-económicos****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:**

DSRRN/DPRS

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

- Elaboração e acompanhamento de estudos agro-sócio-económicos integrados em projectos de âmbito hidroagrícola.
- Apoio e emissão de pareceres sobre conteúdos de âmbito agro-sócio-económico.

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Salvar a componente agro-sócio-económica em sede de estudos e projectos							
Acção 1.1. Acompanhamento do Estudo do Modelo de Gestão da Obra do Lis e da Viabilidade Económica do Aproveitamento Hidroagrícola	Nº de Notas Técnicas analisadas	2 Notas Técnicas	3 Notas Técnicas		3		Análise das versões revistas das Notas Técnicas 4, 6 e 7. A empresa atrasou-se na entrega das Notas Técnicas
Acção 1.2. Acompanhamento de Estudos de Viabilidade Agro-económica e Ambiental associados a novos projectos de rega no âmbito do EFMA	Nº de estudos acompanhados	2 estudos	-	-	-	-	Não foram acompanhados novos estudos por falta de solicitação
Acção 1.3. Avaliação dos descritores da sócio-economia e agrossistemas no âmbito dos procedimentos de AIA do EFMA	Nº de EIA's analisados	2 EIA's analisados	2 EIA' s analisados 1 RECAPE	5			
Acção 1.4. Elaboração do estudo de viabilidade do A.H. de Veiros	Nº de estudos concluídos	1 estudo	1 estudo		3		

**ACÇÕES DESENVOLVIDAS NÃO PREVISTAS NO PLANO DE ACTIVIDADES**

**Acção:** Análise agro-económica do estudo "Localização do Centro de Gestão e Custo Unitário da Água" no Aproveitamento Hidroagrícola do Rio Grande da Pipa;

**Acção:** Elaboração de documento de trabalho sobre "unidade de Cultura";

**Acção:** Contributo de conteúdos de âmbito agro-sócio-económico para o Plano Nacional de Regadio;

**Acção:** Análise de âmbito agro-sócio-económico do EIA do Projecto de Emparcelamento Rural Integrado de Vilarelho da Raia e Vilela Seca;

**Acção:** Elaboração de Organograma Técnico para realização de um estudo agro-socio-económico;

**Acção:** Estabelecimento de definições agro-económicas no âmbito do processo de revisão da legislação da RAN;

**Acção:** Apuramento dos Rendimentos Líquidos Unitários das principais actividades agrícolas de sequeiro e regadio do Continente e dos Rendimentos Líquidos por m3 de água de rega;

**Acção:** Actualização do estudo de viabilidade económica do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira;

**Acção:** Estudo de viabilidade económica do Aproveitamento Hidroagrícola das Baixas de Óbidos;

**Acção:** Estudo de viabilidade económica do Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Mondego;

**Acção:** Estudo de viabilidade económica do Aproveitamento Hidroagrícola da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira;

**Acção:** Estudo comparativo sobre a situação económico-financeira das Associações de Beneficiários dos A.H. da Cova da Beira e do Vale do Sorraia;

**Acção:** Elaboração de proposta de metodologia a adoptar no acompanhamento e análise da situação económica e financeira das Associações de Beneficiários.

#### **4. RESPONSÁVEL**

Pedro Teixeira (Chefe de Divisão)
-----------------------------------

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

## Coordenação das Candidaturas aos Fundos Comunitários na área do Regadio

## 1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:

DSRRN/DPRS

## 2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:

Acompanhamento das candidaturas da iniciativa da DGADR. no âmbito dos fundos comunitários.

## 3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Assegurar o encerramento do QCAIII nas candidaturas da competência da DGADR							
Acção 1.1. Instrução do processo de encerramento das candidaturas AGRO e AGRIS da responsabilidade da DGADR	Nº de candidaturas encerradas	40 candidaturas encerradas	51 candidaturas encerradas	5			
Acção 1.2. Acompanhamento da execução material do AGRO e AGRIS	Nº de relatórios de execução elaborados	1 relatório final de execução	-	-	-	-	O encerramento do QCA III foi protelado, tendo sido elaborados 9 relatórios intercalares da execução física e financeira
Acção 1.3. Acompanhamento das acções de controlo dos projectos por auditores externos	Nº de acções de controlo acompanhadas	5 acções de controlo acompanhadas	5 acções de controlo acompanhadas		3		
OBJ. 2 Colaborar com as entidades competentes no lançamento do QCA IV							
Acção 2.1. Instrução das candidaturas dos projectos da responsabilidade da DGADR	Nº de candidaturas instruídas	8 candidaturas	-	-	-	-	As acções 1.6.1 e 1.6.3 do PRODER não foram operacionalizadas
Acção 2.2. Acompanhamento e manutenção de informação actualizada sobre os projectos da responsabilidade da DGADR	Nº de pontos de situação elaborados	3 pontos de situação	-	-	-	-	Foi iniciada a preparação da candidatura de 5 projectos de regadio potenciais

## 4. RESPONSÁVEL

Pedro Teixeira (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

## Procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental e Elaboração de Pareceres na Área do Ambiente

## 1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:

DSRRN/DPRS

## 2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:

- Avaliação e emissão de pareceres sobre projectos de entidades públicas e privadas em sede de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e na área do ambiente.
- Acompanhamento e promoção de medidas de minimização e compensação dos EIA's de projectos da responsabilidade da DGADR e de programas de gestão ambiental.

## 3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Compatibilizar os interesses do sector agrícola com outros interesses sectoriais em processos de AIA de infra-estruturas de interesse público e privado e obras hidroagrícolas.							
Acção 1.1. Acompanhamento dos EIA's nos projectos de regadio e de emparcelamento da responsabilidade da DGADR	Nº de EIA's acompanhados	2 EIA's	4 EIA's	5			
Acção 1.2. Acompanhamento dos EIA's dos projectos do EFMA	Nº de EIA's acompanhados	2 EIA's	2 EIA's 1 RECAPE	5			
Acção 1.3. Apoio no acompanhamento de EIA's de projectos na área do regadio da responsabilidade das DRAP's	Nº de EIA's acompanhados	1 EIA	3 EIA's	5			
Acção 1.4. Análise e emissão de pareceres de outros EIA's	Nº de pareceres emitidos	30 pareceres emitidos.	113 pareceres	5			
OBJ. 2 Promover a implementação de Medidas de Minimização de Impacte Ambiental e Programas de Gestão Ambiental e Paisagística							
Acção 2.1. Implementação das Medidas de Minimização do Impacte Ambiental da construção da Barragem dos Minutos	Nº de projectos de monitorização da qualidade da água concluídos.	1 projecto	1 projecto		3		
	Nº de projectos de florestação concluídos	Concluída a retanchar e a desmatação	Concluída a retanchar e a desmatação		3		
	Nº de projectos de recuperação de habitats concluídos	1 estudo	1 estudo		3		
Acção 2.2. Monitorização da qualidade da água no A.H. do Mondego	Nº de estudos de monitorização da qualidade da água concluídos	1 estudo no Bloco de Montemor/Ereira	1 estudo no Bloco de Montemor/Ereira		3		

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 3 Assegurar a representação da DGADR e/ou do MADRP em Grupos de Trabalho e Comissões na área do regadio e dos recursos naturais.							
Acção 3.1. Representação do MADRP na Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional	Nº de processos apreciados	30 processos	38 processos	5			
	Nº de reuniões com participação da DGADR	10 reuniões ordinárias da CNREN	13 reuniões	5			

**4. RESPONSÁVEL**

Pedro Teixeira (Chefe de Divisão)
-----------------------------------

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Acompanhamento da Elaboração de Planos de Ordenamento do Território****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:**

DSRRN/DPRS

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

- Salvaguarda dos Aproveitamentos em projecto e em exploração, dos projectos de emparcelamento rural e integração das acções do desenvolvimento rural nos planos de ordenamento do território que vinculam particulares (PMOT, PEOT) e dos interesses do sector agrícola e do desenvolvimento rural nos Planos Regionais e Sectoriais do Ordenamento do Território.
- Salvaguarda das políticas de desenvolvimento do regadio e de desenvolvimento rural como linhas estratégicas nos instrumentos de desenvolvimento territorial.

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Salvaguardar o uso agrícola de regadio das áreas sujeitas ao regime das obras de aproveitamento hidroagrícola, das propostas de novas áreas a infraestruturas com regadio, das áreas de RAN e de projectos de emparcelamento rural, no âmbito do ordenamento do território, assim como a promoção do desenvolvimento rural nos instrumentos de gestão territorial.							
Acção 1.1. Acompanhamento da elaboração e/ou alteração de planos de ordenamento (POA, PMOT, e PROT), pela integração nas Comissões Mistas de Coordenação (CMC)	Nº de planos analisados	34 planos	43 planos	5			
	Nº de pareceres emitidos	40 pareceres	79 pareceres	5			
Acção 1.2. Análise e emissão de parecer nas diversas fases de elaboração e na aprovação/ratificação de planos de ordenamento do território	Nº de planos analisados	15 planos	22 planos	5			
	Nº de pareceres emitidos	20 pareceres	61 pareceres	5			
Acção 1.3. Elaboração do Programa Sectorial Agrícola do A.H. do Mira no Parque Natural do Sudeste Alentejano e Costa Vicentina, compatibilizando interesses agrícolas e ambientais	Nº de programas	1 programa concluído e implementado	1 programa concluído		3		
Acção 1.4. Acompanhamento da execução do Programa Global de Intervenção Agrícola da Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET)	Nº de projectos acompanhados	1 projecto com início de acompanhamento	O projecto não foi iniciado	-	-	-	O projecto não foi iniciado porque o ICNB não convocou nenhuma reunião

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.5. Grupo de Trabalho para a elaboração de um manual de acompanhamento dos técnicos do MADRP em sede das Comissões Mistas de Coordenação dos PDM's	Nº de manuais concluídos e divulgados	1 manual	1 manual		3		O manual aguarda assinatura de sua Ex. <sup>a</sup> o SEDRF
<b>OBJ. 2 Preservar as Albufeiras hidroagrícolas para a sua finalidade principal e salvaguardar recursos, em articulação com actividades secundárias, nos Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP)</b>							
Acção 2.1. Acompanhamento da elaboração de planos de ordenamento, (POA) pela integração nas Comissões Mistas de Coordenação (CMC)	Nº de planos analisados	2 planos	2 planos		3		
	Nº de pareceres emitidos	10 pareceres	5 pareceres	-	-	-	Foram emitidos todos os pareceres solicitados
Acção 2.2. Análise e emissão de parecer nas diversas fases de elaboração e na aprovação/ratificação de planos de ordenamento do território	Nº de planos analisados.	10 planos	8 planos	-	-	-	Foram analisados todos os planos submetidos à apreciação da DPRS
	Nº de pareceres emitidos.	15 pareceres	16 pareceres	5			
Acção 2.3. Análise de Planos de Pormenor, de Urbanização e Construções em Espaço Rural	Nº de processos analisados.	7 processos	3 processos	-	-	-	Foram analisados todos os processos submetidos à apreciação da DPRS

## 4. RESPONSÁVEL

Pedro Teixeira (Chefe de Divisão)
-----------------------------------



## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

## Coordenação das Medidas e Acções relativas à RAN

## 1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:

DSRRN/DPRS

## 2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:

Apoio técnico-administrativo e participação nos órgãos da Reserva Agrícola Nacional (RAN) – Conselho Nacional da Reserva Agrícola (CNRA) e Comissões Regionais.

## 3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Presidir e organizar acções relativas ao Conselho Nacional da Reserva Agrícola (CNRA), secretariar as reuniões e dar apoio técnico e administrativo.							
Acção 1.1. Proposta ou emissão de parecer sobre propostas de medidas legislativas e promover medidas de defesa da RAN	Nº de propostas de medidas legislativas analisadas.	100% das propostas, por solicitação superior	Analisada a proposta sobre o novo regime jurídico da RAN		3		
	Nº de pareceres emitidos.	100% dos pareceres, por solicitação superior	Emissão de 1 parecer		3		
Acção 1.2. Deliberação sobre recursos relativos aos actos administrativos das Comissões Regionais	Nº de reuniões do CNRA realizadas	20 reuniões	22 reuniões	5			(20 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias)
	Nº de processos instruídos e deliberados	200 processos	Instruídos 326 processos Deliberados 280 processos	5			
Acção 1.3. Apoio técnico, administrativo e jurídico ao CNRA e assegurar a uniformidade de critérios de actuação nas Comissões Regionais	Nº de processos instruídos. (incluídos na acção 1.2)	240 processos (incluídos na acção 1.2)	21 processos analisados com apoio jurídico Resposta a 20 solicitações das CRRA's		3		
OBJ. 2 Assegurar a representação da DGADR nas Comissões Regionais da RAN							
Acção 2.1. Emissão de pareceres sobre licenças, concessões, aprovações e autorizações administrativas relativas a utilizações não agrícolas de solos da RAN, planos de ordenamento e áreas de desenvolvimento urbano e à aplicação das coimas previstas na lei	Nº de processos analisados	2.000 processos	2.610 processos	5			
	Nº de pareceres emitidos	2.000 pareceres	4.360 pareceres	5			
Acção 2.2. Participação nas reuniões das Comissões Regionais da RAN	Nº de representações	4 representações	5 representações		3		
	Nº de reuniões	112 reuniões	241 reuniões	5			

## 4. RESPONSÁVEL

Pedro Teixeira (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Elaboração de Cartografia e Estudos de Solos****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:**

DSRRN/DPRS

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

- Restituição do reconhecimento de solos efectuado em fotografia aérea e desenho das Cartas de Solos e de Capacidade de Uso.
- Elaboração e acompanhamento de estudos de classificação das terras nas áreas envolvidas em projectos hidroagrícolas e de desenvolvimento rural.

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Assegurar a cobertura da cartografia de solos no continente							
Acção 1.1. Promover e acompanhar a execução das cartas de solos a sul do rio Douro (escala 1:25.000)	Nº de folhas da carta de solos concluídas	6 folhas da carta de solos	5 folhas da carta de solos			1	Não foram concluídas as 6 folhas da carta de solos por falta de equipamento informático, caso contrário a acção teria sido superada
Acção 1.2. Promover e acompanhar a execução das cartas de capacidade de uso a sul do rio Douro (escala 1:25.000)	Nº de folhas da carta de capacidade de uso concluídas	12 folhas da carta de capacidade de uso	9 folhas da carta de capacidade de uso			1	Não foram concluídas as 12 folhas da carta de capacidade de uso por falta de equipamento informático caso contrário a acção teria sido superada
OBJ. 2 Promover a elaboração de estudos de solos							
Acção 2.1. Análise do descritor solo, no âmbito dos EIA's dos Blocos de Rega do EFMA	Nº de EIA's analisados	2 EIA's	2 EIA's 1 RECAPE	5			
Acção 2.2. Emissão de pareceres na área dos solos, no âmbito de infra-estruturas em espaço rural	Nº de pareceres emitidos	16 pareceres	18 pareceres	5			

**4. RESPONSÁVEL**

Pedro Teixeira (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Gestão, Planeamento e Acompanhamento de Políticas****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:**

DSRRN/DPRS

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

- Gestão do património rústico através da exploração e gestão da Herdade da Ribeira Abaixo e da regularização da situação cadastral e patrimonial.
- Planeamento e acompanhamento da execução das medidas de política de desenvolvimento rural e ambiente.

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Assegurar a manutenção do Património Rústico em boas condições agronómicas e a sua correcta titularização							
Acção 1.1. Gestão da Herdade da Ribeira Abaixo	Área limpa e desmatada	20 ha	0 ha			1	Não foi limpa e desmatada a área prevista por falta de verba
Acção 1.2. Regularização da situação Cadastral e Patrimonial do património afecto à colonização interna e baldios reservados.	Nº de processos de alienação ou cedência de imóveis do património privativo instruídos	2 processos	-	-	-	-	Não foram instruídos processos neste âmbito porque a DGADR já não tem essa delegação de competências
	Nº de alvarás de propriedade definitiva e segundas vias emitidos	4 alvarás	1 alvará 12 segundas vias 3 rectificações 4 declarações de autorização de cancelamento de ónus	5			
Acção 1.3. Acompanhamento e apreciação do Plano de Pormenor da Colónia Agrícola da Gafanha	Nº de pareceres emitidos	2 pareceres	-	-	-	-	Não foi emitido nenhum parecer porque não houve solicitações
Acção 1.4. Participação no Grupo de Trabalho do Património	Nº de documentos técnicos produzidos	2 documentos técnicos	-	-	-	-	Não foi elaborado nenhum documento porque o mandato do Grupo de Trabalho terminou em Dezembro de 2007

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 2 Colaborar no planeamento e execução de Políticas							
Acção 2.1. Acompanhamento da Elaboração dos Planos de Gestão das Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH)	Nº de pareceres emitidos	1 parecer	-	-	-	-	Participação no lançamento dos trabalhos por parte do INAG. Não foi produzido nenhum documento porque não houve solicitações
Acção 2.2. Colaboração na Operacionalização do Plano de Desenvolvimento Rural (PDR)	Nº de pareceres emitidos.	3 pareceres	9 pareceres.	5			
Acção 2.3. Acompanhamento da elaboração dos Diplomas complementares à Lei da Água	Nº de diplomas apreciados	3 diplomas	3 diplomas		3		
	Nº de pareceres emitidos	3 pareceres	3 pareceres		3		
Acção 2.4. Participação na realização e/ou acompanhamento de estudos estratégicos	Nº de estudos acompanhados/realizados	2 estudos acompanhados	2 estudos acompanhados		3		Coordenação dos estudos relativos à nova localização do futuro aeroporto de Lisboa e estimativa da quantificação dos efeitos da seca e escassez de água
Acção 2.5. Participação no GT para a revisão do Regime Jurídico dos Aproveitamentos Hidroagrícolas	Nº de diplomas elaborados	2 diplomas	2 diplomas		3		Foram elaborados os projectos de diploma. A documentação encontra-se em apreciação por sua Ex.ª o SEDRF
Acção 2.6. Representação da DGADR na Comissão de Planeamento de Emergência da Agricultura (CPEA)	Nº de reuniões com participação da DGADR	1 reunião	Não foi realizada nenhuma reunião	-	-	-	O GPP é o organismo responsável pela coordenação desta acção. Não houve nenhuma solicitação por parte deste organismo durante o ano
	Nº de exercícios operacionais	1 exercício operacional	Não foi realizado nenhum exercício operacional	-	-	-	
Acção 2.7. Representação da DGADR na Comissão Nacional de Coordenação do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação	Nº de reuniões com participação da DGADR	6 reuniões	Não foi realizada nenhuma reunião	-	-	-	O ponto focal desta Comissão é a Autoridade Florestal Nacional. Durante o ano de 2008 a actividade da CNC do PANCD esteve suspensa, devido à aposentação do Presidente e às alterações orgâ-

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 2.7. (cont.)							nicas realizadas no MADRP, tendo apenas sido solicitado o preenchimento de inquéritos internacionais e presença no Seminário "Desertificação – Inovação e Novas Tecnologias à Escala Regional"
Acção 2.8. Representação da DGADR no Grupo de Trabalho para a Estratégia Europeia de Solos	Nº de memorandos e relatórios técnicos emitidos	3 memorandos e relatórios técnicos	1 memorando Participação em 2 reuniões		3		Não foram realizados os 3 memorandos porque não foram solicitados. Foi assegurada a participação em todas as reuniões convocadas
Acção 2.9. Projecto Solo e Sedimentos – Programa Nacional de Acção de Ambiente e Saúde	Nº de relatórios técnicos produzidos.	1 relatório técnico	Não foi produzido nenhum relatório técnico	-	-	-	Não foi produzido nenhum relatório técnico porque não houve solicitações

## ACÇÕES DESENVOLVIDAS NÃO PREVISTAS NO PLANO DE ACTIVIDADES

**Acção:** Fornecimento à Secretaria Geral do MADRP das fichas de elementos e dados para avaliação de prédios rústicos do património privativo do ex-Idrha;

**Acção:** Organização e elaboração de documento para apresentação na Jornada de Protecção do Solo (realizada em Janeiro de 2009).

## 4 RESPONSÁVEL

Pedro Teixeira (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Gestão dos Aproveitamentos Hidroagrícolas****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:**

DSRRN/DGRQA

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

Apoio e acompanhamento da gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas em exploração e das actividades desenvolvidas pelas Associações de Beneficiários

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Apoiar a actividade de gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas em exploração							
Acção 1.1. Análise da evolução da área regada, nos AH's do Grupo II e de outros dados estatísticos da gestão dos AH's	Nº de AH's analisados	23 AH's	26 AH's	5			
Acção 1.2. Acompanhamento e elaboração semanal dos boletins das reservas hídricas das albufeiras de fins hidroagrícolas e sua divulgação no sítio da DGADR	Nº de albufeiras acompanhadas	30 albufeiras	31 albufeiras	5			
	Nº de boletins elaborados	52 boletins	52 boletins		3		
Acção 1.3. Classificação de novos aproveitamentos hidroagrícolas e apoio à criação das respectivas entidades gestoras	AH's classificados	100% das solicitações	100% das solicitações		3		12 AH's classificados
Acção 1.4. Acompanhamento da criação das respectivas entidades gestoras	Nº de Associações de Beneficiários criadas	2 Associações de Beneficiários	0 Associações de Beneficiários			1	Não foi solicitada a legalização e reconhecimento de AB como pessoa colectiva de direito público
Acção 1.5. Análise e elaboração dos processos de aprovação dos estatutos das Associações de Beneficiários para aprovação do MADRP	Nº de processos concluídos	2 processos	0 processos			1	Não foi solicitada a análise de processos
Acção 1.6. Actualização do Custo das obras de AH para efeitos de cálculo dos montantes compensatórios devidos pela exclusão	Nº de montantes compensatórios calculados	21 montantes compensatórios	22 montantes compensatórios	5			

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.7. Análise dos processos de exclusão e inclusão de prédios nos aproveitamentos hidroagrícolas do grupo II	Processos de exclusão e inclusão analisados	100% das solicitações	100% das solicitações		3		Foram analisados todos os processos solicitados
Acção 1.8. Análise dos processos de inutilização de solos de prédios beneficiados por aproveitamentos hidroagrícolas do grupo II	Processos de inutilização de solos analisados	100% das solicitações	100% das solicitações		3		Foram analisados todos os processos solicitados
Acção 1.9. Análise de elementos relacionados com a exploração das centrais hidroelétricas de AH's	Elementos analisados	100% das solicitações	100% das solicitações		3		
Acção 1.10. Acompanhamento dos trabalhos em curso para a construção de Sistemas de Informação Geográfica nos aproveitamentos hidroagrícolas	Pareceres emitidos	100% das solicitações	100% das solicitações		3		
Acção 1.11. Elaboração de processos de contra-ordenação em áreas de AH's	Nº de processos	2 processos	2 processos		3		
<b>OBJ. 2 Transferir a gestão das infra-estruturas de AH's para as entidades gestoras</b>							
Acção 2.1. Promoção da recepção das infra-estruturas de AH's e efectuar a sua transferência para as entidades gestoras	Nº de infra-estruturas recebidas	5 infra-estruturas	0 infra-estruturas			1	Não foram assinados os contratos de concessão
Acção 2.2. Elaboração das minutas dos contratos de concessão dos AH's	Nº de contratos elaborados	5 contratos	13 contratos de concessão	5			
Acção 2.3. Elaboração das propostas para a gestão das centrais hidroelétricas integradas nos AH's a cargo da DGADR	Nº de propostas elaboradas	3 propostas	0 propostas			1	Foi elaborado um projecto de Portaria que não foi aprovado
Acção 2.4. Elaborar os processos para aprovação das minutas dos regulamentos dos AH's	Nº de regulamentos analisados e elaborados	7 regulamentos	7 regulamentos provisórios		3		

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 3 Assegurar a representação do MADRP, junto dos órgãos sociais de algumas Associações de Beneficiários e apoiar outros representantes das DRAP's nas Associações de Beneficiários							
Acção 3.1. Representação do MADRP, junto das Associações de Beneficiários do Vale do Lis, Macedo de Cavaleiros, Lezíria de V. Franca de Xira, Vale do Sorraia e apoiar outros representantes das DRAP's em três associações de beneficiários	Nº de Associações de Beneficiários	4 Associações	4 Associações		3		
OBJ. 4 Assegurar a representação da DGADR, junto de Comissões Técnicas, Grupos de Trabalho							
Acção 4.1. Participação na CTA da revisão do PDM de Leiria e de Chaves	Nº pareceres emitidos	2 pareceres	3 pareceres	5			
Acção 4.2. Colaborar na emissão de pareceres a Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), nomeadamente PDM, Planos de Pormenor (P.P) e Planos de Urbanização (P.U) com incidência em AH e ainda Planos Especiais Ordenamento Território (ex:POA)	Pareceres emitidos	100% das solicitações	100% das solicitações		3		Foram emitidos todos os pareceres solicitados
Acção 4.3. Participação no GT para revisão do RJAH	Nº de diplomas	2 diplomas	3 diplomas	5			Projectos de portarias de regulamentos dos AH's e da concessão das centrais e Decreto-Lei para os contratos-programa
OBJ. 5 Assegurar a representação do MADRP junto das entidades ligadas à gestão dos recursos hídricos							
Acção 5.1. Participação nas reuniões da Comissão de Gestão de Albufeiras e coordenação, em articulação com outras entidades, do processo de gestão das reservas hídricas dos aproveitamentos hidroagrícolas	Reuniões realizadas e pareceres emitidos	100% das solicitações	100% das solicitações		3		
Acção 5.2. Participação nas actividades da Comissão Portuguesa de Irrigação e Drenagem	Documentos divulgados	100% das solicitações	100% das solicitações		3		



OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 5.3. Participação nas actividades dos Grupos de Trabalho da CADC	Reuniões realizadas	100% das solicitações	100% das solicitações		3		
<b>OBJ. 6 Controlo dos encerramentos dos projectos de reabilitação dos aproveitamentos hidroagrícolas</b>							
Acção 6.1. Elaboração dos processos de encerramento dos projectos financiados, ao abrigo do programa AGRIS	Processos elaborados	100% dos projectos	100% dos projectos		3		Foram encerrados todos os projectos concluídos

**4. RESPONSÁVEL**

João Bragança (Chefe de Divisão)
----------------------------------

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

## Qualidade da água

## 1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:

DSRRN/DGRQA

## 2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:

Coordenação das actividades do MADRP no âmbito da qualidade da água

## 3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Promover em colaboração com as DRAP a correcta utilização dos correctivos orgânicos na agricultura							
Acção 1.1. Apoio e agilização dos procedimentos relativos à aplicação de lamas em solos agrícolas	Grau de satisfação das DRAP, numa escala de 0 a 10	7	7		3		
Acção 1.2. Apoio e agilização dos procedimentos relativos à aplicação de subprodutos de origem animal em solos agrícolas	Grau de satisfação das DRAP, numa escala de 0 a 10	7	7		3		
Acção 1.3. Apoio e agilização dos procedimentos relativos à aplicação de efluentes pecuários em solos agrícolas	Grau de satisfação das DRAP, numa escala de 0 a 10	7	7		3		
OBJ. 2 Assegurar a implementação da Directiva “Nitratos”							
Acção 2.1. Identificação de novas zonas vulneráveis de acordo com o DL n.º 235/97, de 3 de Setembro, relativo à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola	(n.º de avaliações / n.º de propostas) x 100	90%	100%	5			As avaliações efectuadas não implicaram a identificação de novas zonas vulneráveis
Acção 2.2. Elaboração de novos Programas de Acção de acordo com o DL n.º 235/97, de 3 de Setembro	(n.º de PA elaborados / n.º de NZV) X 100	90%	100%	5			Foi elaborada o projecto de proposta do PA para as 8 Zonas vulneráveis
Acção 2.3. Revisão dos Programas de Acção de acordo com o DL n.º 235/97, de 3 de Setembro	(n.º de PA revistos / n.º de PA a rever) X 100	90%	100% dos PA	5			

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 2.4. Elaboração do relatório quadrienal a apresentar à Comissão de acordo com o DL n.º 235/97, de 3 de Setembro	Prazo de envio do relatório	Até 15 de Junho	Relatório apresentado		3		
Acção 2.5. Articulação com a Comissão Europeia e entidades Nacionais	(n.º de respostas / n.º de solicitações) X 100	95%	100% das solicitações	5			
<b>OBJ. 3 Promover a monitorização e o controlo da qualidade da água destinada a fins agrícolas</b>							
Acção 3.1. Tratamento dos dados resultantes do Plano de monitorização da qualidade da água do Bloco de Alfaias do Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Mondego	Prazo de envio do relatório para parecer superior	Até 30 de Julho	Relatório apresentado	5			

#### 4. RESPONSÁVEL

João Tito Nunes (Assessor Principal)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

## Recursos Hídricos

## 1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES

DSRRN/DGRQA

## 2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:

- Recolha e tratamento de dados climatológicos e hidrogeológicos de apoio às tomadas de decisão.
- Avaliação de projectos de captações de águas subterrâneas e acompanhamento das obras.

## 3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Avaliar a exequibilidade dos projectos de captação de recursos hídricos subterrâneos							
Acção 1.1. Avaliação de projectos de captação de águas subterrâneas	(n.º de projectos avaliados / n.º de projectos solicitados) X 100	95%	100%	5			
Acção 1.2. Avaliação do estado de conservação de captações	(n.º de captações verificadas / n.º de solicitações) X 100	95%	100%	5			
OBJ. 2 Disponibilizar informação aos agricultores relativamente às necessidades hídricas das culturas							
Acção 2.1. Acompanhamento decendial das necessidades hídricas de algumas culturas para divulgação na internet	Nº de dias para envio para divulgação na internet	Até 5 dias úteis após recepção dos dados	Até 5 dias		3		
Acção 2.2. Promoção da recolha dos dados climáticos da rede do MADRP tendo em vista a implantação de um sistema de avisos de rega	N.º de dias para actualização da base de dados	Até 7 dias úteis após recepção dos dados	Até 7 dias		3		
OBJ. 3 Colaborar com as entidades competentes, na realização e análise de estudos de caracterização dos recursos hídricos de superfície e subterrâneos susceptíveis de utilização na agricultura							
Acção 3.1. Emissão de pareceres no âmbito dos recursos hídricos	(n.º de pareceres emitidos / n.º de solicitações) X 100	95%	100%	5			
Acção 3.2. Apoio ao acompanhamento de estudos de viabilidade e projectos de execução	(n.º de apoios prestados / n.º de solicitações) X 100	95%	100%	5			

## 4. RESPONSÁVEL

João Bragança (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**PLEIADES - Implementação de um Sistema de apoio à Informação sobre a Gestão de Recursos Hídricos e à Tomada de Decisões no Domínio Agrícola**

## 1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES

DSRRN/DGRQA e DSIGA/DGFCO

## 2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:

Utilização racional de plataformas de Observação da Terra (OT) e das potencialidades de rede e comunicação das Tecnologias de Informação (TI), envolvendo um sistema de gestão integrada de serviços e recursos fundamentais para a integração de recursos hídricos a diferentes níveis de abordagem.

## 3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
<b>OBJ. 1 Promover a utilização de novas tecnologias tendo em vista melhorar e otimizar os sistemas de rega e drenagem, melhorando o seu desempenho ambiental e económico, de forma a possibilitar uma utilização eficiente do recurso água, em zonas semi-áridas</b>							
Acção1.1. Continuação da implementação de um sistema integrado de informação e apoio à tomada de decisões no domínio agrícola, envolvendo conhecimentos específicos na gestão da água de rega e das bacias hidrográficas e sua adaptação ao perímetro de rega do Caia	Nº de agricultores beneficiados	10 agricultores	6 agricultores			1	Devido a sobreposição do projecto com outros projectos da mesma área temática
	Área abrangida	200 hectares	500 hectares	5			
Acção1.2. Colaboração na organização de um estudo base sobre a área piloto do Caia.	Nº de relatórios de contexto	6 relatórios	6 relatórios		3		
	Nº de agricultores	Os agricultores beneficiados pelo Projecto (10)	10 agricultores		3		
Acção1.3. Apoio à definição da estrutura para a avaliação dos desempenhos ambientais dos sistemas de rega e do potencial de melhoria do desempenho ambiental do sistema de rega seleccionado	Nº de reuniões a nível nacional e internacional	6 reuniões	7 reuniões	5			
	Nº de documentos	6 documentos e um relatório anual	4 documentos e 1 relatório semestral e 1 relatório anual		3		

## 4. RESPONSÁVEL

António Perdigão (Assessor Principal)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

## Informação cartográfica, sua conversão analógico digital e divulgação

## 1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES

DSRNN/DGRQA

## 2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:

- Implementação e acompanhamento dos procedimentos de cartografia temática de base topográfica da DGADR, em sintonia com os procedimentos, metodologias e regulamentação das entidades com responsabilidade institucional na área da cartografia e informação geográfica, nomeadamente o Conselho Coordenador de Cartografia e as acções que venham a ser implementadas no quadro da Directiva INSPIRE.
- Elaboração e divulgação das cartas temáticas da responsabilidade da DGADR.

## 3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Contribuir, em colaboração com as entidades tutelares de cartografia, para o desenvolvimento de cartografia temática de base topográfica e da estrutura de metadados, na implementação e desenvolvimento de métodos e sistemas							
Acção 1.1. Dar resposta às solicitações do Conselho Coordenador de Cartografia	N.º de respostas dadas Nº de dias para elaboração da resposta	100% das solicitações 15 dias úteis após a recepção da solicitação	100% das solicitações		3		
Acção 1.2. Participar nas reuniões no Conselho Coordenador de Cartografia	N.º de reuniões realizadas	2 reuniões	0 reuniões			1	Não houve convocatórias
Acção 1.3. Colaborar com o IGP no desenvolvimento da cartografia temática nas zonas de aproveitamentos hidroagrícolas	Fichas de metadados elaboradas	100% das solicitações	100% das solicitações		3		
OBJ. 2 Colaborar com as operações de cadastro da propriedade nas zonas de beneficiação hidroagrícola, no quadro do SINERGIC							
Acção 2.1. Colaborar com o IGP no desenvolvimento da cartografia temática nas zonas de Aproveitamentos Hidroagrícolas	Respostas dadas	100% das solicitações do IGP	-			1	Não houve solicitações
	Nº de dias para elaboração da resposta	20 dias úteis após a solicitação	-			1	Não houve solicitações
OBJ. 3 Implementar a directiva INSPIRE na área da DGADR							
Acção 3.1. Estruturação da organização da informação relacionada com os procedimentos da iniciativa INSPIRE	Fichas de metadados elaboradas	100% das solicitações	100% das solicitações		3		
Acção 3.2. Implementação da infraestrutura de metadados, de acordo com a directiva INSPIRE	Fichas de metadados elaboradas	100% das solicitações	100% das solicitações		3		

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 4 Assegurar a resposta às solicitações dos clientes relativamente a cartas temáticas de base topográfica da responsabilidade da DGADR, em formato digital							
Acção 4.1. Conversão analógico-digital de cartas temáticas	Nº de cartas convertidas	2 cartas	10 cartas	5			
Acção 4.2. Comercialização de Cartas de Solos à escala 1:25.000 em formato digital	Cartas vendidas	100% dos pedidos dos clientes	100% dos pedidos		3		
Acção 4.3. Comercialização de Cartas de Capacidade de Uso à escala 1:25.000 em formato digital	Cartas vendidas	100% dos pedidos dos clientes	100% dos pedidos		3		
Acção 4.4. Comercialização de informação cartográfica da DGADR em formato digital	Cartas vendidas	100% dos pedidos dos clientes	100% dos pedidos		3		
Acção 4.5. Cedência de Cartas de Solos e de Capacidade de Uso à escala 1:25.000 em formato digital	Cartas cedidas	100% dos pedidos dos clientes	100% dos pedidos		3		
Acção 4.6. Cedência de informação cartográfica da DGADR em formato digital	Cartas cedidas	100% dos pedidos dos clientes	100% dos pedidos		3		
OBJ. 5 Assegurar a resposta às solicitações dos clientes relativamente a cartas temáticas de base topográfica da responsabilidade da DGADR, em papel							
Acção 5.1. Fotorestituição de cartas de solos em pantógrafo óptico	Nº de cartas convertidas	6 cartas	4 cartas			1	Foram fotorestituídas as cartas disponíveis
Acção 5.2. Desenho manual das cartas de solos fotorestituídas e introdução de siglas	Nº de cartas desenhadas	4 cartas	4 cartas de solos e 8 de capacidade de uso	5			Foram efectuadas mais oito cartas de capacidade de uso
Acção 5.3. Comercialização de Cartas de Solos à escala 1:25.000	Cartas vendidas	100% dos pedidos dos clientes	100% dos pedidos dos clientes		3		
Acção 5.4. Comercialização de Cartas de Capacidade de Uso à escala 1:25.000	Cartas vendidas	100% dos pedidos dos clientes	100% dos pedidos dos clientes		3		
Acção 5.5. Cedência de informação cartográfica para instrução de processos da CRRAN	Cartas cedidas	100% dos pedidos das CRRAN do Alentejo e Algarve	100% das solicitações		3		

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 5.6. Digitalização de cartas em papel vegetal de capacidade de uso de solos	Nº de cartas digitalizadas	4 cartas	50 cartas	5			

#### 4. RESPONSÁVEL

António Perdigão (Assessor Principal)



**6.5. DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS E DE SANIDADE VEGETAL**

DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE
<b>Homologação de Produtos Fitofarmacêuticos e Biocidas preservadores de madeira</b>

**1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES**

DSPFSV/DHATEIPF/DABSV

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

- Avaliação de produtos fitofarmacêuticos e preservadores da madeira, tendo em vista a concessão de autorizações de venda e o estabelecimento, para cada produto fitofarmacêutico, das condições e precauções de utilização, assim como a definição das boas práticas fitossanitárias e a avaliação do risco para o aplicador, consumidor, ambiente e espécies não visadas.
- Definição das precauções físico-químicas, toxicológicas, ecotoxicológicas e ambientais, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 82/2003, para produtos fitofarmacêuticos já autorizados.
- Acompanhamento das actividades desenvolvidas pelo MAOTDR no âmbito da política nacional em matéria de água.
- Transposição da legislação comunitária ou a alteração da legislação nacional, relativa aos produtos fitofarmacêuticos e aos seus resíduos em produtos agrícolas de origem vegetal faz igualmente parte deste projecto.
- Divulgação de informação para o sector agrícola e florestal bem como para entidades nacionais e internacionais cuja actividade se desenvolve neste âmbito.

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Assegurar a colocação no mercado nacional de produtos fitofarmacêuticos e preservadores de madeira, no quadro de um uso sustentável, que sejam eficazes e seguros para o homem e ambiente.							
Acção 1.1 Recolha, organização, tratamento e avaliação técnico-administrativa de processos de homologação, biológico, toxicológico, ecotoxicológico e ambiental com vista ao estudo dos mesmos pelas equipas especializadas	Nº de processos validados/nº de processos entrados	100% dos processos completos validados	113 processos validados/113 processos entrados		3		Objectivo cumprido. Superação do objectivo não aplicável
Acção 1.2 Avaliação técnica científica nas áreas de toxicologia, ecotoxicologia, ambiente, de resíduos e de identidade e propriedades FQ de processos referentes aos pedidos de autorização de venda (AV), autorização provisória de venda (APV) e revisão de APV, de produtos fitofarmacêuticos com base em s.a existentes no nosso país	Nº de processos avaliados	25% dos processos validados	Foi concluída a avaliação de 14% dos processos entrados em 2008; Circularam por, pelo menos, uma equipa, 196 processos			1	Objectivo não cumprido. Número de processos entrados em anos anteriores é ainda elevado
	Nº de APV concedidas/ano Nº de AV concedidas/ano	50 autorizações de venda (APV e AV)	Concedidas 135 APV/AV	5			Objectivo largamente superado
	Nº de APV revisitas/ano	24 revisões de APV com base em s.a. existentes no mercado nacional	Foram revistas 29 APV para efeito de concessão de AV	5			Objectivo superado face ao previsto

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.3 Avaliação de dados adicionais nas áreas de toxicologia, ecotoxicologia, ambiente, de resíduos e de identidade e propriedades FQ enviados pelas empresas e emissão de correspondentes pareceres relativos a APV/AV de produtos fitofarmacêuticos com base em s.a. já existentes no mercado nacional e eventual alteração das correspondentes condições de utilização	Número de pareceres/ano	200 pareceres relativos a APV/AV	Emitidos 485 pareceres	5			Objectivo largamente superado face a elevado número de processos avaliados nas equipas TOX, ANF, AVR e ECO
Acção 1.4 Avaliação de dados e emissão de pareceres relativos aos pedidos de alargamento de espectro de utilização dos produtos fitofarmacêuticos ao abrigo do ponto 2 do Artº 9º do D.L. 94/98 e estabelecimento das correspondentes condições de utilização	Nº de pedidos de alargamento de espectro analisados/ano	100% de pedidos de alargamentos de espectro avaliados	134 pedidos recebidos/132 analisados		3		Objectivo cumprido. Superação do objectivo não aplicável. Dois pedidos foram recebidos a 31.12.2008
	Nº de pedidos de alargamento de espectro autorizados	75% de pedidos de alargamento de espectro autorizados, dos pedidos válidos	97,0% dos pedidos, avaliados; 48,5% dos pedidos analisados autorizados; 7,5% dos pedidos analisados não autorizados; 39,5% dos pedidos não completos			1	Objectivo não cumprido face a elevado número de pedidos incompletos que mereceram pedido de dados adicionais
Acção 1.5 Avaliação de dados e emissão de pareceres relativos aos pedidos de alargamento de espectro de utilização dos produtos fitofarmacêuticos, para usos menores, e estabelecimento das correspondentes condições de utilização	Nº de pedidos de alargamento de espectro de "uso menor" analisados/ano	100% de pedidos de alargamentos de espectro avaliados	411 pedidos recebidos/ 411 pedidos avaliados		3		Objectivo cumprido
	Nº de pedidos de alargamento de espectro de "uso menor" autorizados	75% de pedidos de alargamento de espectro autorizados, dos pedidos válidos	Foram autorizados 100% dos pedidos válidos	5			Objectivo superado
Acção 1.6 Avaliação de dados e emissão de pareceres relativos aos pedidos de autorização de experimentação no âmbito do artº 22º do D.L. 94/98 e estabelecimento das correspondentes condições de utilização	Nº de pedidos de experimentação analisados/ano	100% de pedidos de experimentação avaliados	Analisados 228 pedidos		3		Objectivo cumprido. Superação do objectivo não aplicável
	Nº de pedidos de experimentação autorizados	75% de pedidos de experimentação autorizados, dos pedidos válidos	100% dos pedidos válidos foram autorizados; apenas 5 pedidos de experimentação se encontravam não válidos	5			Objectivo superado; todos os pedidos de experimentação válidos foram autorizados

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.7 Avaliação da equivalência entre origens de produtos técnicos	Nº de pedidos de equivalência avaliados/Nº pedidos de equivalência entrados	80% de pedidos avaliados	Foram avaliados 8 pedidos/8 entrados	5			Objectivo superado. Foram apreciados a totalidade de pedidos recebidos
Acção 1.8 Levantamento de existências relativas a processos documentais de suporte à homologação de p.f., passíveis de eliminação ou devolução às empresas	Nº de processos existentes no armazém identificados para devolução ou eliminação	50% de processos	100%	5			Objectivo superado. Foram objecto de levantamento exaustivo e registo em documento próprio a totalidade dos processos toxicológicos existentes no armazém
Acção 1.9 Avaliação técnico científica de processos nas áreas de toxicologia, ecotoxicologia, ambiente, e de identidade e propriedades FQ referentes aos pedidos de autorização de colocação no mercado ao abrigo do período transitório previsto no D.L. 121/2002, com base em s.a. existentes	Nº de APV concedidas/ano	10 APV concedidas	11 APV concedidas	5			Objectivo superado
Acção 1.10 Avaliação de dados e emissão de pareceres relativos aos pedidos de autorização de experimentação e estabelecimento das correspondentes condições de utilização, no âmbito do D.L. 121/2002	Nº de pedidos de experimentação/ano	100% de pedidos de experimentação avaliados	Não deram entrada pedidos de experimentação	--	--	--	Não aplicável
		75% de pedidos de experimentação autorizados	Não deram entrada pedidos de experimentação	--	--	--	Não aplicável
OBJ. 2 Assegurar que os produtos fitofarmacêuticos tenham uma eficácia aceitável tendo em vista a homologação nacional e que seja feita uma utilização correcta do material e técnicas de aplicação de acordo com a Boa Prática Fitossanitária.							
Acção 2.1 Apreciação técnico-científica de aspectos vários, no âmbito da avaliação biológica de produtos fitofarmacêuticos, de modo a apoiar o sistema de homologação	Nº de processos avaliados / entrados	100% dos processos analisados 30 dias – processos com base em s.a. velhas	Foram analisados todos os processos que deram entrada na DABSV		3		Não aplicável
	Nº médio de dias entre a recepção do processo e a emissão do respectivo parecer	90 dias – processos com base em s.a. novas	O tempo médio para avaliação de processos com base em s.a. novas foi de 83 dias	5			Objectivo superado

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 2.2 Avaliação das condições de aplicação de material de aplicação de produtos fitofarmacêuticos	Nº de pareceres externos e internos emitido por técnico	100% dos processos analisados	Foram analisados todos os processos que deram entrada na DABSV		3		Não houve desvios face ao previsto
Acção 2.3 Procura de soluções, no âmbito dos produtos fitofarmacêuticos, para as finalidades não cobertas	Nº de pedidos de alargamento de espectro analisados/ano	100% de pedidos de alargamentos de espectro avaliados	Foram analisados todos os processos que deram entrada na DABSV		3		Não houve desvios face ao previsto
<b>OBJ. 3 Assegurar a aplicação da legislação comunitária no âmbito dos produtos fitofarmacêuticos e produtos preservadores de madeira.</b>							
Acção 3.1 Estudo, elaboração, finalização jurídica e apresentação superior dos projectos de diplomas que visam a transposição de directivas comunitárias, bem como os que visam a implementação do disposto em regulamentos e decisões emanados das instituições comunitárias, nomeadamente, no âmbito da aplicação da Directiva 91/414/CEE e da Directiva 98/8/CE	Prazo de transposição / adaptação	Inferior a 30 dias	Em média, foram revistos projectos de diploma em menos de 5 dias úteis No âmbito da Directiva 91/414/CEE foram finalizados 3 projectos de decretos-lei que incluíram 45 substâncias activas no anexo I do Decreto-Lei 94/98, de 15.04, pela transposição de 15 Directivas comunitárias (2 publicados em 2008)	5			Objectivo superado
Acção 3.2 Rever versões linguísticas das propostas de transposição do direito comunitário para legislação nacional no âmbito da aplicação da Directiva 91/414/CEE e da Directiva 98/8/CE que represente com rigor técnico o conteúdo da legislação comunitária	Prazo de resposta	Inferior a 15 dias	Em média, foram revistos projectos de diploma em menos de 5 dias úteis	5			Objectivo superado
Acção 3.3 Elaborar Circulares de Revisão de APV face à publicação de Directivas de inclusão de s.a. na Lista Positiva Comunitária da Directiva 91/414/CEE e 98/8/CE	Prazo de resposta após publicação da Directiva de inclusão de s.a. na LPC	Inferior a 30 dias	Em média, foram elaboradas circulares com prazo de 27 dias	5			Objectivo superado

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 3.4 Estudo, elaboração, finalização jurídica e apresentação superior dos projectos de diplomas que visam a transposição do direito comunitário no âmbito da aplicação das Directivas de Limites Máximos de Resíduos	Prazo de transposição / adaptação	Inferior a 30 dias	Foram elaborados e finalizados em menos de 30 dias úteis 2 projectos de decretos-lei que estabeleceram LMR para 28 substâncias, pela transposição de 5 Directivas comunitárias (publicados em 2008)	5			Objectivo superado
Acção 3.5 Estudo, elaboração, finalização jurídica e apresentação superior dos projectos de diplomas necessários à implementação do Regulamento (CE) n.º 396/2005, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Fevereiro de 2005, (4.10 – 1.5)	Prazo de transposição / adaptação	Inferior a 30 dias	Foram elaborados e finalizados em menos de 30 dias 1 projecto de decreto-lei e 1 projecto de portaria, no quadro da implementação do Reg. 396/2005 (DL publicado em 2009)	5			Objectivo superado
<b>OBJ. 4 Divulgar ao utente informação relativa à homologação de produtos fitofarmacêuticos e preservadores de madeira</b>							
Acção 4.1 Manutenção e actualização do banco de dados e respectivas aplicações informáticas relativas à homologação de produtos fitofarmacêuticos e autorização de produtos biocidas preservadores de madeira	Prazo normal de disponibilização de informação na intranet e na internet	15 dias	Tarefa apenas realizada para banco de dados			1	Objectivo não cumprido na sua totalidade
Acção 4.2 Tratamento de informação decorrente da homologação de produtos fitofarmacêuticos e preservadores de madeira para divulgação através da rede interna e da Internet	Prazo normal de disponibilização de informação na internet	15 dias	Disponibilização de informação actualizada na Internet nos 7 dias após elaboração	5			Objectivo superado
Acção 4.3 Elaboração da edição anual do Guia de Produtos Fitofarmacêuticos – Lista de produtos com venda autorizada	Data de elaboração do Guia	30 de Janeiro	30 Junho			1	Objectivo não cumprido por dificuldades na elaboração do documento final

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 4.4 Actualização do documento constante do sítio de internet "Classificação, Precauções de Utilização e Intervalos de segurança de produtos Fitofarmacêuticos"	Prazo de publicação na Internet	15 dias	Documento não publicado			1	Apesar de actualizado, necessita de ser integralmente revisto antes de ser disponibilizado no sítio de Internet. Tarefa não concluída por declarada falta de oportunidade do funcionário
Acção 4.5 Disponibilização da informação decorrente da avaliação comunitária das substâncias activas de produtos fitofarmacêuticos e preservadores de madeira na rede interna e no sítio de Internet da DGADR	Prazo de disponibilização de informação actualizada na intranet e na Internet relativa à avaliação de s.a. a nível comunitário	15 dias	Tarefa não realizada			1	Objectivo não cumprido por falta de disponibilidade do técnico
Acção 4.6 Elaboração de Circulares decorrentes da harmonização de LMR's, para informação ao agricultor da alteração da prática agrícola nacional em função dos LMR's comunitários	Nº de Circulares elaboradas	100% das Circulares necessárias	Todas as Circulares necessárias foram elaboradas, nomeadamente, Circulares 02/2008 e 03/2008		3		Objectivo cumprido. Superação do objectivo não aplicável

#### 4. RESPONSÁVEL

Miriam Cavaco (Chefe de Divisão)  
Ana Bárbara Oliveira (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Avaliação Comunitária de produtos Fitofarmacêuticos e Biocidas Preservadores de Madeira****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES**

DSPFSV/DHATEAIPF/DABSV

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

Participação nos projectos e compromissos comunitários aos quais Portugal está associado por força da sua integração na União Europeia e colaborar na permuta de informação com outros Estados Membros, a Comissão, EFSA e Organizações Internacionais no quadro da legislação comunitária relativa à colocação de produtos fitofarmacêuticos e preservadores de madeira no mercado.

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Cumprir com obrigações impostas pela União Europeia no âmbito dos Produtos Fitofarmacêuticos e Produtos Preservadores de Madeira							
Acção 1.1 Finalização da elaboração das monografias das s.a da 4ª lista acetato de amónio, e sulfato de alumínio e amónio no âmbito das características físico-químicas, toxicológicas, ambientais, ecotoxicológicas e ainda relativas aos resíduos nos produtos que se destinam ao consumo humano/animal bem como da eficácia dos respectivos produtos	Nº de monografias concluídas	2 monografias	2 monografias		3		Objectivo cumprido. Superação do objectivo não aplicável
Acção 1.2 Resposta aos comentários de outros EM e às solicitações feitas pela Comissão europeia ou EFSA, no quadro do acompanhamento da avaliação da s.a. lufenurão e dodina	Data de conclusão	lufenurão: 15 Fevereiro	Actividade desenvolvida de Março a Setembro por força de agenda COM/EFSA		3		Objectivo cumprido. Superação do objectivo não aplicável
		dodina: no prazo regulamentar	Não aplicável	-	-	-	Não foi solicitada qualquer actividade neste âmbito
Acção 1.3 Coordenação e conclusão da avaliação das s.a. biocidas clorfenapir e Lonzabac no quadro do programa de reavaliação das s.a. biocidas	Nº monografias concluídas	2 monografias	2 monografias não concluídas			1	Não finalizado o processo de aquisição de serviços externos para este efeito

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.4 Participação nas discussões técnicas de avaliação, a nível comunitário, no quadro da reavaliação das s.a. biocidas clorfenapir e lonzabac	Número de reuniões	4 reuniões	Não realizadas			1	Não finalizado o processo de aquisição de serviços externos para este efeito pelo que não foram promovidas as reuniões
Acção 1.5 Participação em reuniões de Grupos de Trabalho nacionais, comunitários e internacionais, no âmbito de preservadores de madeira	Número de reuniões	6 reuniões	Não houve participação em reuniões de Grupos de trabalho por não serem agendados assuntos da competência da DGADR			1	Objectivo não cumprido por razões não imputáveis aos técnicos
Acção 1.6 Coordenação e gestão de informação decorrente do processo de avaliação comunitária das s.a. biocidas preservadores de madeira ao abrigo da Dir 98/8/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e Reg. 1896/2000 da Comissão Europeia	Relatório trimestral de acompanhamento	4 relatórios	Não foram elaborados relatórios			1	Objectivo não cumprido por escassez de informação relevante para o efeito, decorrente do processo comunitário
Acção 1.7 Participação na actividade do Grupo de Trabalho da Comissão "Pesticidas - Legislação" e do Comité Permanente da Cadeia Alimentar e Saúde Animal, da Comissão Europeia	Nº de reuniões	7 reuniões	Garantida a participação na totalidade das reuniões promovidas		3		Não houve desvios face ao previsto
Acção 1.8 Participação nos trabalhos do Grupo de Trabalho da EFSA - Avaliação de substâncias activas para efeitos da decisão relativa à sua inclusão na LPC	Nº de reuniões	4 reuniões	Garantida a participação na totalidade das reuniões promovidas		3		Não houve desvios face ao previsto
Acção 1.9 Participação nas reuniões do Grupo de Trabalho da Comissão - "Resíduos de pesticidas" e do Comité Permanente da Cadeia Alimentar e Saúde Animal, da Comissão Europeia, tendo em vista: - estabelecer LMR's comunitários para os usos/produtos agrícolas que nos forem solicitados	Nº de reuniões	6 reuniões	Garantida a participação na totalidade das reuniões promovidas		3		Não houve desvios face ao previsto



OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.10 Participação nas reuniões do Conselho no âmbito da discussão das Directivas Quadro do Uso Sustentável de Pesticidas e do Regulamento relativo à colocação no mercado de produtos fitofarmacêuticos	Nº de reuniões	10 reuniões – (Jan.–Junho)	Garantida a participação na totalidade das reuniões promovidas		3		Não houve desvios face ao previsto
		7 reuniões – (Jul.–Dezembro)	Garantida a participação na totalidade das reuniões promovidas		3		Não houve desvios face ao previsto
Acção 1.11 Participação na Reunião do Conselho para votação da posição comunitária a defender na reunião do CCPR (Codex Committee on Pesticide Residues)	Nº de reuniões	1 reunião	Garantida a participação na totalidade das reuniões promovidas		3		Não houve desvios face ao previsto
Acção 1.12 Avaliação dos documentos "Guidance" e outros, da Comissão Europeia ou EFSA, com elaboração dos respectivos comentários	Nº de documentos apreciados	3 documentos	0 documentos			1	Actividade compatível com a disponibilidade dos técnicos
<b>OBJ. 2 Assegurar a troca de informação com a União Europeia</b>							
Acção 2.1 Elaboração da informação trimestral relativa à colocação no mercado de PF, em cumprimento com o Artigo 12º do D.L. 94/98, de 15 de Abril	Nº de boletins	4 boletins	4 boletins		3		Objectivo cumprido. Superação do objectivo não aplicável
Acção 2.2 Coordenação e gestão da informação trocada com os EM, a Comissão e a EFSA, no âmbito da Directiva 91/414/EEC do Conselho	Relatório anual de acompanhamento	1 relatório	1 relatório produzido		3		Objectivo cumprido. Superação do objectivo não aplicável
<b>OBJ. 3 Assegurar a participação de Portugal em projectos comunitários no âmbito da implementação da legislação em vigor</b>							
Acção 3.1 Elaboração de relatório de registo de produtos fitofarmacêuticos com base na s.a. propiconazol, no âmbito do Projecto Piloto dos Estados Membros do Sul (SMS) e revisão, a nível nacional de todas as APV com base em propiconazol	Data de conclusão do relatório	15 Março	Relatório concluído e disponibilizado a 27.05.2008			1	Objectivo não cumprido. Prazo definido não compatível com actividade dos técnicos definida como de maior prioridade

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 3.2 Elaboração de relatório de avaliação do produto Acramite 480 SC, com base em bifenazato, no âmbito do Projecto Piloto SMS e partilha de trabalho entre EM na avaliação de uma s.a. nova na UE	Data de conclusão do relatório	15 Dezembro	Relatório não realizado			1	Objectivo não cumprido face a manifesta falta de disponibilidade dos técnicos
Acção 3.3 Participação nas discussões técnicas de avaliação em "peer-review" da s.a. cloranthraniliprol, no âmbito do projecto Anna-Lívia desenvolvido ao nível da OCDE na área especializada de Avaliação de Resíduos	Acompanhamento do processo	100%	Foi garantida a elaboração de comentários na área de Avaliação dos Resíduos e Ambiente		3		Actividade compatível com a disponibilidade dos técnicos

**4. RESPONSÁVEL**

Miriam Cavaco (Chefe de Divisão)  
 Ana Bárbara Oliveira (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Avaliação Biológica e estudo das condições de utilização dos produtos fitofarmacêuticos na protecção das culturas****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES**

DSPFSV /DABSV

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

- Estudo de produtos fitofarmacêuticos na sua componente biológica: eficácia, fitotoxicidade, outros efeitos secundários e condições gerais da sua aplicação de acordo com a boa prática fitossanitária.
- Definição de parâmetros que condicionam a eficácia dos produtos fitofarmacêuticos: nível populacional, oportunidade de intervenção/tratamento, resistência, factores agrícolas e edafo-climáticos.
- Reconhecimento Oficial de Organizações que pretendem efectuar ensaios no âmbito da Boa Prática Experimental e visitas técnicas de controlo aos ensaios instalados por aquelas organizações.

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Garantir a eficácia no sentido lato e restrito dos produtos fitofarmacêuticos							
Acção 1.1 Estudo e avaliação da eficácia, fitotoxicidade e outros efeitos secundários de fungicidas, nematodocidas, insecticidas, acaricidas, feromonas, herbicidas, reguladores de crescimento das plantas, rodenticidas, moluscicidas, atractivos e repulsivos utilizados no controlo dos inimigos das culturas	Nº de processos analisados / ano	100% dos recebidos no sector	Foram analisados 380 processos / deram entrada na Divisão 380 processos		3		Não houve desvios face ao previsto
	Nº de pareceres emitidos / ano	100%	368 pareceres emitidos por ano			1	Não cumprido
	Nº médio de dias entre a recepção do processo e a emissão do respectivo parecer	30 dias – processos com base em s.a. velhas	O tempo médio de avaliação de processos com base em s.a. velhas foi de 28 dias	5			Objectivo superado
		90 dias – processos com base em s.a. novas	O tempo médio de avaliação de processos com base em s.a. novas foi de 83 dias	5			Objectivo superado
Acção 1.2 Definição, estabelecimento e reavaliação das condições de utilização de fungicidas, nematodocidas, insecticidas, acaricidas, feromonas, herbicidas, reguladores de crescimento das plantas, rodenticidas, moluscicidas, atractivos e repulsivos de acordo com a Boa Prática Fitossanitária	Nº de processos analisados / ano	100% dos recebidos no sector	Foram analisados todos os processos recebidos no sector		3		Não houve desvios face ao previsto
	Nº de pareceres emitidos / ano	100%	Foram emitidos todos os processos		3		Não houve desvios face ao previsto
	Nº médio de dias entre a recepção do processo e a emissão do respectivo parecer	30 dias – processos com base em s.a. velhas	O tempo médio de avaliação de processos com base em s.a. velhas foi de 28 dias	5			Objectivo superado
		90 dias – processos com base em s.a. novas	O tempo médio de avaliação de processos com base em s.a. novas foi de 83 dias	5			Objectivo superado

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.3 Apreciação técnico-científica de produtos fitofarmacêuticos visando a procura de soluções para finalidades a descoberto	% de autorizações concedidas para finalidades a descoberto	75%	Concessão de 80% dos pedidos efectuados	5			Objectivo superado
Acção 1.4 Avaliação da eficácia no controlo de infestantes lenhosas e herbáceas em monumentos arqueológicos (Tróia e Miróbriga) e definição de orientações de utilização	Data de apresentação do relatório sobre a actividade desenvolvida	Até 30 de Outubro	Apresentação do relatório com os resultados dos ensaios na data prevista		3		Não houve desvios face ao previsto
Acção 1.5 Estudo, elaboração, finalização jurídica e apresentação superior de projectos de diplomas e outros actos legislativos, no âmbito da avaliação biológica e sanidade vegetal	Prazo de transposição / adaptação	Inferior a 30 dias	Foi elaborado e finalizado 1 projecto de decreto-lei relativo a princípios, orientações e normas técnicas em PI, PRODI e MPB	5			Objectivo superado
<b>OBJ. 2 Assegurar as condições técnicas necessárias à inspecção do material de aplicação em Portugal</b>							
Acção 2.1 Finalização de uma proposta de legislação relativa à inspecção do material de aplicação	Data de apresentação de proposta de legislação	Até 15 de Dezembro	Apresentação da proposta de legislação no início do ano	5			Objectivo superado
Acção 2.2 Elaborar manual técnico intitulado "Calibração de máquinas de aplicação de produtos fitofarmacêuticos"	Data de apresentação de documento de trabalho	Até 30 de Outubro	Não foi elaborado o documento de trabalho previsto			1	Objectivo não cumprido por dificuldades na elaboração do documento final
Acção 2.3 Desenvolvimento de actividade de orientação de inspecção do material de aplicação ao abrigo dos protocolos estabelecidos com o COTHN e a AGROMAIS, e de experimentação na Quinta do Ventozelo, até Dezembro de 2007	Data de apresentação do relatório sobre a actividade desenvolvida	Até 31 de Dezembro	Foi apresentado o relatório na data prevista		3		Não houve desvios face ao previsto
<b>OBJ. 3 Contribuir para a qualificação de técnicos e agricultores no âmbito da aplicação de produtos fitofarmacêuticos</b>							
Acção 3.1 Participação na monitorização de cursos de formação promovidos pela DGADR ou por outras entidades	% de cursos que solicitam a colaboração da Direcção de Serviços	80% dos cursos que solicitam colaboração da DSPFSV	Foram realizados 6 cursos		3		Não houve desvios face ao previsto
<b>OBJ. 4 Contribuir para a implementação da Boa Prática Experimental (BPE)</b>							

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 4.1 Reconhecimento de Organizações Oficialmente Reconhecidas (OOR) - Portaria nº 396/2000	Nº médio de dias desde a recepção da documentação no sector e o reconhecimento da organização	5 meses	O tempo médio foi de 137 dias	5			Objectivo superado
	Nº de OOR inspecionadas	100% das OOR que vão ser revalidadas	Foram inspeccionadas 9 OOR, durante o ano de 2008		3		Não houve desvios face ao previsto
Acção 4.2 Elaboração de uma base de dados para gestão do sistema de reconhecimento de OOR e eventual reconhecimento de novos requerentes	Nº médio de dias desde a recepção da documentação e o registo na BD	8 dias	Foi cumprido o tempo médio previsto		3		Objectivo cumprido
Acção 4.3 Assegurar o controlo da mosca da fruta ( <i>Ceratitis capitata</i> Wied.) com recurso a métodos alternativos à luta química, em pomóideas, na região da DRAPLVT	Prazo de implementação do projecto	Até Março	Não foi possível implementar o projecto por falta de adesão dos agricultores			1	Objectivo não cumprido por razões externas à DABSV
Acção 4.4 Participação nos Grupos especializados da OEPP para estudos e apreciação de planos, de ensaio a adoptar	Prazo de envio dos comentários	Até 8 dias antes do prazo estabelecido	Foram efectuadas sugestões de revisão dos seguintes guidelines da OEPP: - PP 1/67 (2) <i>Glomerella cingulata</i> on olive; - PP 1/81 (2) <i>Spilocaea oleagina</i> on olive. Foram enviadas sugestões 9 dias antes do prazo estabelecido	5			Objectivo superado
<b>OBJ. 5 Contribuir para a redução do uso de substâncias que empobrecem a camada de ozono</b>							
Acção 5.1 Implementação do Regulamento (CE) 2037/2000 sobre as substâncias que empobrecem a camada do ozono, nomeadamente o brometo de metilo apresentando dados relativos aos quantitativos de brometo de metilo usados nas aplicações de quarentena e pré-expedição	Apresentação do relatório anual	Até Setembro	Apresentação do relatório na data estabelecida		3		Objectivo cumprido

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 5.2 Demonstrar a eficácia da utilização da solarização em substituição do uso do brometo de metilo no combate de vários inimigos em culturas protegidas, na região Oeste	Prazo de implementação do projecto	Até Junho de 2008	Não foi possível implementar o projecto por falta de disponibilidade de produtos para o ensaio			1	Não foi possível cumprir o objectivo por razões externas à DABSV

#### 4. RESPONSÁVEL

Miriam Cavaco (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

## Contribuição para o uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos

## 1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES

DSPFSV

## 2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:

Esta actividade consiste num conjunto de objectivos que visam complementar todo o trabalho realizado nas áreas ligadas à Homologação de Produtos Farmacêuticos que, em si, já contribui para o uso sustentável de PF, através de:

- Implementação do Decreto-Lei n.º 173/2005, de 21 de Outubro, incluindo feitura de legislação e normalização complementar ao mesmo Decreto-Lei, concessão de autorizações de exercício de distribuição e venda de PF, acreditação de técnicos responsáveis, revisão de programas e realização de acções de formação;
- Cumprimento do Contrato-Programa da DGADR com o Gestor do PO AGRO, terminando os projectos actualmente ainda em curso;
- Cumprimento das obrigações nacionais e comunitárias no âmbito das estatísticas de pesticidas. Acompanhamento dos desenvolvimentos relativos ao novo Regulamento.

## 3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Assegurar a Implementação do Decreto-Lei n.º 173/2005, de 21 de Outubro							
Acção 1.1 Autorizações para o exercício das actividades de distribuição e venda e, de prestação de serviços de aplicação de produtos fitofarmacêuticos, de acordo com o previsto no D.L. nº 173/2005 de 21 de Outubro	Nº dos pedidos de licenciamento entrados na DGADR	Licenciar todos os pedidos entrados até 30 de Novembro	Licenciados cerca de 900 estabelecimentos comerciais com um prazo de espera, em média, inferior a uma semana	5			Objectivo superado
Acção 1.2 Acreditação dos técnicos responsáveis de acordo com o previsto no D.L. nº 173/2005 de 21 de Outubro	% dos pedidos de acreditação entrados na DGADR	Acreditar todos os pedidos entrados até 15 de Dezembro	Acreditação de 270 técnicos com espera, em média, inferior a 2 dias	5			Objectivo superado
Acção 1.3 Elaboração da lista de produtos fitofarmacêuticos de elevado risco. Habilitação dos aplicadores especializados após realização dos cursos para aplicação dos produtos fitofarmacêuticos de elevado risco	Lista elaborada	Até final 2008	Lista elaborada no prazo fixado		3		Objectivo cumprido
	Nº de pedidos de habilitação de aplicadores especializados	Habilitar a totalidade dos aplicadores entrados até Novembro	Não existiram pedidos. A habilitação só poderá ocorrer após a realização de acções de formação, ainda não existentes	-	-	-	Não aplicável
Acção 1.4 Elaboração dos códigos de conduta para as actividades de distribuição e venda de produtos fitofarmacêuticos e para a aplicação dos mesmos	Prazo de entrega do Código de conduta de distribuição e venda de PF	Até ao final de 2008.	Entregue em 05 de Novembro	5			Objectivo superado
	Prazo de entrega interna de uma proposta de Código de conduta aplicação de PF	Até ao final de 2008	Não entregue por falta de meios humanos			1	Objectivo não cumprido

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.5 Actualização de programas de formação prevista no D.L. nº 173/2005 de 21 de Outubro e entrega à tutela do Despacho que regulamenta as acções de formação	Prazo de entrega à tutela	Até Outubro de 2008	A proposta de Despacho foi entregue superiormente em Setembro. Por decisão superior, não foi considerado oportuno enviá-lo à tutela			1	Sendo o indicador o prazo de entrega à tutela, terá que se considerar o objectivo não cumprido, embora o documento esteja elaborado e entregue superiormente
Acção 1.6 Estudo, elaboração, finalização jurídica e apresentação superior dos projectos de diplomas necessários à total implementação do D.L. nº 173/2005, de 21 de Outubro: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Legislação para o uso amador;</li> <li>• Legislação de aplicação de produtos fitofarmacêuticos em zonas urbanas, vias de comunicação e zonas de lazer</li> </ul>	Prazo de entrega da proposta	Até ao final de 2008	Foram elaborados e finalizados os dois projectos de decretos-lei, respectivamente relativos à o uso não profissional de produtos fitofarmacêuticos em ambiente doméstico (entregue superiormente em Junho 2008) e à aplicação de produtos fitofarmacêuticos em zonas urbanas, vias de comunicação e zonas de lazer (entregue superiormente em Março 2008)	5			Objectivo superado
	Prazo de entrega à tutela	Até ao final de 2008	As propostas foram entregues antes do prazo	5			Objectivo superado
Acção 1.7 Acções de formação, informação e de sensibilização: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização do levantamento da situação actual em cada região do País e perspectivar reuniões futuras com as DRAP's.</li> <li>• Sensibilização e preparação para a vertente aplicação dos produtos fitofarmacêuticos</li> </ul>	Nº de acções de formação a realizar ao longo do ano (DGADR)	Realizar um mínimo de 2 acções	Foram realizadas 8 acções de formação e sensibilização ao longo do ano, correspondentes à totalidade das solicitações	5			Objectivo superado



OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 2 Assegurar a gestão correcta das candidaturas atribuídas à DGADR no âmbito da Medida 8.2 do AGRO							
Acção 2.1 Acompanhamento financeiro e realização física dos projectos em curso e sua finalização	Nº de projectos terminados	Finalizar todos os projectos em curso até 30 de Junho de 2008	6 projectos terminados			1	Por razões externas à estrutura responsável (condicionamentos relativos a contratos de avença e prorrogações de prazo dos projectos) não foi possível cumprir este objectivo
OBJ. 3 Disponibilizar informação estatística relativa a produtos fitofarmacêuticos							
Acção 3.1 Recolha de dados de vendas e elaboração do relatório anual de 2007	Prazo de entrega do Relatório	Apresentar o Relatório até ao fim de 2008	Relatório apresentado no prazo fixado		3		Não houve desvios face ao previsto
Acção 3.2 Estudo da implementação de estatísticas sobre o uso de produtos fitofarmacêuticos, atendendo à evolução da legislação comunitária	Prazo de entrega de um documento resumo da actividade	Apresentar o documento até fim de 2008	.....			1	Não realizado por não ser prioritário em termos de gestão dos recursos humanos existentes

**4. RESPONSÁVEL**Eng<sup>a</sup> Flávia Alfarroba (Directora de Serviços)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

## Controlo de produtos fitofarmacêuticos no mercado nacional

## 1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES

DSPFSV/DHATEAIPF

## 2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:

Conceber e executar programas nacionais de controlo no mercado de produtos fitofarmacêuticos a nível comunitário e divulgação dos resultados do controlo.

## 3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Assegurar o cumprimento das obrigações estabelecidas pelo Artº 17 do D.L. 94/98, de 15 de Abril							
Acção 1.1 Elaboração do Relatório de controlo no Âmbito do Artigo 17º	Data de conclusão do relatório	30 de Novembro	Relatório entregue a 14 Outubro	5			Objectivo superado
Acção 1.2 Elaboração do plano de controlo de p.f no mercado para 2009	Data de conclusão	15 de Dezembro	Data final de envio na posse da DSPFSV			1	Objectivo não cumprido. Laboratório inactivo
Acção 1.3 Aquisição de amostras em conformidade com Plano de Controlo de 2008 (p.f existentes no mercado contendo 7 s.a.)	Nº de saídas realizadas	4 saídas	Não foi realizada qualquer actividade			1	Objectivo não cumprido. Laboratório inactivo
Acção 1.4 Apreciação do rótulo dos p.f. sujeitos a controlo para se verificar da sua conformidade	% de rótulos apreciados	100%	Não foi realizada qualquer actividade			1	Objectivo não cumprido por não terem sido adquiridos produtos para controlo
Acção 1.5 Determinação analítica da conformidade da identidade e respectivo teor da s.a.	Nº de métodos validados	8 métodos	Não foi realizada qualquer actividade			1	Objectivo não cumprido. Laboratório inactivo
Acção 1.6 Determinação das características físicas, químicas e técnicas, respeitantes às amostras recolhidas	Nº de amostras analisadas / nº de amostras recolhidas	100%	Não foi realizada qualquer actividade			1	Objectivo não cumprido. Laboratório inactivo
Acção 1.7 Aquisição de diferentes amostras de PF para confirmação da possível não conformidade e correspondente análise laboratorial	Nº de amostras analisadas / nº de amostras recolhidas	100%	Não foi realizada qualquer actividade			1	Objectivo não cumprido. Laboratório inactivo

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.8 Elaboração de pareceres no caso de não conformidades detetadas para que se constituam medidas de coacção	Prazo de elaboração de pareceres	5 dias úteis	Não foi realizada qualquer actividade			1	Objectivo não cumprido. Laboratório inactivo
Acção 1.9 Elaboração do relatório de controlo 2008	Data de conclusão do relatório preliminar	31 de Dezembro	Não foi realizada qualquer actividade			1	Objectivo não cumprido. Laboratório inactivo

#### 4. RESPONSÁVEL

Ana Bárbara Oliveira (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

## Controlo de resíduos de pesticidas

## 1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:

DSPFSV/DHATEAIPF

## 2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:

Promover o controlo de resíduos de pesticidas em produtos agrícolas de origem vegetal e em águas destinadas ao consumo humano.

## 3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Conhecimento da situação nacional relativa aos resíduos de pesticidas em produtos agrícolas para comprovar o cumprimento das práticas agrícolas autorizadas e a segurança dos consumidores de produtos tratados							
Acção 1.1 Estabelecimento do Programa Nacional (PPN), de Controlo de Resíduos de Pesticidas tendo como base o prog. coordenado comunitário e promover a sua execução	Nº de produtos agrícolas abrangidos	20 produtos agrícolas	.....		3		Este objectivo foi cumprido no que respeita à competência da DGADR. A realização das análises é da competência do INRB
	Nº de análises a realizar	70.000 análises	.....		3		Este objectivo foi cumprido no que respeita à competência da DGADR. A realização das análises é da competência do INRB
Acção 1.2 Avaliação do risco para o consumidor para casos de infracção ao Limite Máximo de Resíduo e do cumprimento das Boas Práticas Agríc.	Nº de infracções ao LMR	100% Avaliações risco efectuadas	Todas as avaliações de risco solicitadas foram elaboradas (10 avaliações de risco)		3		Objectivo cumprido. Superação do objectivo não aplicável
OBJ. 2 Conhecimento da qualidade de água destinada ao consumo humano							
Acção 2.1 Participação no estabelecimento do programa de controlo de resíduos nas águas destinadas a consumo humano com o IRAR do MAOTDR. Apreciar o relatório de controlo e actualizar a listagem de pesticidas a pesquisar nas águas subterrâneas e superficiais	Prazo para a actualização da listagem	30 dias após recepção do relatório	Listagem actualizada e enviada ao IRAR no prazo estabelecido		3		Objectivo cumprido. Superação do objectivo não aplicável

## 4. RESPONSÁVEL

Ana Bárbara Oliveira (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

## Modo de Produção Integrada

## 1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES

DSPFSV /DABSV

## 2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:

- Contribuir para a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas agrários através da limitação natural dos inimigos das culturas e da utilização de outros meios de luta apropriados, bem como de práticas culturais mais adequadas;
- Elaboração das normas técnicas de suporte ao exercício da produção integrada (PRODI) e criação das condições necessárias à sua aplicação.

## 3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Elaboração das normas técnicas de suporte ao exercício da produção integrada							
Acção 1.1 Discussão e apresentação em Conselho Técnico do documento de revisão dos critérios de selecção das substâncias activas em protecção integrada (PI), elaborado em 2007	Prazo de realização do Conselho Técnico Publicação do documento resultante do conselho técnico	30 dias após a publicação da portaria respectiva 1 documento	Não foi possível realizar o Conselho Técnico dado não ter sido publicada a Portaria			1	Objectivo não cumprido por motivos não imputáveis à DGADR
Acção 1.2 Actualização das normas técnicas da produção integrada face aos novos critérios de selecção das substâncias activas em PI para as seguintes culturas: pomóideas, vinha e actínídea	Prazo de actualização de normas técnicas da produção integrada	3 documentos	Foram actualizados 5 documentos na componente fitossanitária: milho e sorgo, pomóideas, olival, prunóideas e vinha	5			Objectivo superado
Acção 1.3 Actualização dos cadernos de campo para protecção e/ou produção integrada para as seguintes culturas: pomóideas, vinha e actínídea	Prazo de actualização dos cadernos de campo	Até 31 de Dezembro	Foram actualizados os cadernos de campo de milho e sorgo, pomóideas, olival, prunóideas e vinha	5			Não foi possível elaborar o caderno de actínídea por ser considerado prioritário a actualização dos cadernos de campo de milho e sorgo e olival
Acção 1.4 Avaliação dos efeitos secundários dos vários grupos de produtos fitofarmacêuticos sobre artrópodes auxiliares para inclusão nas normas de PRODI	Tempo médio entre a recepção do processo e a emissão do respectivo parecer	15 dias	Foi cumprido o tempo médio previsto		3		Objectivo cumprido

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.5 Actualização das listas de produtos fitofarmacêuticos e níveis económicos de ataque das culturas de actínídea, arroz, cereais de Outono /Inverno, citrinos, frutos secos, pomóideas, prunóideas, oliveira, oleaginosas, hortícolas, e vinha, aconselhados em PI das culturas	Nº médio de dias entre a recepção de informação na DABSV e a disponibilização da actualização	15 dias	Foi cumprido o tempo médio previsto		3		Objectivo cumprido
Acção 1.6 Elaboração do Manual "Auxiliares mais importantes nas principais culturas do País" para apoio na identificação dos auxiliares mais importantes no controlo biológico dos inimigos das culturas	Data de elaboração do capítulo relativo ao grupo dos coccinelídeos	Até 31 de Dezembro	Foi elaborada uma proposta de capítulo do manual relativo aos coccinelídeos que se encontra em revisão		3		Objectivo cumprido.
<b>OBJ. 2 Contribuir para a qualificação técnica de técnicos e agricultores</b>							
Acção 2.1 Elaboração e colocação no site dos programas modelo de formação em módulos capitalizáveis, no âmbito da PRODI, para técnicos e agricultores, das culturas: abacateiro e ginja	Prazo de elaboração dos programas modelos em módulos capitalizáveis	Até 31 de Dezembro.	Não foram elaborados planos de formação para as culturas de abacateiro e ginja			1	Este objectivo não foi cumprido por falta de solicitação dos 'stakeholders' na área da formação
<b>OBJ. 3 Divulgar informação sobre PI e PRODI</b>							
Acção 3.1 Elaboração dos manuais de protecção fitossanitária para o exercício do Modo de Produção Integrado e do Modo de Produção Biológico das culturas da vinha e pomóideas, vinha e actínídea	Prazo de elaboração dos manuais	Até 31 de Dezembro	Foram elaborados os manuais das culturas de vinha, olival, oleaginosas e prunóideas	5			Objectivo superado
Acção 3.2 Resposta às solicitações técnicas efectuadas por entidades do MADRP, empresas, técnicos, agricultores, no âmbito da PI e da PRODI	Prazo de resposta	5 dias úteis a contar da data de recepção do pedido na Divisão	O prazo de resposta em alguns casos foi superado, dada a importância da matéria	5			Objectivo superado

## 4. RESPONSÁVEL

Miriam Cavaco (Chefe de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

## Modo de Produção Biológico

## 1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVIENTES

DSPFSV /DABSV

## 2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:

Elaboração dos instrumentos e documentos técnicos necessários à implementação do modo de produção biológico, em particular na sua componente vegetal.

## 3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Disponibilizar documentos técnicos na componente da fitossanitária do Modo de Produção Biológico (MPB) das culturas.							
Acção 1.1 Elaboração dos manuais de protecção fitossanitária para o Modo de Produção Integrado e o Modo de Produção Biológico das culturas da vinha, pomóideas e actínídea	Prazo de elaboração dos manuais	Até 31 de Dezembro	Foram elaborados 4 manuais relativos às culturas de: oleaginosas, olival, prunóideas e vinha	5			Não foram elaborados os manuais de pomóideas e actínídea uma vez que as culturas de oleaginosas e olival foram consideradas prioritárias
Acção 1.2 Actualização e compilação dos usos dos produtos fitofarmacêuticos aplicáveis ao “Modo de Produção Biológico” disponível no site da DGADR	Nº médio de dias entre a recepção de informação na DABSV e a disponibilização da actualização no site	20 dias	Foi respeitado o tempo médio considerado		3		Objectivo cumprido
OBJ. 2 Disponibilizar informação técnica no âmbito dos efeitos secundários sobre organismos não visados dos produtos autorizados em Portugal para uso em MPB.							
Acção 2.1 Avaliação dos efeitos secundários dos vários grupos de pf homologados sobre artrópodes auxiliares e que são autorizados em Portugal para uso em MPB	Nº de pareceres emitido por técnico	100% dos processos analisados	Análise de 146 processos / emissão de 146 pareceres		3		Não houve desvios face ao previsto
	Nº médio de dias entre a recepção da informação no sector e a emissão de parecer	8 dias	Foi respeitado o tempo médio considerado		3		Objectivo cumprido
OBJ. 3 Contribuir para a divulgação de conhecimentos a técnicos e agricultores no âmbito do MPB							
Acção 3.1 Dar resposta às solicitações técnicas efectuadas por entidades do MADRP, empresas, técnicos, agricultores, no âmbito do MBP	Prazo de resposta	5 dias úteis a contar da data de recepção do pedido na Divisão	Não entrou nenhuma solicitação na DABSV no âmbito do modo de produção biológico			1	Este objectivo não foi cumprido por razões alheias à DABSV

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 3.2 Apoio e participação em acções de formação propostas pela DGADR ou outras entidades	% de cursos que solicitam a colaboração da Direcção de Serviços	80% dos cursos que solicitam a participação da DSPFSV	Não foi realizada nenhuma acção de formação neste âmbito				Este objectivo não foi cumprido por razões alheias à DABSV

**4. RESPONSÁVEL**

Miriam Cavaco (Chefe de Divisão)



## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

## Sanidade Vegetal – Avisos Agrícolas

## 1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES

DSPFSV /DABSV

## 2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:

- Coordenação e apoio técnico das actividades desenvolvidas pelo Serviço Nacional de Avisos Agrícolas.
- Realização de estudos e ensaios para apoio à actividade agrícola na área da Sanidade Vegetal.

## 3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Modernizar e reforçar o Serviço Nacional de Avisos Agrícolas							
Acção 1.1 Melhoria dos mecanismos integrados de validação dos dados meteorológicos constituintes da base de dados nacional, para se poder detectar em tempo real problemas existentes nos dados recolhidos nas Estações Centrais	Tempo útil de detecção de dados desajustados da realidade	2 dias	Foi respeitado e nalgumas situações superado o tempo útil de detecção de dados desajustados da realidade	5			Objectivo superado
Acção 1.2 Evolução do SNAA na WEB para suportar a gestão de utilizadores a nível regional com o estabelecimento de uma base de dados a integrar a nível regional, suportando não só os dados de identificação e contactos dos subscritores	Data de integração das EA na WEB	Até 30 de Junho	Não foi possível cumprir este objectivo dado que a DRAP Norte teve um atraso de 6 meses no seu projecto			1	Este objectivo não foi cumprido por razões externas à DGADR
	Data de elaboração da base de dados	Até 30 de Junho	Foi elaborada uma base de dados e apresentada no dia 21 de Maio	5			Objectivo superado
Acção 1.3 Incorporação de modelos matemáticos de previsão, para os inimigos chave das culturas mais representativas no País, permitindo disponibilizar ferramentas de apoio à decisão dos técnicos dos serviços oficiais e privados para a emissão dos avisos	Data de incorporação dos modelos	Até 30 de Junho	Foi elaborado um documento com os dados relativos aos modelos matemáticos de previsão disponíveis e remetido para a AGRICENCIA a 20 de Maio	5			Objectivo superado
Acção 1.4 Conclusão do procedimento do melhoramento do laboratório de apoio ao SNAA	Prazo de conclusão das obras	30 de Junho	As obras no laboratório ficaram concluídas na data prevista		3		Objectivo cumprido

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.5 Incorporação da EMA pertencente à DGADR na rede nacional, para possibilitar a recolha automática dos dados da EMA do Escaroupim	Prazo de incorporação da EMA da DGADR	30 de Junho	A EMA do Escaroupim foi incorporada na rede dos avisos a 27 de Junho	5			Objectivo superado
Acção 1.6 Actualização permanente do site do SNAA com a informação relativa a eventos, modelos circulares e outra informação relevante para os avisos	Nº médio de dias entre a recepção da informação na Divisão e a sua incorporação no site	3 dias	O tempo médio para incorporação de informação no site foi de um dia	5			Objectivo superado
Acção 1.7 Manutenção de uma base de dados (BD), em formato ACCESS, que permita efectuar a gestão das circulares e dos relatórios de actividades elaborados pelas várias Estações de Avisos a nível nacional	Nº médio de dias entre a recepção da informação na Divisão e a sua incorporação na BD	3 dias	Foi respeitado o tempo médio previsto.		3		Objectivo cumprido
Acção 1.8 Acompanhamento periódico da actividade do Serviço Nacional de Avisos Agrícolas (SNAA), através de reuniões com os responsáveis das Estações de Avisos	Nº de reuniões realizadas	2 ou mais reuniões com cada região	Foram realizadas as reuniões consideradas necessárias para resolver as questões relacionadas com a actividade do SNAA		3		Objectivo cumprido
<b>OBJ. 2 Análise da situação fitossanitária nacional</b>							
Acção 2.1. Elaboração e apresentação do balanço fitossanitário nacional de 2007 para avaliação da situação fitossanitária relativa aos inimigos chave das culturas mais importantes do País	Prazo de apresentação do balanço	Até Junho	Foi elaborado um documento relativo ao balanço fitossanitário e enviado para as DRAP para comentários		3		Objectivo cumprido
Acção 2.2 Realização da reunião anual dos Avisos Agrícolas para a avaliação da situação fitossanitária em cada região, através do contributo dos técnicos e dos responsáveis das Estações de Avisos	Prazo de realização da reunião	Até 31 de Março	Foi realizada uma reunião anual em 26 e 27 de Fevereiro na Gafanha da Nazaré	5			Objectivo superado

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 2.3 Contribuir para a harmonização da nomenclatura dos inimigos das culturas através da elaboração da "Lista de doenças nas culturas de arroz, milho e sorgo e cereais de Outono/Inverno"	Prazo de disponibilização do documento	Até 31 de Dezembro	Foi elaborado um documento que foi concluído a 30 de Outubro	5			Objectivo superado

**4. RESPONSÁVEL**

Miriam Cavaco (Chefe de Divisão)

**6.6. DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DA FITOSSANIDADE E DE MATERIAIS DE MULTIPLICAÇÃO DE PLANTAS****DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE****Inspecção fitossanitária e quarentena vegetal****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES**

DSFMMP/DIFP

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

- Actualização do conhecimento da situação fitossanitária no país dos organismos de quarentena.
- Elaboração de normas e orientações harmonizadas relativas à inspecção fitossanitária à produção, circulação, importação e exportação.
- Estudo, proposta e promoção da aplicação da legislação fitossanitária e medidas de protecção fitossanitária e de quarentena vegetal.
- Realização dos actos de inerentes ao regime de registo de agentes económicos.
- Articulação com entidades nacionais e internacionais na área da inspecção fitossanitária e quarentena vegetal.
- Gestão da rede de Postos de Inspecção fitossanitária de fronteira (PIFF's).
- Elaboração de procedimentos técnicos para a exportação e emitir autorizações de importação.
- Realização de acções de informação e divulgação nas áreas da inspecção fitossanitária.
- Transposição da legislação fitossanitária comunitária.

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Evitar a introdução, dispersão e estabelecimento de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais considerados de quarentena no território nacional e comunitário							
Acção 1.1 Elaboração de propostas de legislação nacional e de transposição de legislação comunitária para a evitar a introdução, dispersão e estabelecimento de organismos de quarentena para os vegetais e produtos vegetais no País	Nº de dias para apresentação de propostas legislativas	40 dias após a publicação no JO	Foram publicados um Decreto-Lei, sete Portarias e um Despacho		3		
Acção 1.2 Emissão de autorizações de importação no âmbito do DL 91/98	Nº de dias para emissão de autorização	2 dias úteis	Foram emitidas e acompanhadas 5 autorizações de importação		3		
Acção 1.3 Elaboração do relatório das acções de derrogação à legislação nacional e comunitária	Data de conclusão	Até 20 de Maio	Foi elaborado o relatório de importação de batata-semente do Canadá		3		
Acção 1.4 Definição de procedimentos harmonizados de inspecção	Taxa de execução	100% dos procedimentos de inspecção que forem definidos ou solicitados	Foram elaborados todos os procedimentos definidos, nomeadamente para inspecção, registo e acompanhamento de unidades industriais de tratamento de madeira (UITM)	5			Foram adicionalmente realizadas três acções de formação relativas aos procedimentos de inspecção das UITM

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.5 Preparação e coordenação dos programas nacionais de prospecção de organismos prejudiciais de modo a manter actualizado o conhecimento da situação fitossanitária do País relativamente aos organismos de quarentena	Taxa de execução	80% das acções propostas no programa nacional de prospecção	Foram desenvolvidas as acções previstas que no total abrangeram 5356 inspecções fitossanitárias e o processamento /identificação de 19535 amostras. No caso da Flavescência dourada foi ultrapassado o programa de prospecção inicial. Realizou-se o curso de identificação de <i>R. ferrugineus</i> e elaborou-se o programa do PSTV		3		
Acção 1.6 Disponibilização de informação ao sector privado sobre a legislação fitossanitária e orientações relativas à inspecção fitossanitárias	Nº de dias para actualização do 'site'	5 dias úteis	O 'site' foi actualizado permanentemente	5			Toda a informação fornecida aos agentes económicos no 'site' ou directamente foi feita de maneira célere, ultrapassando-se os prazos propostos
	Prazo de emissão de pareceres	Prazo máximo de 8 dias úteis		5			
Acção 1.7 Instalação, equipamento e manutenção dos postos de inspecção fitossanitária de fronteira (PIFF) no território nacional	Nº de PIFF's operacionais	6 PIFF's	7 PIFF's	5			Em articulação com as entidades portuárias e aeroportuárias foi possível instalar um PIFF adicional
Acção 1.8 Registo dos agentes económicos no âmbito do D.L. 154/2005	Nº de dias para o registo	1 dia útil			3		
Acção 1.9 Gestão da aplicação informática INFINET	Nº de dias para actualização e manutenção da aplicação informática	10 dias úteis	Foram disponibilizadas às DRAP's dentro do prazo previsto as actualizações do módulo local efectuadas		3		
	Prazo de elaboração do relatório de actividade	Até 31 de Janeiro				1	O atraso na disponibilização do módulo central pela empresa de 'software' não permitiu a realização do relatório
Acção 1.10 Preparar planos de contingência para os organismos de quarentena com maior risco de introdução e estabelecimento no território nacional	Nº de planos de contingência/Data de elaboração	1 ou mais planos de contingência até 31/12	Foi elaborado o plano de contingência para <i>Erwinia amylovora</i> (Fogo bacteriano)		3		

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 2 Assegurar a identificação laboratorial de organismos prejudiciais e coordenar a colheita de amostras de material proposto à certificação							
Acção 2.1 Estabelecimento de protocolos e procedimentos com laboratórios para a detecção e identificação laboratorial de organismos prejudiciais	Nº de protocolos Taxa de execução	1 ou mais 100% dos procedimentos que forem definidos ou solicitados	Foi estabelecido com o INRB o protocolo de realização de análises laboratoriais e respectivos procedimentos		3		
OBJ. 3 Assegurar a ligação, no âmbito das suas competências, com as DRAP e outras entidades nacionais e internacionais, nomeadamente com as instituições da União Europeia							
Acção 3.1 Articulação com as DRAP/DGRF, e outras entidades nacionais para coordenação e apoio técnico	Nº de reuniões	100% das reuniões que forem definidas e solicitadas	Realizaram-se várias reuniões com as DRAP's e AFN para coordenação da aplicação da legislação fitossanitária		3		
	Taxa de execução	Resposta a 100% das solicitações.			3		
Acção 3.2 Ligações com instituições internacionais e participação em reuniões da OEPP, CMF-IPPC. Acompanhamento das discussões internacionais na área fitossanitária	Taxa de participação	100% das reuniões realizadas	Uma reunião do Grupo de Trabalho "Regulamentação Fitossanitária" da EPPO e uma reunião da "Comissão para as Medidas Fitosanitárias" promovida pelo IPPC/FAO		3		
Acção 3.3 Representação nos grupos de trabalho do Conselho 'Questões Agrícolas - Organismos prejudiciais' e nos grupos 'Fitossanidade-Protecção e Inspeção' e 'Fitossanidade-Roosendaal'	Taxa de participação	100% das reuniões dos grupos de trabalho	Participação em sete reuniões dos vários grupos do Conselho da União Europeia		3		
Acção 3.4 Representação nas reuniões do Comité Fitossanitário Permanente e grupos de trabalho. Acompanhamento das discussões comunitárias na área da inspecção fitossanitária	Taxa de participação	100 % das reuniões do CFP	Participação em onze reuniões do CFP		3		
	Taxa de execução	Resposta a 100% das solicitações dos serviços da Comissão dentro dos prazos definidos	Foram elaboradas respostas às solicitações tendo-se cumprido os prazos de apresentação dos relatórios dos organismos de quarentena		3		

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 3.5 Preparar e acompanhar as missões do Inspectorado Comunitário (FVO)	Nº de reuniões	100% das missões	Participação na preparação dos programas e acompanhamento de duas missões do Inspectorado Fitossanitário Comunitário (FVO) sobre medidas de controlo de <i>Bursaphelenchus xylophilus</i>		3		
	Nº de dias para elaboração dos planos de acção dos relatórios do FVO	25 dias úteis	Foi cumprido o prazo para elaboração do plano de acção dos relatórios do FVO		3		

**4. RESPONSÁVEL**

Maria Clara Serra (Chefe de Divisão)
--------------------------------------

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Sistemas de certificação e controlo****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES**

DSFMMP/DIFP/DSVRG

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

- Estudo, proposta e promoção da aplicação da legislação relativa à área das sementes e dos materiais de propagação vegetativa.
- Execução dos sistemas de certificação de sementes e de materiais de propagação vegetativa, gerindo esses sistemas e coordenação das actividades desenvolvidas pelas DRAP.
- Licenciamento de produtores e acondicionadores de semente e de agricultores multiplicadores, e de fornecedores de material de propagação vegetativa.
- Coordenação e controlo de execução das inspecções de campo e dos materiais a certificar e controlo dos restantes materiais em produção
- Articulação e ligação a entidades nacionais e internacionais, nomeadamente com as instituições da União Europeia, a OCDE a ISTA e UN/ECE.

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Implementar as actividades técnicas relativas à execução dos esquemas de controlo e certificação de sementes e de outros materiais de multiplicação de plantas							
Acção 1.1 Elaboração de propostas de diplomas legislativos relativos à produção, controlo, certificação e comercialização de sementes e de materiais de propagação vegetativa	Nº de dias para a conclusão das propostas de transposição	Até 40 dias antes do prazo limite para a sua transposição	Foram elaboradas 3 propostas de Decretos-Lei		3		
Acção 1.2 Renovação dos licenciamentos concedidos e avaliação de novos pedidos de licenciamento de produtores, acondicionadores e agricultores multiplicadores de semente e de produtores e fornecedores de materiais de propagação vegetativa	Nº de dias para a renovação	2 dias úteis	Foram efectuadas 760 renovações individuais de licenças: 435 de fruteiras, 111 de hortícolas, 488 de ornamentais, 380 de videira, 41 agricultores multiplicadores; 24 acondicionadores de semente e 15 produtores de semente		3		
	Nº de dias para avaliação de novos pedidos	10 dias úteis	Procedeu-se à avaliação de 253 pedidos individuais de licenciamentos: 179 de fruteiras, 142 de hortícolas, 208 de ornamentais, 119 de videira, 2 pedidos de licenciamento de produtores de semente, 2 de acondicionadores e 35 agricultores multiplicadores		3		



OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.3 Controlo documental e inspecções de campo de materiais de propagação vegetativa	Nº de dias para decisão sobre inscrição de campos	5 dias úteis	A área controlada de material certificado de videira foi de 925.95 ha e a de batata-semente certificada foi nula. Foram controlados 20 campos de morangueiro para certificação		3		
	Nº de dias para resposta a solicitações das DRAP para inspecções de campo	3 dias úteis			3		
Acção 1.4 Processamento e avaliação de pedidos de certificação (campos de multiplicação e resultados de análises)	N.º de dias para decisão	5 dias úteis	Foram processadas 230 inscrições de campos de multiplicação de semente		3		
	Nº de dias para envio de relatórios de ensaios	1 dia após conclusão dos mesmos	Foram emitidos 324 boletins de certificação de semente		3		
Acção 1.5 Gestão dos campos de multiplicação de semente	N.º de dias para avaliação, registo e reencaminhamento dos boletins de inspecção de campo para os inspectores	5 dias úteis	Foram avaliados 259 boletins de inspecção de campo		3		
Acção 1.6 Realização das inspecções aos campos de Pré-base e Base	Taxa de execução	Inspecção a 100% dos campos	Foram inspeccionados 24 campos de semente pré-base e standard		3		
Acção 1.7 Emissão de etiquetas de certificação e supervisão da emissão por produtores, acondicionadores e fornecedores autorizados	N.º de dias para resposta às solicitações	2 dias úteis	Foram emitidas 228 870 etiquetas de certificação	5			Procedeu-se à emissão de certificação e à emissão de n.º de séries num prazo médio de 1 dia útil
Acção 1.8 Execução da colheita de amostras de semente	Nº de dias para execução	Até 5 dias úteis após a recepção do pedido	Foram realizadas 1250 amostragens de semente oficiais ou sob supervisão oficial		3		
Acção 1.9 Execução de análises e ensaios de sementes de acordo com as regras internacionais da ISTA	Prazo médio de resposta para análises de pureza	4 dias	Foram realizadas 4530 análises e ensaios de sementes, nos prazos médios estipulados		3		
	Prazo médio de resposta para análises de germinação	16 dias			3		
Acção 1.10 Acções de formação para técnicos autorizados para inspecção de materiais de propagação vitícola	Nº de acções de formação realizadas	1 acção de formação	Foi realizada a acção de formação de técnicos autorizados para efectuarem inspecções de materiais vitícolas sob supervisão oficial		3		

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.11 Acções de formação e reciclagem dos Técnicos de Amostragem (TAS) e dos Inspectores de Qualidade de Semente (IQS)	Nº de acções de formação realizadas	2 acções de formação	Realizaram-se 4 acções de formação	5			Foram realizadas mais 2 acções
Acção 1.12 Supervisão da actividade de amostragem autorizada	Nº auditorias	4 TAS	Foram realizadas 5 auditorias a técnicos de amostragem de semente	5			Realizou-se mais 1 auditoria do que o previsto
	Taxa de supervisão	Até 10 % do trabalho efectuado	Procedeu-se à colheita e análise de 39 amostras de supervisão		3		
Acção 1.13 Gestão das bases de dados da certificação	Nº de dias para actualização	2 dias úteis	A base de dados foi mantida actualizada no prazo estipulado		3		
Acção 1.14 Elaboração do relatório anual da actividade de amostragem	Prazo de elaboração	Até 31 Dezembro	Foi elaborado o relatório	5			O relatório foi apresentado a 12/12
Acção 1.15 Elaboração do relatório anual da actividade de inspecção de campo	Prazo de elaboração	Até 31 de Dezembro	Foi elaborado o relatório	5			O relatório foi apresentado a 12/12
Acção 1.16 Realização de ensaios de controlo à posteriori para as espécies sujeitas a esquema de certificação	Nº de ensaios instalados	2 ensaios de campo	Foram realizados, um ensaio de videira e dois de morangueiro	5			
	Prazo de elaboração de relatórios finais	Até 31 de Dezembro	Foi elaborado no prazo o relatório da videira		3		
Acção 1.17 Avaliação do sistema de certificação através da execução dos ensaios de controlo de qualidade em talhões e em laboratório	Nº de ensaios instalados	4 ensaios de campo	Foram instalados e acompanhados 27 ensaios de campo de controlo	5			Foram instalados e acompanhados mais ensaios do que os previstos
	Nº de lotes controlados	80 ou mais lotes	Foram controlados 400 lotes.	5			Foram analisadas 400 amostras de lotes
Acção 1.18 Elaboração dos relatórios anuais de resultados de ensaios de controlo	Prazo para a publicação dos relatórios	Relatório de espécies de Outono-Inverno até 30/9	Foi elaborado o relatório.		3		
		Relatório de espécies de Primavera-Verão até 30/11	Foi elaborado o relatório		3		
Acção 1.19 Controlo da presença acidental de OGM's em semente de milho não OGM no comércio	Nº de lotes controlados	20 ou mais lotes	Procedeu-se ao controlo de 21 lotes de semente de milho		3		

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.20 Controlo de qualidade de lotes de sementes e de materiais de propagação vegetativa em comércio	Prazo de elaboração do plano anual	Até 31 Janeiro	Foi definido o plano de controlo de qualidade relativo sementes		3		
	Prazo de elaboração do plano nacional de controlo, com a ASAE	Até 31 de Março				1	Não foi executado
Acção 1.21 Cálculo das taxas a cobrar devidas à certificação e ao licenciamento	Nº de dias e prazo para o cálculo	Certificação de sementes - até 10 dias após conclusão	Procedeu-se ao cálculo das taxas a cobrar	5			A relação das taxas foi apresentada 2 dias após conclusão
		Licenciamento de sementes - até 1 Maio	Procedeu-se ao cálculo das taxas a cobrar	5			A relação foi apresentada em Abril
		Certificação de materiais de propagação vegetativa - até 31 Maio	Foi efectuado o cálculo das taxas a 30 de Março	5			Foi possível antecipar o cálculo das taxas uma vez que foi adiantado o fornecimento dos dados
Acção 1.22 Emissão de pareceres sobre a importação de sementes e materiais de propagação vegetativa e elaboração de relatório anual	Nº de dias para a emissão de parecer	2 dias úteis	Pareceres emitidos no prazo		3		
	Prazo de elaboração de relatório	Até 31 Março	Foi elaborado o relatório referente a 2007		3		
Acção 1.23 Manutenção da acreditação, pela ISTA, do Laboratório de Ensaio de Sementes (LES)	Nº de documentos actualizados	30% ou mais dos documentos da Qualidade	Actualizaram-se todos os documentos da Qualidade	5			100% dos documentos actualizados
	Nº de auditorias realizadas	5 ou mais auditorias internas	Foram realizadas 10 auditorias internas	5			
	Nº de acções de formação realizadas	10 ou mais acções de formação	Foram realizadas 21 acções de formação internas	5			
	Taxa de sucesso	80% ou mais dos testes de proficiência da ISTA com classificação A e 100% com classificação igual ou superior a C	A classificação mais baixa obtida pelo LES foi de B. A maioria foi de A		3		
<b>OBJ. 2 Assegurar uma gestão adequada e eficaz do Núcleo de Ensaio e de Controlo do Escaroupim (NECE)</b>							
Acção 2.1 Elaboração e execução do Plano de Gestão para o NECE	Prazo para apresentação do Plano de Gestão	Até 31 de Janeiro	Foram definidos os ensaios a instalar, feito o levantamento topográfico e elaborado projecto de rega para o NECE		3		Dada a complexidade do projecto de rega não foi possível cumprir o prazo estipulado
Acção 2.2 Realização dos ensaios a realizar no NECE	Nº de ensaios executados	20 ou mais ensaios	Realizaram-se 27 ensaios	5			Todos os ensaios foram válidos

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 2.3 Inventário do equipamento e dos 'stocks' de produtos	Prazo para apresentação do inventário	Até 31 de Janeiro	Realizou-se o inventário			1	O inventário foi concluído em Junho
<b>OBJ. 3 Melhorar a qualificação dos técnicos e promover a actualização de conhecimentos na área dos sistemas de certificação</b>							
Acção 3.1 Realização acções de formação para assegurar a actualização de conhecimentos e a melhoria continua de todos os envolvidos nos sistemas de certificação	Nº de acções de formação realizadas	5 acções de formação interna	Foram realizadas 21 acções de formação interna. 4 acções de formação nas DRAP's relativas à aplicação do DL-329/2007	5			Realizaram-se mais acções do que as previstas
Acção 3.2 Realização de acções de informação e divulgação, manutenção e actualização da página de Internet	Nº de acções realizadas	1 acção de informação e divulgação sobre aspectos relacionados com a comercialização de materiais de multiplicação de plantas	Realizado o 1.º Congresso Nacional da Semente	5			O congresso foi considerado excepcional em termos de organização, qualidade dos oradores e n.º de participantes
	Nº de dias para actualização do 'site'	5 dias úteis	O site foi actualizado		3		
	Prazo para revisão do conteúdo do 'site'	Até 30/06			3		
Acção 3.3 Elaboração de documentos técnicos, pareceres e respostas assegurando a assistência técnica e administrativa a terceiros no que respeita os sistemas de certificação	Nº máximo de dias para emissão de respostas	8 dias úteis	Foram dadas respostas a todas as solicitações		3		
<b>OBJ. 4 Assegurar a ligação, no âmbito das suas competências, com as DRAP e outras entidades nacionais e internacionais, nomeadamente com as instituições da União Europeia</b>							
Acção 4.1 Preparação e coordenação das acções a desenvolver pelas DRAP e prestação de apoio técnico às DRAP	Taxa de execução	Resposta a 100% das solicitações	Foram dadas respostas a todas as solicitações		3		
Acção 4.2 Ligação à OCDE, ISTA e UN/ECE e representação nestas instituições	N.º de reuniões	Reuniões anuais da OCDE, ISTA e UN/ECE				1	Não se participou nas reuniões da OCDE, ISTA e UN/ECE
	Taxa de execução	Resposta a 100% das solicitações destas entidades dentro dos prazos estipulados	Foram dadas respostas a todas as solicitações.		3		

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 4.3 Representação nos grupos de trabalho do Conselho 'Questões Agrícolas'- Direito de Obtentor e Sementes e Materiais de Propagação e 'Fitossanidade - Materiais de propagação	Taxa de participação	100% das reuniões	Participou-se em todas as reuniões		3		
Acção 4.4 Representação no Comité Permanente de Sementes e Propágulos de Espécies Agrícolas, Hortícolas e Florestais e nos Comités Permanentes de Fruteiras e Plantas Ornamentais e no Grupo de Trabalho 'Legislação de sementes'	Taxa de participação	100% das reuniões	Participou-se em todas as reuniões		3		

**4. RESPONSÁVEL**

Ana Paula Carvalho e Maria Clara Serra (Chefes de Divisão)

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

## Catálogo nacional de variedades, Recursos genéticos e Direito de obtentor

## 1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:

DSFMMP/DSVRG e DIFP

## 2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:

- Estudo, proposta e promoção da aplicação da legislação relativa à área das variedades, direitos de obtentor e dos recursos genéticos vegetais.
- Organização e instrução dos processos tendentes à atribuição de direito do obtentor, do registo de recursos genéticos vegetais e inscrição de variedades no CNV, Catálogos comuns e Lista de Variedades Admitidas à Certificação da OCDE.
- Coordenação, promoção e execução, directamente ou em colaboração com outras entidades, dos ensaios de Distinção, Homogeneidade e Estabilidade, de valor agronómico e de utilização e definição dos critérios de avaliação necessários à inscrição de variedades no CNV e no registo de novas obtenções vegetais. Elaboração do Catálogo Nacional de Variedades e do Boletim de registo de variedades protegidas.
- Definição e coordenação das Redes Nacionais de Ensaio e prestação de apoio técnico às DRAP na avaliação e descrição de variedades vegetais e gerir as colecções de referência.
- Promoção, apoio e realização dos estudos para caracterizar variedades regionais portuguesas e materiais vegetais de potencial interesse para o País com vista à protecção, promoção e utilização sustentada dos recursos genéticos nacionais e colaboração com outras entidades com vista à protecção e conservação dos recursos genéticos vegetais.
- Articulação e ligação a entidades nacionais e internacionais, nomeadamente com as instituições da União Europeia, a OCDE e a UPOV.

## 3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Promover a avaliação de novas variedades vegetais, com interesse potencial para o País, a inscrever no Catálogo Nacional de Variedades (CNV)							
Acção 1.1 Análise de processos, organização e realização das reuniões da Comissão Nacional para o Exame de Variedades de Videira (CNEVV)	Nº máximo de dias para convocação da reunião	Até 2 meses após a recepção dos processos				1	Não houve pedidos de inscrições de variedades
Acção 1.2 Avaliação de pedidos de inscrição no CNV de variedades ou clones de espécies de fruteiras	Nº de dias para avaliar pedidos e realizar visitas técnicas a ensaios	Até 15 dias úteis				1	Não houve pedidos de inscrições de variedades
Acção 1.3 Elaboração e actualização de formulários de pedido de inscrição no CNV	Nº de formulários criados	8 novos formulários em forma electrónica	Foram realizados		3		
	Data de actualização dos formulários	Até 31/3				1	Não foi possível concretizar a actualização de todos os formulários

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 1.4 Execução e/ou coordenação dos ensaios de DHE das espécies com variedades em avaliação	Nº de ensaios	12 ensaios de DHE	Realizados 25 ensaios de DHE	5			Foram apresentadas mais espécies para submeter a ensaios
	N.º de variedades avaliadas	35 novas variedades e 150 variedades das colecções de referência	Foram estudadas 168 variedades e 150 de referência	5			Foram estudadas mais 133 variedades
Acção 1.5 Execução e/ou coordenação dos ensaios de Valor Agronómico e de Valor de Utilização das espécies com variedades em avaliação	Nº de ensaios	65 ensaios de Valor Agronómico	Foram realizados 95 ensaios	5			Realizaram-se mais 30 ensaios
	N.º de variedades avaliadas	80 variedades	Foram avaliadas 114 variedades	5			Avaliaram-se mais 34 variedades
	Taxa de execução	100% das análises de Valor de Utilização	Realizaram-se todas as análises de VU		3		
Acção 1.6 Realização do tratamento estatístico dos dados obtidos nos ensaios e elaboração dos relatórios de avaliação	N.º de ensaios tratados estatisticamente	77 ensaios	Realizou-se o tratamento de 105 ensaios.	5			Analysaram-se os resultados de mais 28 ensaios
	Prazo de elaboração dos relatórios finais de avaliação	Até 08/01	Os relatórios foram elaborados		3		
Acção 1.7 Programação, execução e coordenação das actividades necessárias à avaliação de variedades	Prazo de proposta das RNE	Até 31/12			3		
	N.º de amostras preparadas	3200 amostras de sementes	Foram preparadas 3890 amostras de semente	5			
	Taxa de actualização	50% ou mais dos planos e regulamentos				1	Não foi possível actualizar 50% dos planos e regulamentos
Acção 1.8 Organização da reunião do Conselho Nacional de Protecção da Produção Agrícola	Prazo	Até 31/01	Realizou-se a reunião em 30/01		3		
Acção 1.9 Elaboração dos despachos a publicar no Diário da Republica relativos às alterações ao CNV	Nº de despachos elaborados e respectivas datas	3 despachos: um em 31/01, um em 01/06 e um 01/11	Foram elaborados e publicados 3 despachos		3		
Acção 1.10 Elaboração e publicação do CNV	Prazo de publicação	Até 15/2	O CNV foi publicado em Abril			1	
Acção 1.11 Determinação das taxas a cobrar	Prazo de elaboração da lista de cobranças	Taxas de permanência - até 15/02	A relação das taxas foi efectuada em Maio			1	
		Taxas dos ensaios - até 30/10	A relação dos ensaios foi efectuada em Dezembro			1	
Acção 1.12 Manutenção e gestão da colecção de referência de sementes das variedades inscritas no CNV	N.º de amostras mantidas e geridas	800 amostras de sementes	Foram geridas e mantidas 4000 amostras	5			
Acção 1.13 Elaboração da Lista de Variedades de Trigo	Prazo de conclusão das análises laboratoriais	Até 30/08	As análises foram concluídas a 15/9			1	As amostras foram entregues no final de Julho

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Duro elegíveis para o Prémio à Qualidade	Prazo de conclusão do relatório de avaliação	Até 10/9	O relatório foi elaborado a 25/09			1	
Acção 1.14 Concessão de Autorizações provisórias de venda (APV) e notificação à Comissão da EU e aos EM	Nº de dias para avaliação dos pedidos	Até 3 dias úteis	Foram processados 34 pedidos de APV		3		
	Nº máximo de dias para notificar Comissão e EM	Até 5 dias úteis após decisão	Foi cumprido o prazo		3		
<b>OBJ. 2 Assegurar a protecção e a valorização dos recursos genéticos vegetais</b>							
Acção 2.1 Elaboração de legislação no âmbito da conservação dos recursos genéticos vegetais	Prazo de elaboração	Até 31/03	Foi apresentada proposta de legislação dentro do prazo estabelecido		3		
Acção 2.2 Definição com as DRAP de um plano de promoção e valorização dos recursos genéticos e alargamento da lista de variedades tradicionais portuguesas	Taxa de aumento do número de variedades regionais portuguesas descritas e de colecções de referência	20%	Não foi definido o plano com as DRAP			1	
<b>OBJ. 3 Promover a atribuição do direito de obtentor de variedades vegetais protegidas</b>							
Acção 3.1 Avaliação de novas obtenções vegetais para atribuição de Direito de Obtentor a nível nacional	N.º de ensaios	1 ensaio de cana-de-açúcar e 1 de eucalipto	Foram realizados os ensaios previstos		3		
Acção 3.2 Concessão do Direito de obtentor e elaboração do Boletim de Registo	Prazo de publicação do Boletim de Registo	Até 31/03	O boletim foi publicado		3		
Acção 3.3 Execução de ensaios de DHE de morangueiro, de <i>Protea</i> e de <i>Leucadendron</i> para o ICVV	N.º de variedades avaliadas	12 variedades de morangueiro; 1 de <i>Protea</i> e 1 de <i>Leucadendron</i>	Foram avaliadas as variedades previstas		3		
	Prazo de envio de relatórios para o ICVV	Até 15/10	Foram elaborados os relatórios do morangueiro e do leucadendron			1	Não foi possível elaborar o relatório da <i>Protea</i>
<b>OBJ. 4 Assegurar a ligação, no âmbito das suas competências, com as DRAP e outras entidades nacionais e internacionais, nomeadamente com as instituições da União Europeia</b>							
Acção 4.1 Coordenação e o apoio técnico das acções desenvolvidas pelos técnicos das DRAP	Taxa de execução	Resposta a 100% das solicitações	Foram dadas respostas a todas as solicitações		3		
	Taxa de execução	Visitados 80% dos ensaios da RNE	À excepção dos ensaios instalados nos Açores e Madeira, todos os restantes foram visitados		3		



OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 4.2 Ligações com instituições internacionais	N.º de reuniões	100% das reuniões UPOV	Participou-se em todas as reuniões		3		
	Data de organização em Lisboa da reunião do <i>Technical Working Party for Fruit Crop</i>	De 1 a 6 de Junho	Foi organizada a reunião do TWF		3		

**4. RESPONSÁVEL**

Ana Paula Carvalho e Maria Clara Serra (Chefes de Divisão)
--

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Organismos geneticamente modificados****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:**

DSFMMP/DSVRG

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

- **Elaboração e actualização das normas técnicas específicas por espécies**
- Implementação da legislação nacional relativa à Coexistência, às Zonas Livres do Cultivo de variedades geneticamente modificadas (VGM) e ao Fundo de Compensação.
- Registo e apreciação das notificações de cultivo, execução das acções de controlo e inspecção e das actividades de acompanhamento, acompanhamento e prestação de apoio ao cultivo de VGM.
- Promoção da divulgação e actualização da informação relativa a variedades geneticamente modificadas e ao seu cultivo.
- Gestão administrativa e técnica do fundo de compensação e coordenação do grupo de avaliação do fundo.

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Promover coexistência entre o cultivo de variedades geneticamente modificadas e outros modos de produção							
Acção 1.1 Implementação da legislação nacional e elaboração de propostas de diplomas legislativos relativos ao cultivo de variedades geneticamente modificadas (VGM)	N.º de reuniões/acções	3 ou mais acções de formação/informação com as DRAP	Foram realizadas 5 reuniões com as DRAP	5			
	Nº de dias para a emissão de pareceres	8 dias úteis	Em média os pareceres foram dados em 3 dias úteis.	5			
	N.º de visitas de acompanhamento	Uma ou mais a cada DRAP	Foi feita uma visita de acompanhamento com as DRAPN, DRAPC e DRAPLVT			1	Não foram efectuadas visitas com a DRAPAL E DRAPALGARVE
	Taxa de execução	100% dos pedidos ao fundo de compensação processados				1	Não foram apresentados pedidos
Acção 1.2 Registo do cultivo	N.º de dias para registo, avaliação e divulgação das informações relacionadas	5 dias úteis após a sua recepção	Foram avaliadas e registadas 255 notificações de cultivo		3		
	Nº de dias para o envio da informação à Agência Portuguesa do Ambiente e sua actualização	5 dias úteis	Procedeu-se ao envio das informações à APA		3		
Acção 1.3 Coordenação e acompanhamento das acções de controlo e inspecção e as actividades de acompanhamento	Prazo para planear as acções de controlo e de acompanhamento a executar com as DRAP	Até 31/06	Foi efectuado o plano de controlo a 11/06	5			
	Prazo para elaboração do relatório de acompanhamento	Até 31/12	O relatório foi elaborado		3		

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 2 Melhorar a qualificação dos técnicos e disponibilizar informação na área dos OGM							
Acção 2.1 Realização de acções de formação relativas à legislação nacional sobre coexistência	Nº de acções de formação	2 acções de formação de formadores	Foi realizada 1 acção			1	Não foi necessário realizar mais que 1 acção
		1 acção de formação para as DRAP	Foi organizada uma acção de formação/informação		3		
Acção 2.2 Realização de acções de informação e divulgação	Nº de acções	1 acção de divulgação sobre o plano de acompanhamento e controlo					Esta acção transitou para 2009
Acção 2.3 Elaboração de respostas e pareceres sobre OGM.	Nº de dias para elaboração de respostas	10 dias úteis	Foi dada resposta aos pedidos de parecer.		3		
Avaliação de notificações para libertação deliberada no ambiente de OGM e emissão dos respectivos pareceres à Agência Portuguesa do Ambiente	Nº de dias para a elaboração de pareceres para a APA	30 dias	Foram realizados dois pareceres sobre notificações deliberadas no ambiente para fins experimentais		3		
OBJ. 3 Assegurar a ligação, no âmbito das suas competências, com as DRAP e outras entidades nacionais e internacionais, nomeadamente com as instituições da União Europeia							
Acção 3.1 Articulação e a representação do MADRP no Grupo COEX-NET	Taxa de participação	100% das reuniões do COEX-NET	Participou-se numa reunião do COEX-Net		3		

**4. RESPONSÁVEL**

Ana Paula Carvalho (Chefe de Divisão)

**6.7 PROGRAMA LEADER+**

DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE
<b>Gestão técnico-financeira do LEADER+</b>

**1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES**

Estrutura de Apoio Técnico

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

Projecto composto por 4 Vectores:

- Vector 1 – Apoio a estratégias territoriais de desenvolvimento rural, integradas e de carácter piloto. Este vector é materializado por um programa de desenvolvimento local definido previamente por cada GAL (grupo de Acção Local) em parceria com o Gestor do Programa.
- Vector 2 – Apoio à cooperação entre territórios rurais, através da promoção de uma cultura que reconheça as vantagens da cooperação enquanto instrumento de divulgação de conhecimentos. Este vector é materializado por um programa de cooperação definido previamente por cada GAL em parceria com o Gestor do Programa.
- Vector 3 – Colocação em rede para divulgação da informação relativa à troca de experiências e de boas práticas e reflexão conjunta entre os GAL, o Gestor do Programa e outras entidades públicas e privadas, sobre a articulação do Programa LEADER+ com os outros instrumentos de política.
- Vector 4 – Assistência Técnica: Acompanhamento, controlo, certificação de despesas e respectivos pagamentos, avaliação do Programa e apoio técnico aos GAL.

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Assegurar a correcta execução Financeira e Material do Programa							
Acção 1.1 Realização de acções de acompanhamento	Nº projectos	50	52		3		
	Nº de relatórios	25	20			1	
Acção 1.2 Análise de pedidos de pagamento e envio de pedido reembolso a CE	Nº de pedidos	3	4		3		
OBJ. 2 Assegurar um bom acompanhamento da execução do programa							
Acção 2.1 Elaboração do Relatório Anual de actividades	Nº de Relatório	1	1		3		
Acção 2.2 Implementação do E-leader no primeiro pedido de pagamento 2007	Nº GAL	52	52		3		
Acção 2.3 Reorganização da Informação Informático	Nº de guiões	1	1		3		
Acção 2.4 Comissão Nacional de Acompanhamento	Nº Reuniões	2	1			1	
OBJ. 3 Proporcionar a difusão de informação agregada sobre acção e impacte do Leader							
Acção 3.1 Envio de conteúdos para actualização do Sítio	Nº de dias para envio da informação	4 dias úteis	4		3		
Acção 3.2 Elaboração de estudo sobre turismo em meio rural	Nº Estudos	1	1		3		
Acção 3.3 Participação em eventos	Nº Eventos	4	5	5			

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
Acção 3.4 Promoção de Seminários sobre temáticas de desenvolvimento rural	Nº de Seminários/encontros	4	5	5			
<b>OBJ. 4 Assegurar um correcto encerramento do Programa Leader+</b>							
Acção 4.1 Elaboração de documento sobre estratégia de encerramento do programa	Nº documentos	1	1		3		

**4. RESPONSÁVEL**

Carlos de São Simão de Carvalho – Gestor  
 Rui Veríssimo Batista – Chefe de Projecto

## DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE

**Controlo do LEADER****1. UNIDADES ORGÂNICAS INTERVENIENTES:**

Estrutura de Controlo de 1º Nível LEADER + - criada pela resolução n.º 58/2006, de 15 de Maio, do Conselho de Ministros, publicada no Diário da República, I Série – B, n.º 93.

**2. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE:**

Realização de auditorias técnico-financeiras no âmbito das acções de controlo de 1º nível, previstas no artigo 10º do Regulamento (CE) n.º 438/2002, da Comissão, de 2 de Março de 2001, aos projectos financiados ao abrigo do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+

**3. OBJECTIVOS/ACÇÕES, INDICADORES DE MEDIDA, METAS E GRAU DE REALIZAÇÃO**

OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 1 Assegurar a realização, através de aquisição de serviços externos, de acções de auditoria e controlo dos projectos executados ou em execução no PIC LEADER+.							
Acção 1.1 Elaboração do relatório-síntese das acções de auditoria e controlo de 2005 para comunicação das irregularidades detectadas	Elaboração e envio à C.E. do relatório-síntese relativo a 2005	Elaborado e enviado o relatório	Elaborado e enviado o relatório		3		
Acção 1.2 Elaboração de contraditório das auditorias de 2006 e 2007	Nº de relatórios definitivos enviados no prazo	Todos os Relatórios definitivos das auditorias enviados (1 por projecto auditado)	174 dos 192 Relatórios definitivos das auditorias enviados (1 por projecto auditado)			1	Os restantes 18 relatórios só foram enviados em Janeiro de 2009
Acção 1.3 Elaboração do relatório-síntese das acções de auditoria e controlo de 2006 e 2007 para comunicação das irregularidades detectadas	Nº de relatórios elaborados e enviados no prazo	Elaborado e enviado à C.E. 2 relatórios-síntese relativos a 2006 e 2007, respectivamente				1	A não conclusão desta acção decorre do ponto anterior
Acção 1.4 Lançamento do concurso público para as acções de auditoria e controlo de 2008	Adjudicação da aquisição de serviços de auditoria técnico-financeira de controlo das acções de 2008	Adjudicada a aquisição de serviços de auditoria	Adjudicada a aquisição de serviços de auditoria		3		
Acção 1.5 Formalização do contrato com a empresa adjudicatária	Celebração do contrato com a empresa adjudicatária	Celebrado o contrato	Celebrado o contrato		3		
Acção 1.6 Procedimento de contratação pública para as acções de auditoria e controlo de 2009	Adjudicação da aquisição de serviços de auditoria técnico-financeira de controlo das acções de 2009	Adjudicada a aquisição de serviços de auditoria e celebrado o contrato	Adjudicada a aquisição de serviços de auditoria e celebrado o contrato	5			Esta acção não estava programada no Plano inicial. No entanto, foi possível desenvolvê-la antes do previsto


OBJECTIVOS / ACÇÕES	INDICADORES	METAS		GRAU DE REALIZAÇÃO			AVALIAÇÃO
		PREVISTAS	REALIZADAS	S	C	NC	
OBJ. 2 Assegurar e controlar a correcção das irregularidades detectadas							
Acção 2.1 Comunicação dos resultados das auditorias e respectiva decisão	Nº de GAL notificados	Notificados os GAL visados, auditorias 2005, 2006 e 2007	Notificados os GAL visados, auditorias 2005			1	A conclusão destas acções de acordo dentro do previsto estava dependente da conclusão das acções 1.2 e 1.3.
Acção 2.2 Acompanhamento do sistema de devedores	Nº de planos de devolução recebidos Montante de verba recuperada	Recebidos os planos de devolução de verbas relativos ao período 2004 a 200	Recebidos os planos de devolução de verbas relativos ao período 2004 e 2005.			1	

**4. RESPONSÁVEL**

José Augusto Estêvão (Gestor)

Aida Capaleve (Coordenadora da Estrutura de Controlo)

## 7. QUAR 2008 – EXECUÇÃO FINAL

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO – 2008							 <b>Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas</b>			
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas										
Organismo: Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural										
Missão: Promover a Valorização, a Competitividade e a Sustentabilidade da Agricultura e dos Territórios rurais (BSC)										
Objectivos estratégicos (OE):										
OE 1 - Melhorar a competitividade e sustentabilidade do sector agrícola e dos territórios rurais;										
OE 2 - Aumentar o grau de satisfação dos clientes;										
OE 3 - Optimizar a gestão dos recursos humanos e materiais.										
Objectivos operacionais				Meta Ano 2007	Meta Ano 2008	Concretização				Desvios
						Resultado	Classificação			
							Superou	Atingiu	Não atingiu	
EFICÁCIA						120%	X	20%		
OB 1	Ponderação	34%								6%
Aumentar a área de regadio	Ind 1	N.º de hectares de regadio equipados	NA	3000	3177	X				
	Peso	100%				106%				
OB 2	Ponderação	33%								17%
Melhorar o sistema de inspecção fitossanitária à importação de vegetais e produtos vegetais para evitar a introdução de organismos nocivos	Ind 2	N.º de PIFF em funcionamento no ano 2008 / 10PIFF previstos para o País*100	0	60%	70%	X				
	Peso	100%				117%				
OB 3	Ponderação	33%								34%
Melhorar o sistema de apoio técnico e gestão fundiária das explorações agrícolas	Ind 3	Operacionalizar o sistema nacional de aconselhamento agrícola até 12 semanas após publicação do diploma	NA	100%	134%	X				
	Peso	70%				134%				
	Ind 4	Agilização do arrendamento rural com a apresentação de proposta de uma nova Lei (Documento)	NA	100%	150%	X				
	Peso	30%				150%				
EFICIÊNCIA						104%	X	4%		
OB 4	Ponderação	50%								0%
Melhorar em 30% a gestão dos Aproveitamentos Hidroagrícolas do Grupo II, no total de 31 através da implementação do novo modelo de exploração concessionado	Ind 5	N.º de contratos de concessão	2	9	9		X			
	Peso	100%					100%			
OB 5	Ponderação	50%								9%
Melhorar a economia dos recursos afectos ao funcionamento do serviço	Ind 6	DFn / ODFn	>1	[0,95 :1,0]	0,89	X				
	Peso	100%				109%				



QUALIDADE					132%	X		32%
OB 6	Ponderação	30%						30%
Reduzir o prazo médio de pagamento a fornecedores em 25%	Ind 7	Prazo médio de pagamento (PMP)	> 40	30 dias (25%)	39 dias (30%)	X		
	Peso	100%					130%	
OB 7	Ponderação	40%						33%
Alargar a possibilidade de oferta no mercado de Produtos Fitofarmacêuticos promovendo a sua utilização sustentável	Ind 8	N.º de autorizações concedidas / N.º de pedidos apresentados que permitam uma resposta favorável*100	60%	75%	100%	X		
	Peso	70%					133%	
	Ind 9	N.º de propostas de legislação complementar ao Dec-Lei 173/2005 - Criação do quadro legal relativo ao uso de PF em zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação - Criação do quadro legal relativo ao uso amador de PF	NA	2	2	X	46%	
	Peso	30%						146%
OB 8	Ponderação	30%						-6%
Aplicar, nos termos da Lei, o sistema de avaliação de desempenho a 100% dos trabalhadores do serviço, assegurando a qualidade do processo de aplicação	Ind 10	Universalidade (U)	NA	100%	94%	X		
	Peso	50%					94%	
	Ind 11	Qualidade (Q1)	NA	>5%	2%	X	60%	
	Peso	50%						160%

## Justificação para os desvios:

**B 1 - Ind 1**

Apresenta um desvio positivo de 6% como resultado da boa execução das empreitadas condicionadas por factores externos como: condições climáticas favoráveis, celeridade dos processos de indemnização e expropriação e das ligações a cargo da EDP.

**OB 2 - Ind 2**

Foram superadas as metas propostas dada a adesão das entidades portuárias e aeroportuárias na cedência de espaço e elaboração de protocolos para instalação dos PIFF.

**OB 3 - Ind 3**

Verificou-se uma antecipação do prazo inicialmente previsto para a sua concretização.

**OB 3 - Ind 4**

Considerando que no grau de cumprimento, o critério para superação era "Proposta que ultrapassa o âmbito da Lei N.º 385/88" e, dado que tal se verificou para mais 2 Decretos-Lei (de aprovação pela Assembleia da República) e 2 Portarias do membro da tutela (uma anual e outra bi-anual), poderia considerar-se que para este indicador o desvio foi de 300%. Contudo, e dado que a definição do indicador não previu quantificação para efeitos de cálculo do desvio, atribuiu-se um peso de 50% para as Leis e Portarias contempladas no diploma.

**OB 4 - Ind 5**

Foram celebrados 2 contratos, tendo ficado concluídos mais 2. Foram enviadas 10 minutas para as respectivas Associações de Regantes tendo sido iniciado o processo de discussão tendo em vista a celebração dos respectivos contratos. Considera-se, assim o objectivo como cumprido.

**OB 5 - Ind 6**

A superação deve-se à redução dos recursos afectos ao funcionamento do serviço, resultado do esforço de dirigentes e demais funcionários.

**OB 6 - Ind 7**

A redução do prazo médio de pagamento aos fornecedores foi superado, tendo em conta que se reduziu de 119 dias, em 2007 para 80 dias, em 2008, o que se traduziu numa redução de 30% (39 dias).

**OB 7 - Ind 8**

Apesar de terem sido elaboradas duas propostas de legislação, este objectivo foi superado dado que a apresentação superior das propostas ocorreram antes do tempo previsto no grau cumprimento, graças à implementação de novos procedimentos de gestão processual e acompanhamento técnico permanente com vista à melhoria da eficiência das equipas especializadas de avaliação técnica e do sector técnico administrativo afecto às Unidades Orgânicas relevantes.

**OB 7 - Ind 9**

Foram superadas as metas propostas graças ao esforço das equipas técnicas especializadas envolvidas, conjugado com uma metodologia de trabalho expressa numa calendarização prévia de reuniões internas e externas com os agentes económicos do Sector.

**OB 8 - Ind 10**

O desvio negativo deve-se ao facto de alguns trabalhadores terem ido para a reforma durante o ano de 2008.

**OB 8 - Ind 11**

Verificou-se uma redução na percentagem dos Pareceres favoráveis da Comissão Paritária sobre o número de trabalhadores avaliados.

**Explicitação da fórmula utilizada**

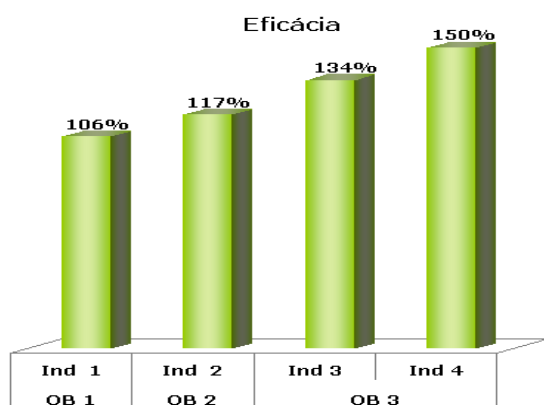
O cálculo da classificação obtida em cada indicador é feito de forma distinta entre os indicadores de incremento positivo e os indicadores de incremento negativo. No caso dos indicadores de incremento positivo a classificação obtida é dada por  $[(\text{Resultado} - \text{Meta N})/\text{Meta}]$ . No caso dos indicadores de incremento negativo a classificação obtida é calculada por  $[(\text{Meta N} - \text{Resultado})/\text{Meta}]$ .

O resultado obtido em cada parâmetro é apurado através da média ponderada da classificação obtida em cada um dos indicadores que concorrem para esse parâmetro, utilizando como ponderadores o peso de cada um dos indicadores conjugado com o peso do objectivo que incorporam.

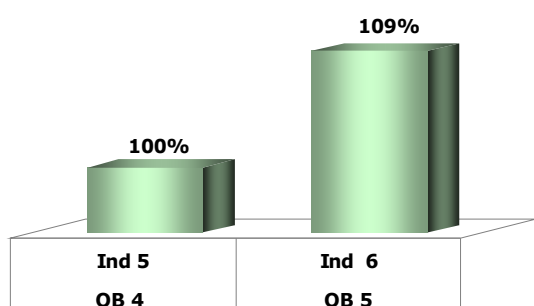
Recursos Humanos	Nº de funcionários	Pontuação	Planeados	Executados	Desvio
Dirigentes - Direcção superior	3	20	60	51	-9
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa	22	16	352	293	-59
Inspector Superior/Técnico Superior	204	12	2448	1883	-565
Coordenador Técnico	1	9	9	16	7
Inspector Técnico/Inspector Adjunto/Assistente Técnico	112	8	896	713	-183
Encarregado geral operacional	0	7	0	0	0
Encarregado operacional	0	6	0	0	6
Assistente Operacional	23	5	115	96	-19
<b>TOTAL</b>	<b>365</b>		<b>3880</b>	<b>3052</b>	<b>-828</b>

Orçamento (M€)	Estimado	Dotação Ajustada	Realizado	Desvio
<b>Funcionamento</b>	<b>14,3</b>	<b>15,4</b>	<b>13,8</b>	<b>-2</b>
<b>PIDDAC</b>	<b>11,7</b>	<b>14,4</b>	<b>11,5</b>	<b>-3</b>

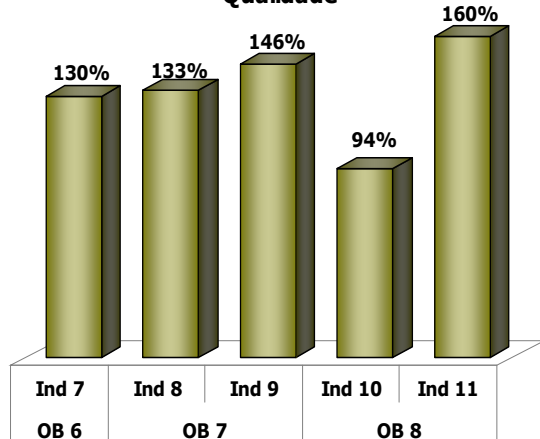
## Parâmetros



## Eficiência



## Qualidade



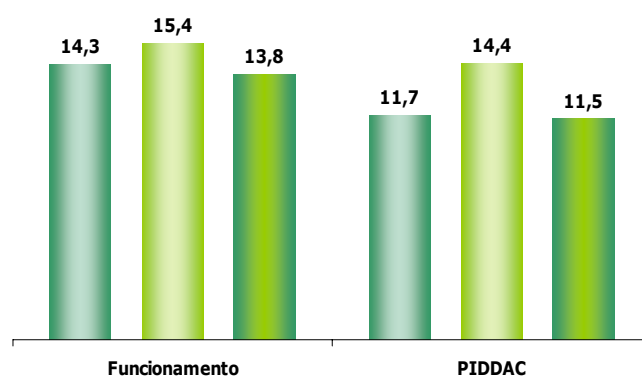
Eficácia		Eficiência		Qualidade	
Ponderação	30%	Ponderação	40%	Ponderação	30%
36,09%		41,73%		39,59%	

## Avaliação final do serviço

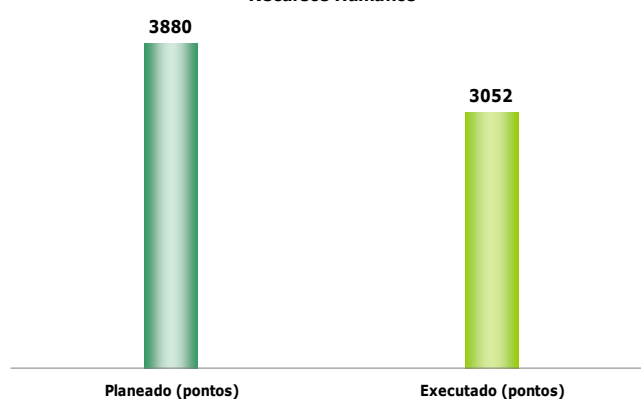
Bom	Satisfatório	Insuficiente
117,4%		

## Recursos Financeiros e Humanos

## Recursos Financeiros



## Recursos Humanos



**Fórmulas****OBJ. 5 - Ind 6      DFn/ODFn**

DF = Despesas de funcionamento, calculadas pela soma das rubricas de classificação económica "Despesas com o pessoal", "Aquisição de bens e serviços correntes" e "Outras despesas correntes"

ODF = Orçamento para despesas de funcionamento, calculado pelo orçamento inicial para despesas de funcionamento, deduzido das cativações; inclui alterações orçamentais/gestão flexível, desde que por contrapartida de rubricas do orçamento do próprio serviço

Ano n = Ano de Avaliação

**OBJ. 6 - Ind 7      PMP**

Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores do serviço - medido em dias

**OBJ. 8 - Ind 10      U**

Universalidade (U) = Percentagem (A/T) de trabalhadores avaliados (A) sobre o total de efectivos (T) sujeitos a avaliação

**OBJ. 8 - Ind 11      Q1**

Qualidade (Q1) = Percentagem (F/A) de pareceres favoráveis (F) da Comissão Paritária sobre o número de trabalhadores avaliados (A)

**Listagem das Fontes de verificação**

<b>Objectivo 1</b>	Autos de recepção provisória das obras
<b>Objectivo 2</b>	Protocolos de cedência de espaço com as entidades portuárias/aeroportuárias, para instalação dos PIFF's
<b>Objectivo 3</b>	Publicação de Anúncio de abertura de pedidos de reconhecimento de entidades prestadoras de Sistema de Aconselhamento Agrícola (SAA)
	Envio à Tutela de Proposta, na óptica simplex, do regime de arrendamento rural.
<b>Objectivo 4</b>	Publicação em D.R. (com publicitação no site da DGADR)
<b>Objectivo 5</b>	Balancetes da evolução orçamental para análise da despesa e dos desvios ao programado
<b>Objectivo 6</b>	Registo comparativo da data de entrada das facturas e da data efectiva do seu pagamento
<b>Objectivo 7</b>	Registo de entrada de pedidos e registo de entrada de respostas
	Apresentação superior das propostas
<b>Objectivo 8</b>	Aplicação da legislação SIADAP

**8. RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO**

Cumprido o disposto na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, a Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural elaborou o presente relatório de auto-avaliação, o qual constitui parte integrante do Relatório de Actividades.

O Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP), tem como base uma abordagem integrada da gestão e avaliação, o que permite o alinhamento dos desempenhos dos serviços e dos que neles trabalham, através da publicitação dos objectivos dos serviços e dos resultados obtidos, em estreita articulação com o ciclo de gestão.

Sendo um instrumento valioso para o processo de mudança, a auto-avaliação permite uma consciencialização do estágio de desenvolvimento da organização, conferindo orientações em relação às áreas mais e menos desenvolvidas e permitindo identificar oportunidades de melhoria. A sua aplicação não proporciona uma melhoria imediata, embora permita identificar áreas de intervenção, necessária ou estratégica, através de uma análise abrangente e sistemática de actividades e resultados.

Neste sentido, na elaboração deste relatório, optou-se por evidenciar os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com a execução final do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), face aos objectivos anualmente fixados e relevando os factores condicionantes ao desempenho.

Pretende-se, igualmente, fazer uma apresentação genérica do que tem sido a estratégia de actuação desta Direcção-Geral para responder às exigências do processo de mudança, dando ênfase ao aperfeiçoamento sistemático de uma política integrada de gestão da qualidade, quer na capacidade em motivar e desenvolver profissionalmente os seus trabalhadores, quer no estabelecimento de instrumentos específicos de avaliação e de controlo.

## **8.1. AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS**

### **8.1.1. APRESENTAÇÃO DO QUAR 2008**

A construção do QUAR de 2008, a DGADR deu cumprimento à Deliberação n.º 772/2007, de 27 de Dezembro, do Conselho de Ministros, bem como às linhas orientadoras transmitidas pelo Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços. Trata-se de um quadro referencial sobre os fundamentos da razão da existência dos serviços (missão), dos propósitos de acção (objectivos estratégicos), da aferição da sua concretização e da explicitação dos desvios no fim do ciclo de gestão.

#### **Missão:**

- ➔ Promover a Valorização, a Competitividade e a Sustentabilidade da Agricultura e dos Territórios Rurais

#### **Objectivos Estratégicos (OE):**

- ➔ Melhorar a competitividade e sustentabilidade do sector agrícola e dos territórios rurais;
- ➔ Aumentar o grau de satisfação dos clientes;
- ➔ Optimizar a gestão dos recursos humanos e materiais.

**8.1.2. OBJECTIVOS OPERACIONAIS E INDICADORES**

Objectivos Operacionais	Indicador	Superação	Meta 2008	Resultado	Classificação		
					supero	atingiu	não atingiu
Aumentar a área de regadio	N.º de hectares de regadio equipados	+5%	3000	3177	X		
Melhorar o sistema de inspecção fitossanitária à importação de vegetais e produtos vegetais para evitar a introdução de organismos nocivos	N.º de PIFF em funcionamento no ano 2008 / 10PIFF previstos para o País*100	7 PIFF's a 31-12-08	60%	70%	X		
Melhorar o sistema de apoio técnico e gestão fundiária das explorações agrícolas	Operacionalizar o sistema nacional de aconselhamento agrícola até 12 semanas após publicação do diploma	<25%	100%	134%	X		
	Agilização do arrendamento rural com a apresentação de proposta de uma nova Lei (Documento)	Proposta ultrapassa o âmbito da Lei N.º 385/88	100%	150%	X		
Melhorar em 30% a gestão dos Aproveitamentos Hidroagrícolas do Grupo II, no total de 31 através da implementação do novo modelo de exploração concessionado	N.º de contratos de concessão	Celebrados mais de 9 contratos	9	9		X	
Melhorar a economia dos recursos afectos ao funcionamento do serviço	DFn / ODFn	0,95	[0,95;1,0]	0,89	X		
Reduzir o prazo médio de pagamento a fornecedores em 25%	Prazo médio de pagamento (PMP)	25%	30 dias (25%)	39 dias (30%)	X		
Alargar a possibilidade de oferta no mercado de Produtos Fitofarmacêuticos promovendo a sua utilização sustentável	N.º de autorizações concedidas / N.º de pedidos apresentados que permitam uma resposta favorável*100	Até 30 Novembro	75%	100%	X		
	N.º de propostas de legislação complementar ao Decreto-Lei 173/2005 - Criação do quadro legal relativo ao uso de PF em zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação - Criação do quadro legal relativo ao uso amador de PF	Apresentação superior das propostas até 30 de Outubro	2	2	X		
Aplicar, nos termos da Lei, o sistema de avaliação de desempenho a 100% dos trabalhadores do serviço, assegurando a qualidade do processo de aplicação	Universalidade (U)	—	100%	94%			X
	Qualidade (Q1)	—	>5%	2%	X		

**8.1.3. ANÁLISE DOS DESVIOS**

Os resultados alcançados e os respectivos desvios encontram-se no quadro que se segue:

Objectivo	Meta	Concretização	Desvio
<b>OBJ. 1</b> Aumentar a área de regadio			
Ind. 1	3000	3177	6%
<b>OBJ. 2</b> Melhorar o sistema de inspecção fitossanitária à importação de vegetais e produtos vegetais para evitar a introdução de organismos nocivos			
Ind. 2	60%	70%	17%
<b>OBJ. 3</b> Melhorar o sistema de apoio técnico e gestão fundiária das explorações agrícolas			
Ind. 3	100%	134%	34%
Ind. 4	100%	150%	50%
<b>OBJ. 4</b> Melhorar em 30% a gestão dos Aproveitamentos Hidroagrícolas do Grupo II, no total de 31 através da implementação do novo modelo de exploração concessionado			
Ind. 5	9	9	0%
<b>OBJ. 5</b> Melhorar a economia dos recursos afectos ao funcionamento do serviço			
Ind. 6	[0,95;1,0]	0,89	9%
<b>OBJ. 6</b> Reduzir o prazo médio de pagamento a fornecedores em 25%			
Ind. 7	30 dias (25%)	39 dias (30%)	30%
<b>OBJ. 7</b> Alargar a possibilidade de oferta no mercado de Produtos Fitofarmacêuticos promovendo a sua utilização sustentável			
Ind. 8	75%	100%	33%
Ind. 9	2	2	46%
<b>OBJ. 8</b> Aplicar, nos termos da Lei, o sistema de avaliação de desempenho a 100% dos trabalhadores do serviço, assegurando a qualidade do processo de aplicação			
Ind. 10	100%	94%	-6%
Ind. 11	>5%	2%	60%

O Objectivo 1, apresenta um desvio positivo de 6% como resultado da boa execução das empreitadas condicionadas por factores externos como: condições climáticas favoráveis, celeridade dos processos de indemnização e expropriação e das ligações a cargo da EDP.

No Objectivo 2 foram superadas as metas propostas dada a adesão das entidades portuárias e aeroportuárias na cedência de espaço e elaboração de protocolos para instalação dos PIFF.

Os dois indicadores do Objectivo 3 tiveram as suas metas claramente superadas. No indicador 3, houve uma antecipação do prazo inicialmente previsto para a sua concretização. No caso

do indicador 4, considerando que no grau de cumprimento, o critério para superação era "Proposta que ultrapassa o âmbito da Lei N.º 385/88" e, dado que tal se verificou para mais 2 Decretos-Lei (de aprovação pela Assembleia da República) e 2 Portarias do membro da tutela (uma anual e outra bi-anual), poderia considerar-se que para este indicador o desvio foi de 300%. Contudo, e dado que a definição do indicador não previu quantificação para efeitos de cálculo do desvio, atribuiu-se um peso de 50% para as Leis e Portarias contempladas no diploma.

No Objectivo 4 foram celebrados 2 contratos tendo ficado concluídos mais 2. Foram enviadas 10 minutas para as respectivas Associações de Regantes tendo sido iniciado o processo de discussão tendo em vista a celebração dos respectivos contratos. Considera-se, assim o objectivo como cumprido.

No objectivo 5 a superação deve-se à redução dos recursos afectos ao funcionamento do serviço, resultado do esforço de dirigentes e demais funcionários.

No objectivo 6, a redução do prazo médio de pagamento aos fornecedores foi superado, tendo em conta que se reduziu de 119 dias, em 2007 para 80 dias, em 2008, o que se traduziu numa redução de 30% (39 dias).

O Objectivo 7 teve também as metas superadas em cada um dos indicadores. No indicador 8 foi superada a meta proposta porque apesar de terem sido elaboradas duas propostas de legislação, a apresentação superior das propostas ocorreram antes do tempo previsto no grau cumprimento, graças à implementação de novos procedimentos de gestão processual e acompanhamento técnico permanente com vista à melhoria da eficiência das equipas especializadas de avaliação técnica e do sector técnico administrativo afecto às Unidades Orgânicas relevantes.

No indicador 9 foi superada a meta proposta graças ao esforço das equipas técnicas especializadas envolvidas, conjugado com uma metodologia de trabalho expressa numa calendarização prévia de reuniões internas e externas com os agentes económicos do Sector.

Na análise aos desvios do Objectivo 8 podemos observar que apenas houve desvio negativo na meta do Indicador 10, o que se atribui ao facto de nem todos os efectivos terem sido avaliados no sistema SIADAP, como consequência de se terem a reformado. A meta do indicador 11 foi superada dado que se verificou uma redução na percentagem dos Pareceres favoráveis da Comissão Paritária sobre o número de trabalhadores avaliados.



**8.2. ANÁLISE DOS RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS**

Nas metas propostas ao nível dos Recursos Humanos pode-se observar no quadro seguinte a diferença entre o planeado e o executado. A justificação para o desvio tem a ver, com a saída de pessoal, nomeadamente por aposentação e mobilidade:

Recursos Humanos	Planeados	Executados	Desvio
Dirigentes - Direcção superior	60	51	-9
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa	352	293	-59
Inspector Superior/Técnico Superior	2448	1883	-565
Coordenador Técnico	9	16	7
Assistente Técnico	896	713	-183
Encarregado geral operacional	0	0	0
Encarregado operacional	0	0	6
Assistente Operacional	115	96	-19
<b>TOTAL</b>	<b>3880</b>	<b>3052</b>	<b>-828</b>

Quanto aos Recursos Financeiros o orçamento de funcionamento e o PIDDAC tiveram um desvio de 15.225 M€ e -2678 M€, respectivamente, tendo como justificação:

- ➔ O desvio do Orçamento de Funcionamento, deve-se em grande parte a verbas do AGRO e AGRIS transferidas pelo IFAP que não estavam previstas no Orçamento para 2008, bem como a saldo de gerência de 2007 e receita cobrada em Dezembro (que devido aos prazos impostos pelo SIC/RAFE) transitou em saldo para 2009.
- ➔ O desvio do PIDDAC deveu-se, principalmente, ao facto de não se encontrarem reunidas as condições para o pagamento aos GAL, no ano económico de 2008, dos subsídios. Por outro lado, houve que prolongar o encerramento do programa até Junho de 2009 e como tal, as despesas previstas para o encerramento do programa, transitaram para o ano de 2009.

Orçamento (M€)	Estimado	Realizado	Desvio
Funcionamento	41.485	56.710	15.225
PIDDAC	14.170	11.492	-2.678
<b>TOTAL</b>	<b>55.655</b>	<b>68.202</b>	<b>12.547</b>

### 8.3. ANÁLISE COMPLEMENTAR

A fim de complementar a análise dos desvios, apresenta-se a seguir o resultado do desempenho da DGADR de acordo com os parâmetros de Eficácia, Eficiência e Qualidade, agrupando os objectivos operacionais de acordo com o tipo de parâmetro.

Eficácia	Eficiência	Qualidade
Objectivos 1 / 2 / 3	Objectivos 4 / 5 / 6	Objectivos 7 / 8
Resultado 120%	Resultado 104%	Resultado 132%
Ponderação 30%	Ponderação 40%	Ponderação 30%
<b>36,09%</b>	<b>41,73%</b>	<b>39,59%</b>

Estes valores finais são fruto do resultado de cada parâmetro pela respectiva ponderação e a sua soma apresenta a avaliação final do serviço ➔ **117,4%**

Qualitativamente e, tendo em conta que foram superados os objectivos mais relevantes, considera-se que a DGADR teve um **Desempenho Bom.**

### 8.4. APRECIACÃO POR PARTE DOS UTILIZADORES EXTERNOS E COLABORADORES

#### 8.4.1. INQUÉRITO À SATISFAÇÃO DE CLIENTES

No contexto actual, os serviços públicos estão cada vez mais vocacionados para atingir a qualidade de seus produtos e serviços, pelo que a procura de uma melhoria contínua dos serviços prestados é o principal compromisso assumido pela DGADR.

Neste sentido, solicitou-se às entidades/clientes o preenchimento de um "Questionário de satisfação". Este questionário foi enviado por e-mail a 247 entidades, num período que decorreu de 7 a 30 de Abril, tendo-se obtido 24 respostas o que se traduz numa taxa de resposta de 9,72%.

O questionário destinado à recolha de informação incluía basicamente questões fechadas, de modo a maximizar a obtenção de informação estandardizada e integrava 4 grupos de questões: Imagem global da Organização / Envolvimento e participação / Acessibilidade / Produtos e serviços.

Apresentam-se de seguida as conclusões obtidas:

### 1. Imagem global da organização

Desempenho da organização

Cortesia dos colaboradores que lidam com os clientes no local de atendimento ao público

Cortesia dos colaboradores que atendem por telefone os clientes

Flexibilidade e autonomia que os colaboradores da área do atendimento têm para resolver as situações individuais

Neste grupo de questões encontra-se uma incidência de 58% de inquiridos satisfeitos.

Um ponto forte a registar é na questão "Cortesia dos colaboradores que lidam com os clientes no local de atendimento ao público" onde 83,3% estão satisfeitos (45,8%) ou muito satisfeitos (37,5%).

### 2. Envolvimento e participação

Possibilidade de sugerir melhoria

Consulta aos serviços sobre oportunidades de melhoria dos serviços prestados

A possibilidade de utilização de vários canais de comunicação (telefone; e-mail; reuniões)

A existência de interlocutores responsáveis pelas relações com os serviços

Existência de vários canais para reclamações (presencialmente; por escrito; por telefone e via web)

Também neste grupo de questões a tendência verificada é de "satisfeito", com uma incidência de 46%.

Embora na questão "Existência de vários canais para reclamações (presencialmente; por escrito; por telefone e via web)" se apure que 66,7% estão satisfeitos, verifica-se que 8,3% estão muito insatisfeitos ou insatisfeitos.

### 3. Acessibilidade

Horário de atendimento

Informação disponível no local de atendimento

Nível de simplificação dos formulários

Esclarecimento de dúvidas através de correio electrónico

Informações disponíveis *on-line*

Mantêm-se a tendência nas respostas às questões, com uma incidência de 50% satisfeitos. Neste grupo pode salientar-se como positivo, o facto de 75% estarem satisfeitos ou muito satisfeitos com a acessibilidade da DGADR.

4. Produtos e serviços
Satisfação global com os produtos entregues
Satisfação global com os serviços prestados
Clareza da informação disponibilizada
Qualidade dos esclarecimentos prestados por telefone
Qualidade dos esclarecimentos prestados presencialmente
Tempo de resposta às solicitações

Continua a incidência de 50% no item "satisfeito".

Um ponto a assinalar é o facto de o item "pouco satisfeito" ter uma incidência de 25%, principalmente na questão "Tempo de resposta às solicitações" onde essa incidência é de 45,8%.

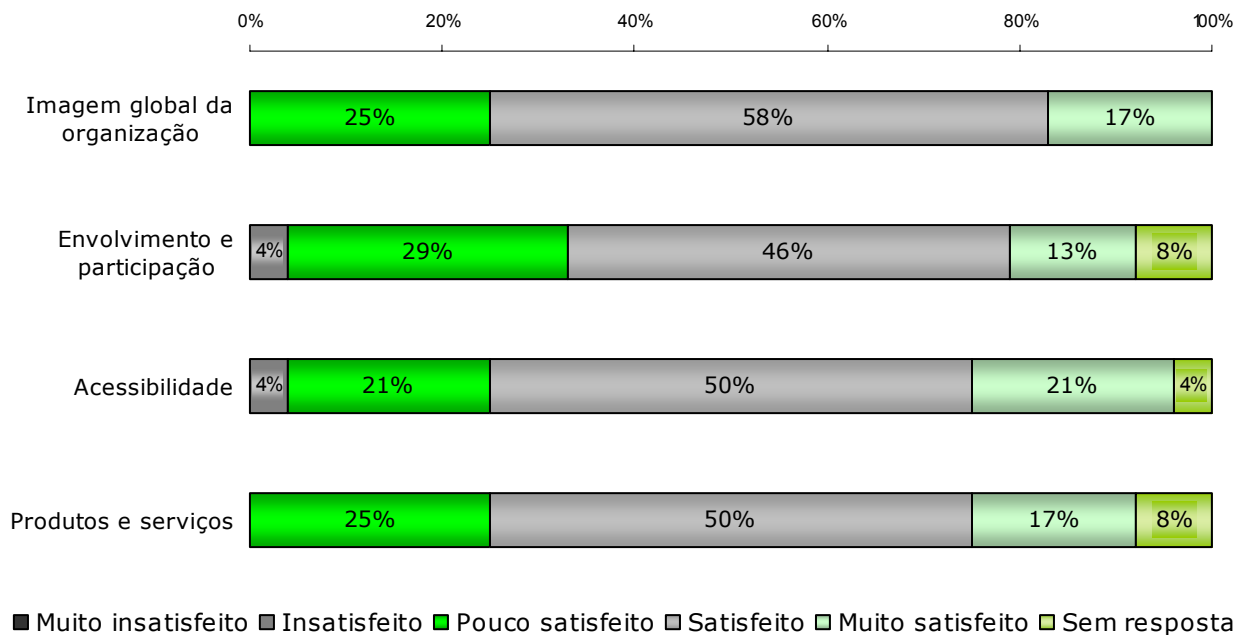
Em termos de conclusão pode-se dizer que a tendência verificada para a globalidade das questões é, por parte das entidades/clientes, de que se encontram satisfeitos com a prestação da DGADR.

Considera-se que a "imagem global da organização" é boa, assim como a "acessibilidade" e os "produtos e serviços", embora este último item necessite de ter uma nova abordagem de forma a melhorar a opinião dos inquiridos.

Quanto ao item "envolvimento e participação" é onde se verifica uma maior necessidade de aperfeiçoamento, nomeadamente nas relações com exterior.

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese dos resultados:

	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Sem resposta
<b>Imagem global da organização</b>	0%	0%	25%	58%	17%	0%
<b>Envolvimento e participação</b>	0%	4%	29%	46%	13%	8%
<b>Acessibilidade</b>	0%	4%	21%	50%	21%	4%
<b>Produtos e serviços</b>	0%	0%	25%	50%	17%	8%



#### 8.4.2 INQUÉRITO À SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES

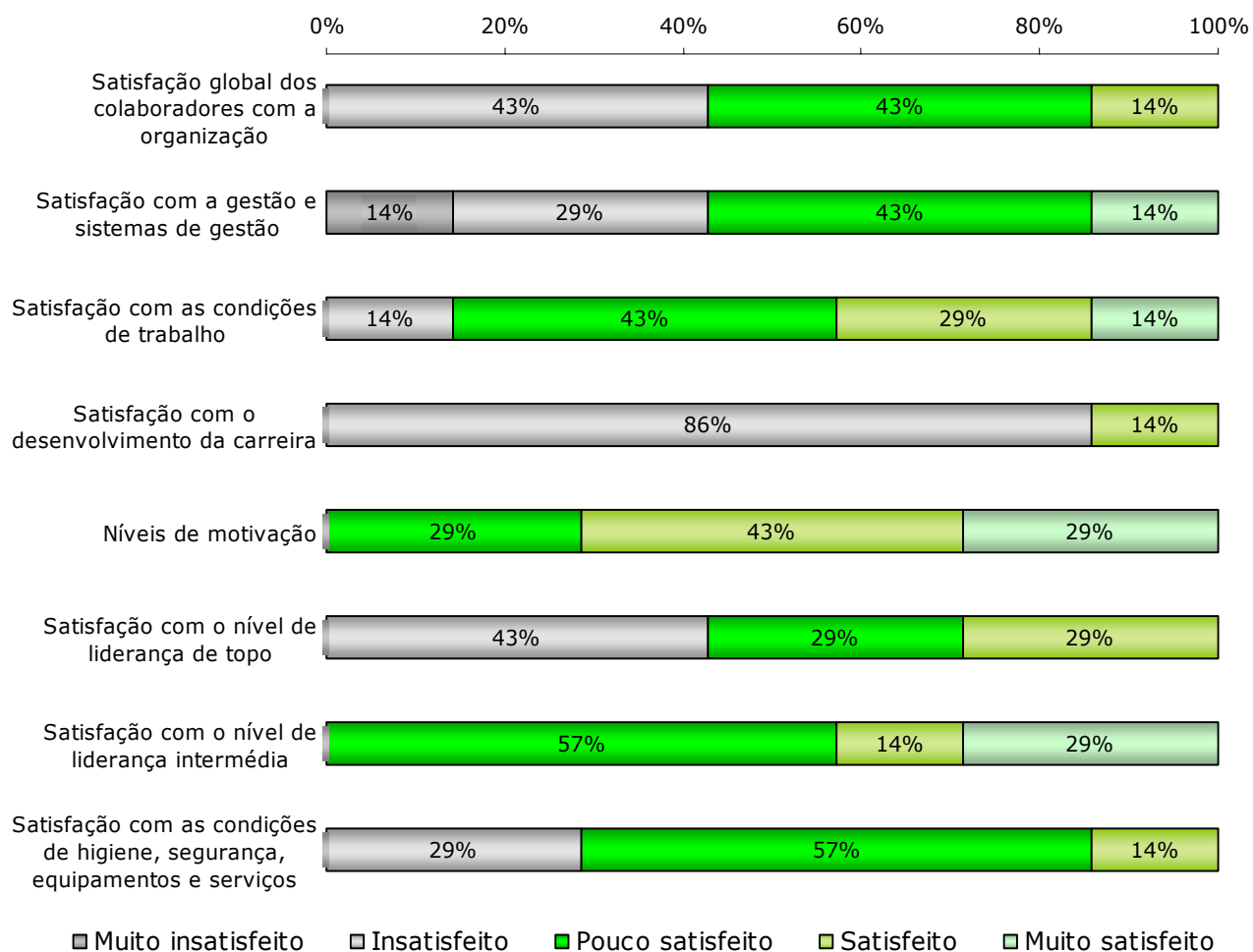
No sentido de envolvimento de todos os colaboradores da DGADR na avaliação não só das diversas Unidades Orgânicas, mas da própria organização, foi distribuído um inquérito/questionário que abarcava 7 grandes grupos de questões:

1. Satisfação global dos colaboradores com a organização
2. Satisfação com a gestão e sistemas de gestão
3. Satisfação com as condições de trabalho
4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira
5. Níveis de motivação
6. Satisfação com o estilo de liderança
7. Satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços

O referido inquérito de satisfação foi distribuído a 270 colaboradores tendo-se obtidas 157 respostas o que se traduz numa taxa de resposta de 58%, conforme se pode ver no quadro seguinte:

	QUESTIONÁRIOS		% de respostas
	enviados	recebidos	
DSIGA	52	10	19%
DSATAR	39	26	67%
DSHEAR	51	38	75%
DSRRN	41	26	63%
DSPFSV	42	31	74%
DSFMMP	40	21	53%
DSFMMP	5	5	100%
<b>TOTAL</b>	<b>270</b>	<b>157</b>	<b>58%</b>

Foram estabelecidos 5 níveis de satisfação indo de Muito Insatisfeito (1), Insatisfeito (2), Pouco Satisfeito (3), Satisfeito (4) a Muito Satisfeito (5). O quadro que se segue apresenta em síntese o resultado de satisfação dos colaboradores da DGADR:



Numa breve análise pode-se constatar que os grupos de questões onde os colaboradores da DGADR se mostraram mais receptivos são “Níveis de motivação” e “Satisfação com o estilo de liderança intermédia”, ambos com 29% no item “Muito satisfeito”. Estes dois grupos de questões, apresentam 0% nos graus Muito insatisfeito e insatisfeito.

Por seu lado os grupos “Satisfação com a gestão e sistemas de gestão” e “Satisfação com o desenvolvimento da carreira” são os que demonstram maior insatisfação, tendo o primeiro 14% de inquiridos “muito insatisfeitos” e o segundo 86% “insatisfeitos”. Pode-se concluir que são os pontos a considerar para uma nova perspectiva organizacional, capaz de agradar aos seus colaboradores.

## 9. RELATÓRIO DE SERVIÇO (SIADAP 2 E SIADAP 3)

## Quadro 1 - AVALIAÇÃO POR SERVIÇO (SIADAP 2 E SIADAP 3)

PERÍODO DE AVALIAÇÃO: 01/01/2008 A 31/12/2008

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas / Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

SIADAP 2																
Cargos	Total dirigentes	Excelente		%	Relevante		%	Adequado		%	Inadequado		%	Não Avaliados (a)		%
Dirigente intermédio Grau I	6				1		17%	5		83%						
Dirigente intermédio Grau II	17	1		6%	4		24%	12		71%						
Chefes de Secção (b)																
Chefes de Equipa	2				1		50%	1		50%						
Outro (c)																
Total	25	1		4%	6		24%	18		72%	0			0		

SIADAP 3																				
Carreira (d)	Total trabalhadores	Excelente			%	Relevante			%	Adequado			%	Inadequado			%	Não Avaliados (a)		%
Técnico superior / Técnico	211	10	A P	10	6%	47	A P	47	27%	120	A P	120	68%	0	A P			34	16%	
Técnico profissional / Administrativo	113	5	A P	5	5%	19	A P	19	18%	79	A P	79	77%	0	A P			10	9%	
Operário	24	3	A P	3	14%	3	A P	3	14%	16	A P	16	73%	0	A P			2	8%	
Auxiliar		0	A P			0	A P			0	A P			0	A P					
Outra (c)		0	A P			0	A P			0	A P			0	A P					
Total	348	18	A P	18 0	6%	69	A P	69 0	23%	215	A P	215 0	71%	0	A P	0 0		46	13%	



<b>Observações:</b>	<p>(a) Indicar, em Nota, os motivos justificativos da não avaliação</p> <p>(b) Quando for responsável por uma unidade orgânica, avaliado pelo SIADAP 2 (Art.º 4º, alínea d), Lei nº 66-B/2007)</p> <p>(c) Acrescentar a situação em causa (inserção), quando aplicável, fazendo expressa referência, em Nota, da respectiva legislação específica</p> <p>(d) A avaliação do ano de 2008 foi ainda feita com base nas carreiras pré-existentes às constantes da Lei nº 12-A/2008</p>
---------------------	---

<b>Legenda:</b>	<p><b>A - Corresponde a avaliação com base em ficha de avaliação</b></p> <p><b>B - Corresponde a avaliação feita por ponderação curricular</b></p>
-----------------	--

**Notas:**

(a) Trabalhadores não avaliados por motivo saída (aposentação, transferência, requisição ou mobilidade interna) ou doença prolongada

## Quadro 2 - APLICAÇÃO DO REGIME TRANSITÓRIO POR SERVIÇO

Total de trabalhadores do serviço avaliados pelo regime transitório (art.º 80º)	Técnico profissional / Administrativo	Operário	Auxiliar	Outra (a)	Total
	0	0	0	0	0

<b>Observações:</b>	(a) Assinalar o(s) caso(s), quando aplicável, fazendo expressa referência, em nota, da respectiva legislação específica

**Notas:**

## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2008

### FICHA TÉCNICA

Edição: Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Coordenação: Direcção de Serviços de Informação, Gestão e Administração / Divisão de Planeamento, Documentação e Informática

Edição em suporte digital: Direcção de Serviços de Informação, Gestão e Administração / Divisão de Planeamento, Documentação e Informática

Série Programação nº 40

ISSN 0872-9893X

Distribuição: DSIGA - Divisão de Planeamento, Documentação e Informática  
Tapada da Ajuda, Edifício I, 1349-018 LISBOA  
Telfs.; 21 361 32 00, 21 361 32 83 – Linha azul 21 361 32 88 – Fax: 21 361 32 77  
E-mail: [dpci.pub@dgadr.pt](mailto:dpci.pub@dgadr.pt) - <http://www.dgadr.pt>

©2009, DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL ( DGADR)  
RESERVADOS TODOS OS DIREITOS, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, À  
**DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - DGADR**  
Av. Afonso Costa, 3 – 1949-002 LISBOA